

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS – PGPP

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS: política cultural para a democratização
do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal

São Luís
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS



Carlos Wellington Soares Martins

HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS:
política cultural para a democratização do
livro e leitura no Brasil no contexto
neoliberal



“Ter acesso à leitura não garante de maneira absoluta a democracia, mas não tê-la, definitivamente a impede, ou, pelo menos, a retarda”.

Silvia Castrillón

São Luís
2019

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas para qualificação do texto de Tese para apresentação final.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ilse Gomes Silva.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas.

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Martins, Carlos Wellington Soares.

Há uma luta de classes nos livros : política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal / Carlos Wellington Soares Martins. - 2019.

196 p.

Orientador(a): Ilse Gomes Silva.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Cultura. 2. Democratização do livro e leitura. 3. Ideologia. 4. Luta de classes. 5. Política cultural. I. Gomes Silva, Ilse. II. Título.

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS: política cultural para a democratização
do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profª Ilse Gomes Silva (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais – PUC / SP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Maria Mary Ferreira (1ª Examinadora)
Doutora em Sociologia - UNESP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Marise Marçalina de Castro Silva Rosa (2ª Examinadora)
Doutora em Educação - UNESP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (3ª Examinadora)
Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Profª Joelma Reis Correia (4ª Examinadora)
Doutora em Educação - UNESP
Universidade Federal do Maranhão

Profª Maria do Socorro Sousa de Araújo (1ª Suplente)
Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Profª Cristiana Costa Lima (2ª Suplente)
Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à todo/as aquele/as
que militam pela leitura como um direito
humano.

AGRADECIMENTOS

À todas as entidades ancestrais que me guiam e me acompanham nesta jornada na terra. Odoiá, Laroîê.

Ao meu companheiro Marcelo Rocha Ferreira, que como diz seu nome, é pedra que solidifica minha vida e que me apresentou o verdadeiro significado para a palavra companheirismo, e com ele estendo meus agradecimentos aos nossos filhotes: Fidel, Che, Frida e Rosa (mais revolucionários impossível).

A minha família que sempre me acompanha nesta trajetória de vida, respeitando minhas escolhas e decisões, mesmo em alguns momentos não concordando com elas, a minha amada mãe Ana Célia (que sempre me chama de subversivo), meu amado pai Benedito (que comprava revistas em quadrinhos e com isso me tornou leitor), meus irmãos Francisco, Adélia e Roberto (seus chatos), meus sobrinhos lindos (tenho vários, o que me desobriga a perpetuar a espécie) Filipe, Ananda, Arthur, Ana Elisa e Alice. Aos meus cunhados Érica e Fernando.

A minha orientadora, Ilse, amiga, exemplo de luta, militância, uma pessoa que mistura rigorosidade com amabilidade, sempre cobrando e tentando tirar o máximo de mim, esses quatro anos me tornaram outra pessoa, e você é grande parte desta transformação, obrigado pela troca e quero você em minha vida sempre. As professoras que aceitaram contribuir com o trabalho participando da banca da defesa da tese, Mary Ferreira e Marise Marçalina, que já estão me acompanhando desde a qualificação do projeto e do texto para a defesa final, Gloria Alencar, Joelma Reis, Socorro Araújo e Cristiana Lima.

A turma de 2015 de mestrandos e doutorandos que compartilharam momentos de alegria e aflição, jamais os esquecerei e tenho certeza que este vínculo é para sempre: Bia, Inaldo, Alexia, Karenina, Rosalva, Bruna, Mara, Alessandra, Dayse, Luciana, Claudicea, Nilson, Eliana, Mari, Grace, Lorena, Geilson, Francisco e aos hermanos colombianos Laura, Jhon, Monica e Natália.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em seu corpo docente, técnico que sempre me deram suporte para concluir com êxito essa jornada, por ter me permitido um aprendizado muito grande como representante discente do colegiado, contribuído com as jornadas internacionais e ter sido dublê de mestre de cerimônias em alguns momentos. Destaco aqui alguns nomes: Dona Isabel (a que resolve todos os problemas), Edson, Júlio, a bibliotecária Stela, as

assistentes Rosambra e Jarcia, toda a equipe da limpeza no nome de Célia e a sempre doce Nara. A todas as professoras e professores, e em especial: Mary Ferreira, Salviana, Socorro, Nonata, Cristiana, Evaldo, Valéria, Franci que para além da docência e relação professor-aluno se tornaram amigos pra vida.

As amigas de ontem, hoje e sempre, que me ajudam a pensar em uma outra Biblioteconomia: Thaís, Michelle e Francilene. Avante na revolução.

Ao GEPOLIS por ter me proporcionado conhecimento e troca de experiências com um grupo ávido para discutir as teorias marxistas. Ao Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) que permitiu meu afastamento para a realização do doutoramento de forma mais eficaz, à toda a equipe de bibliotecárias, bibliotecários, técnicos, bolsistas, apoio, meus sinceros agradecimentos.

A FEBAB, na pessoa da queridíssima Adriana Ferrari, obrigado pelo apoio e palavras de incentivo, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) em especial a minha amiga irmã que tanto amo e admiro Cátia Lindemann. Estamos juntos.

A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitária (RNBC) por ser um exemplo de trabalho em prol da democratização do livro e da leitura na periferia do país, em especial a Rede Leitora Ilha Literária que atua na Grande São Luís, e a Liga Bibliotecária Bolivariana, que como eu, acredita em um país sem opressões. Avante.

À todos aqueles e aquelas que contribuíram direta, ou indiretamente, para a realização deste trabalho, os resultados desta pesquisa servirão de norte para ações futuras dando retorno ao contribuinte.

Grato.

[...] falar em cultura brasileira é falar em relações de poder”

Renato Ortiz

“Ter acesso à leitura não garante de maneira absoluta a democracia, mas não tê-la, definitivamente a impede, ou, pelo menos, a retarda”.

Silvia Castrillón

"Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que, alguns, fazem passar por idéias".

Mario Vargas Llosa

LISTA DE SIGLAS

ALB	-	Associação de Leitura no Brasil
BN	-	Biblioteca Nacional
CBL	-	Câmara Brasileira do Livro
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CERLALC	-	Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe
CIBEC	-	Centro de Informação e Biblioteca em Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CNIC	-	Comissão Nacional de Incentivo a Cultura
CNPC	-	Conselho Nacional de Política Cultural
CSLLL	-	Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ	-	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
INAF	-	Índice Nacional de Alfabetismo Nacional
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INL	-	Instituto Nacional do Livro
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Estatística e Aplicada
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	-	Ministério da Cultura
MEC	-	Ministério da Educação
OEI	-	Organização dos Estados Ibero-Americanos
PELLLB	-	Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
PISA	-	Projeto Internacional de Avaliação de Estudantes
PMLLLB	-	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
PNBE	-	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
PNC	-	Plano Nacional de Cultura
PNL	-	Política Nacional do Livro
PNLE	-	Plano Nacional de Leitura e Escrita
PNLD	-	Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM	-	Programa Nacional do Livro do Ensino Médio
PNLL	-	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPA	-	Plano Plurianual de Ações
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PROLER	-	Programa Nacional de Incentivo a Leitura
RNBC	-	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SAEB	-	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCDC	-	Secretaria da Cultura e Diversidade Cultural
SINAES	-	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNEL	-	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SEBP	-	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SNBP	-	Sistema Nacional de Biblioteca Pública
SNC	-	Sistema Nacional de Cultura
SocINFO	-	Sociedade da Informação
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos e linhas de ação do PNLL.....	19
Quadro 2 – Relação de ministros, período, presidentes e marcos na gestão	51
Quadro 3 – Planos estaduais e municipais aprovados.....	70
Quadro 4 – Objetivos da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil	94
Quadro 5 – Percepções sobre política cultural e democratização do livro e leitura pelos e Secretários Executivos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).....	121
Quadro 6 – Funções da Biblioteca Pública.....	129
Quadro 7 – Quantidade de livros vendidos	151
Quadro 8 – Distribuição do preço de capa do livro no Brasil.....	152
Quadro 9 – Direção da DLLL, ano, Presidência e Ministro/a da Cultura	167

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Dimensões da cultura.....	33
Figura 2 – Concepções da cultura.....	34
Figura 3 – Tradições na política cultural brasileira	46
Figura 4 – Linha do tempo das ações para o segmento livro e leitura	63
Figura 5 – Organograma MinC na gestão Temer	68
Figura 6 – Concepções de <i>information literacy</i>	76
Figura 7 – Histórico da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”	96
Figura 8 – Definição de Leitor e Não Leitor.....	98
Figura 9 – Perfil do(a) leitor(a) brasileiro(a).....	99
Figura 10 – Significado do que é leitura na pesquisa Retratos da Leitura	100
Figura 11 – Principal motivação para ler um livro.....	101
Figura 12 – Gêneros de leitura.....	103
Figura 13 – Lugares onde se costuma ler	104
Figura 14 – Gênero e idade em relação a leitura	105
Figura 15 – Classe social e leitura	106
Gráfico 1 – Proporção de bibliotecas escolares por estado	145
Gráfico 2 – Estrato socioeconômico das personagens	154

RESUMO

As políticas públicas de cultura, ou políticas culturais, tem avançado em sua formulação e implementação e vem ganhando relevância enquanto categoria de análise e na forma como ocupa espaço na agenda governamental, seja na esfera federal, estadual e municipal. A democratização do livro e da leitura são orientadas por uma política cultural gestada pelo Minc e pelo MEC em uma ação interministerial, mas com predominância de ações pela pasta da cultura. Sob a orientação da teoria marxista, tendo como cenário a conjuntura social, política, cultural e econômica, destaca-se na análise a predominância das categorias: Ideologia, Política cultural e Democratização do livro e leitura e Luta de Classes. A tese apresentada tem por objeto os determinantes estruturais e conjunturais, bem como os princípios político-ideológicos que demarcaram a concepção da política de democratização do livro e da leitura, tendo como referência o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado em 2006, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo principal o de assegurar e democratizar o acesso a leitura e ao livro a toda a sociedade brasileira. Objetiva analisar os determinantes estruturais e conjunturais que definem os aspectos políticos-ideológicos presentes na concepção e elaboração da política pública nacional de leitura através do PNLL. Buscou-se desvendar a correlação de forças que influenciaram a democratização do livro e da leitura por meio da inserção na agenda governamental como política nacional. A tese defendida nesta análise é de que a democratização do livro e da leitura no Brasil tem o seu percurso histórico marcado, fortemente, pelas tradições: autoritarismo, descontinuidades, caráter tardio e fragilidade institucional, facilmente perceptível nas políticas culturais do livro e leitura empreendidas, que dificulta a possibilidade da construção de uma sociedade leitora, como também acabam por tentar empreender uma “inclusão social” por meio do acesso a bens culturais que, alinhados ao ideário neoliberal, caracterizam os sujeitos mais como consumidores do que necessariamente aptos ao exercício de sua cidadania plena.

Palavras-chave: Cultura. Política cultural. Democratização da leitura. Ideologia. Leitura. Luta de classes.

ABSTRACT

Public policies of culture, or cultural policies, have advanced in their formulation and implementation and have gained relevance as a category of analysis and in the way it occupies space in the governmental agenda, be it at the federal, state and municipal levels. The democratization of books and reading are guided by a cultural policy developed by Minc and MEC in an interministerial action, but with predominance of actions by the culture folder. Under the guidance of Marxist theory, based on the social, political, cultural and economic conjuncture, the predominance of the categories: Ideology, Cultural Politics and Democratization of book and reading and Class struggle stands out in the analysis. The thesis presented has as its object the structural and conjunctural determinants, as well as the political-ideological principles that demarcated the conception of the policy of democratization of books and reading, having as reference the Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), launched in 2006 , under the government of the then president Luís Inácio Lula da Silva, with the main objective of ensuring and democratizing the access to reading and the book to the whole Brazilian society. It aims to analyze the structural and conjunctural determinants that define the political-ideological aspects present in the conception and elaboration of the national public reading policy through PNLL. It was sought to unveil the correlation of forces that influenced the democratization of the book and of reading through insertion in the governmental agenda as national politics. The thesis defended in this analysis is that the democratization of books and reading in Brazil has its historical trajectory markedly by the traditions: authoritarianism, discontinuities, late character and institutional fragility, easily perceptible in the cultural policies of the book and reading undertaken, which hinders the possibility of building a reading society, but also try to undertake "social inclusion" through access to cultural goods that, in line with the neoliberal ideology, characterize the subjects more as consumers than necessarily able to exercise their full citizenship

Keywords: Culture. Cultural policy. Democratization of reading. Ideology. Reading. Class struggle

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: tecendo histórias e enredos	15
1.1	“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada”: procedimentos metodológicos	24
2	O(S) (D)E(SE)NCONTROS ENTRE POLÍTICA E CULTURA PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE LEITORA	31
2.1	O autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional como tradições na política cultural brasileira	45
2.2	“Um país se faz com homens e livros?”: políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil	61
3	A LEITURA, AS ARMADILHAS DO ÓBVIO E O DISCURSO DUPLO: a política do livro e leitura brasileira sob a égide do neoliberalismo	72
3.1	Reflexo opaco da realidade leitora brasileira: a Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil	93
4	O PNLL COMO ESTRATÉGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO LIVRO E LEITURA NO BRASIL E SUA DIMENSÃO POLÍTICO IDEOLÓGICA: avancamos, estagnamos ou retrocedemos?	108
4.1	Democratização do acesso	125
4.2	Fomento à leitura e formação de mediadores	141
4.3	Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico	135
4.4	Desenvolvimento da economia do livro	149
5	À GUIA DE UMA CONCLUSÃO: luta de classes e a democratização do livro e leitura	159
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICES	187
	ANEXOS	190

1 INTRODUÇÃO: tecendo histórias e enredos

A leitura é um direito histórico, cultural e político e também um instrumento de poder e de exclusão social historicamente mantido por vários aparelhos ideológicos: igreja, governos aristocráticos, poderes políticos e atualmente interesses econômicos. Em paralelo à questão da leitura, têm-se às políticas de alfabetização e incentivo à leitura, que devido a fatores das mais diversas naturezas (político, econômico, ideológico) que implicam diretamente nas concepções e aplicações acabam por contribuir no desvio e atenção do real problema: a educação e as possibilidades reais de acesso democrático à leitura, ao livro e escrita:

Erigido o livro na posição de receptáculo por excelência da cultura no desenvolvimento da civilização contemporânea, torna-se acessível a todos e passa a ser o ponto de partida de uma ação cultural renovadora. [...] Por conseguinte, tratando-se de uma vocação democrática, na medida em que esta afirmação traduz tanto uma ampliação da oferta de bens culturais quanto uma abertura de horizontes, a leitura – e o livro que lhe serve de suporte e motivação – será efetivamente propulsora de uma mudança na sociedade se for extraída dela a inclinação política que a torne vigente (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

A democratização do livro e da leitura, e, por conseguinte o acesso a bens culturais que estimulam uma determinada sociabilidade incentiva o consumo de material impresso, transmite valores e hábitos, muito deles convenientes ao ideário presente em um determinado projeto político. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a burguesia teve responsabilidade nos primeiros modelos político democráticos, a leitura pode assumir papel central no processo de democratização, no momento em que possibilita desmistificar dogmas e estimular ir contra a ordem social imposta, contribuindo para um pensamento crítico desconstruindo valores e na luta contra concepções conservadoras totalitárias.

Para estimular o processo citado, faz-se necessário espaço nas discussões e agenda governamental para que se elabore estratégias de acesso e incentivo à leitura através da criação e otimização de redes de bibliotecas. Abreu (2003) aconselha um acervo que atenda as necessidades e respeite a diversidade cultural existente no país. Essa postura pode ser fator decisivo na democratização do acesso à leitura e à informação.

A leitura não deve ser considerada como um capricho ou um simples adorno, mas sim entendida como um instrumento que favorece a transformação e a

capacidade crítica, portanto o surgimento de novos espaços para a leitura em países com tantas desigualdades sociais atuam como espaços, onde a sociedade civil se organiza e tenha acesso à informação e, por conseguinte, a leitura (CASTRILLON, 2011).

Conforme a formulação de Bourdieu (2007) entende-se o *habitus* como atuando na forma de esquema gerador de práticas sociais assumindo configurações específicas que lidam com diferentes campos da vida social. Existe uma diferenciação na forma em que essas práticas e os indivíduos (ou as classes) ocupam no espaço social, essa relação é mediada por três critérios: a quantidade de capital possuído, a composição deste capital e, por fim, a trajetória histórica que leva a formação de um *habitus*. O campo, na perspectiva de Bourdieu (2004), é um microcosmo social dotado de autonomia influenciado num espaço social configurando-se como um espaço de disputa “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22). No campo político, as razões para o incentivo à leitura, particularmente, recorrem freqüentemente a dados, sobretudo de origem econômica: a necessidade de mão de obra qualificada, ou a relação entre indicadores de desenvolvimento social e a taxa de escolarização da população. Seja qual for o argumento, a valorização da leitura requer a participação da sociedade.

A tese defendida nesta análise é de que a democratização do livro e da leitura no Brasil tem o seu percurso histórico marcado, fortemente, pelas tradições: autoritarismo, descontinuidades, caráter tardio e fragilidade institucional, facilmente perceptível nas políticas culturais do livro e leitura empreendidas, que, por um lado, dificulta o alcance dos objetivos propostos, a possibilidade da construção de uma sociedade leitora, como também acabam por possibilitar uma “inclusão social” por meio do acesso a bens culturais que, alinhados ao ideário neoliberal, caracterizam os sujeitos mais como consumidores do que necessariamente aptos ao exercício de sua cidadania plena.

Para fins de atestar esse postulado buscou-se a maior experiência de política pública no campo cultural com vistas à democratização do livro e leitura, que é o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), não só por sua longevidade, mas também pela forma como foi concebido, bem como, seus programas, projetos e ações executados.

Em primeiro de janeiro de 2003, com um discurso voltado à questão social, considerando aspectos de inclusão social, melhor distribuição de renda e erradicação da fome, Luís Inácio Lula da Silva iniciou seu mandato. Esse novo governo gerou por parte dos segmentos ligados a cultura, uma grande expectativa em relação aos planos e ações a serem desenvolvidos pelo Ministério da Cultura.

O Ministério da Cultura (MinC) sob a responsabilidade de Gilberto Gil começou um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC com atenção para setores antes relegado a segundo plano como eram as políticas direcionadas ao livro, leitura e bibliotecas. O principal estudo, a nível nacional, sobre o comportamento do leitor é a pesquisa “Retratos da Leitura” realizada pelo Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência. Quando são analisados os dados desse estudo, deparamo-nos com informações vitais que possibilitam a formulação de hipóteses e possíveis conclusões sobre a realidade cultural do país (PAIM, 2011; WOLF, 2011). Esta pesquisa, e outros indicadores, contribuíram para elaboração do referido plano.

Iniciou-se um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC e uma dessas iniciativas foi à consolidação do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), no ano de 2006, um plano bastante significativo para o acesso e democratização do livro e da leitura, em parceria do Ministério da Cultura e o de Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulações de diversos sujeitos sociais.

O PNLL apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Na redação do plano essas duas variáveis assumem papel de destaque, pois, acredita-se que esses são elementos essenciais para um desenvolvimento social e para que os indivíduos exerçam seus direitos sociais.

O PNLL nasceu da soma de esforços dos ministérios da Cultura e da Educação, para equacionar o baixo índice da prática leitora e o seu consequente entrave ao desenvolvimento no País, posto o entendimento de que, na contemporaneidade, a principal ferramenta para a transformação sociocultural é a informação (MORAES JUNIOR, 2010, p. 188).

Para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, unam forças, respeitem direitos e deveres para que não seja mais uma política assistemática, fragmentada e

pulverizada como acontece neste país, desde o início do Século XIX (BRASIL, 2007).

A organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação, como informa a cartilha criada pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, a saber, o eixo norteador para a área de biblioteca públicas e outros espaços de leitura. Algumas das ações efetivadas pelo plano, como o PNBE, Livro Aberto, Pontos de Leitura e o “Arca das Letras” possuem semelhanças em suas estratégias de ação, basicamente tem caráter distributivo de livros, voltado à composição de um acervo, capacitação de pessoal e gestão compartilhada entre sociedade civil e representantes do poder público local.

Uma das propostas do plano e defendidas no discurso do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato, era a de “zerar” o número de município sem bibliotecas (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008). No Plano Plurianual de Ações (PPA) da área cultural com vigência de 2012 a 2015 o PNLL se enquadra no programa de Cultura, preservação, promoção e acesso (IPEA, 2012).

A organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação:

Eixo 1 - Democratização do acesso: tem como subitem a implantação de novas bibliotecas – Implantação de novas bibliotecas municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, áudiolivros, computadores conectados à Internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.);

Eixo 2 - Fortalecimento da rede atual de bibliotecas: Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos;

Eixo 3 - Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas: com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das

bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado e

Eixo 4 - Conquista de novos espaços de leitura: através da criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho. (BRASIL, 2007, p.40).

Quadro 1 - Eixos e Linhas de ação do PNLL

EIXO	LINHA DE AÇÃO
Eixo 1 – Democratização do acesso	1.1 Implantação de novas bibliotecas
	1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
	1.3 Conquista de novos espaços de leitura
	1.4 Distribuição de livro gratuitos
	1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão de leitura
	1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação
Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores	2.1 Formação de mediadores de leitura
	2.2 Projetos sociais de leitura
	2.3 Estudos e fomento a pesquisa nas área do livro e da leitura
	2.4 Sistemas de informação na área de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial
	2.5 Prêmios e reconhecimentos às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
Eixo 3 – Valorização da leitura e comunicação	3.1 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura
	3.2 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política do Estado
	3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas a valorização do livro e da leitura
Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro	4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
	4.2 Fomento a distribuição, circulação e consumo de bens de leitura
	4.3 Apoio a cadeia produtiva do livro
	4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Fonte: Oliveira (2011).

As políticas pensadas para o Livro, Leitura e Bibliotecas prosseguiram com caráter interministerial, com predominância das ações por conta do Ministério da Cultura. Nas ações integradoras do Plano encontram-se os programas Livro Aberto, Pontos de Leitura, fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas (e, por conseguinte os estaduais), PROLER entre outras ações. As bibliotecas públicas brasileiras estão integradas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), apoiado pela Biblioteca Nacional (BN) que possui um órgão coordenador em cada estado que apóia os municípios na implantação de bibliotecas públicas e tem o objetivo de fortalecer as práticas leitoras por meio de ações específicas como a criação em cada estado de um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). O SNBP tem entre suas atribuições o acompanhamento do Programa Livro Aberto, cadastro de bibliotecas públicas, capacitação de pessoal de bibliotecas e assessoria técnica para as unidades que compõem o sistema (MACHADO, 2008; 2010).

As contradições permeiam as relações sociais, num ininterrupto enfrentamento entre visões de mundo e ideologias, evidenciando a existência de classes sociais ou grupos sociais que se contrapõe. Não existe um consenso geral, uma única ideologia dominante, mas sim “[...] enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias” (LOWY, 1985, p.17).

A tese apresentada tem por objeto os determinantes estruturais e conjunturais, bem como os princípios político-ideológicos que demarcaram a concepção da política de democratização do livro e da leitura, tendo como referência o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Buscou-se desvendar a correlação de forças que influenciaram a democratização do livro e da leitura por meio da inserção na agenda governamental como política nacional, através do PNLL, lançado em 2006, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo principal o de assegurar e democratizar o acesso a leitura e ao livro a toda a sociedade brasileira.

Mas como democratizar a leitura, sabendo-se que sob a égide do capitalismo a própria democracia é posta em cheque? Norteada sobre a indagação apresentada temos como questão principal desta tese: Quais os determinantes estruturais e conjunturais que interferem na dimensão política e ideológica presente na concepção e configuração do PNLL? E como questões secundárias: Quais as

relações estabelecidas entre Estado e Cultura na definição das diretrizes para a construção do PNLL? Qual a direção política ideológica que orienta os discursos dos sujeitos envolvidos com a proposta de elaboração de uma política nacional de leitura? Como a disputa e correlação de forças pela execução de um projeto hegemônico, expressas na luta de classes, estão presentes na democratização do livro e leitura enquanto política pública?

É evidente que seguiremos a orientação em responder as questões supramencionadas durante todo o percurso de investigação tendo como principal postulado de que a política pública de democratização e acesso ao livro e leitura no Brasil, estabelecida oficialmente pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, sofre influências de uma forte presença neoliberal, e, portanto, ideológica, presente na relação entre Estado e políticas culturais. Para apreensão do objeto para além de sua aparência faz-se necessário a percepção do dito e não dito no PNLL, a partir de sua formulação enquanto política nacional de leitura desde o ano de seu lançamento (2006), bem como seu desdobramento e condução durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua reconfiguração após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e uma prospecção no governo de Jair Bolsonaro.

Sob a orientação da teoria marxista, tendo como cenário a conjuntura social, política, cultural e econômica, destaca-se na análise a predominância das categorias: Ideologia, Política cultural, Democratização do livro e leitura e Luta de Classes. O marxismo dá um passo a mais quando defende a idéia de que o conhecimento da realidade social é um instrumento político, e, por conseguinte ideológico, que pode orientar os grupos sociais na luta pela transformação da sociedade.

A motivação pessoal que orientou a escolha do objeto de estudo sobre a questão da democratização da leitura no Brasil decorreu antes mesmo do ingresso na academia, pois como usuário da biblioteca tanto na escola quanto na Biblioteca Pública Benedito Leite, sempre a atenção da forma como era pensada, tanto simbolicamente quanto materialmente, as ações, produtos e serviços disponibilizados pelas bibliotecas, contribuíram na escolha pelo curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, e ainda na condição de discente, ter participado de fóruns de cultura no período de implementação do PNLL impulsionando uma pesquisa de monografia que abordava a ação cultural praticada em uma biblioteca pública municipal de São Luís – MA. Seguiu-se o período de

militância por meio da participação no Conselho Estadual de Cultura e de ter participado, também, como delegado estadual pelo segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Fórum Nacional de Cultura que elegeria a composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), participação esta também a nível estadual e municipal na elaboração tanto do plano estadual quanto municipal de cultura. O aprofundamento da temática teve sua origem na pesquisa desenvolvida no Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) quando foi pesquisado o Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” tendo como recorte espacial o município de Codó – MA, culminando com a publicação da pesquisa também no formato de livro.

A relevância do estudo apresenta-se nos mais diferentes âmbitos, e como a categoria cultura apresenta-se como um tema bastante complexo e polissêmico, só reforça a necessidade de investigação de um processo que envolve sociedade civil e Estado no que diz respeito às políticas públicas de cultura e, nesse caso específico, as que envolvem o segmento Livro, Leitura e Bibliotecas. Calabre (2009, p.10) afirma que “[...] no Brasil, os estudos na área de políticas culturais são muito recentes, produzidos de maneira dispersa, em diversas áreas do conhecimento [...] e ainda conta com um volume muito pequeno de publicações.”

Como contribuição para o debate acadêmico, as categorias de análise presentes nesse estudo: Estado, Cultura, Ideologia, Leitura e Luta de Classes representam a preocupação científica em investigar processos sociais que influenciam diretamente nas dinâmicas e formas de sociabilidade como a relação entre Estado e políticas públicas de cultura inserida no contexto neoliberal. A proposta de análise se insere na Área de Concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas: Políticas Públicas e Movimentos Sociais através da linha de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas.

Os questionamentos, que nortearam todo o percurso analítico do objeto, foram balizados sob algumas hipóteses a seguir:

- a) A origem da política nacional de leitura decorre da ação político-ideológica do Estado e do capital configurando-se como um projeto capitalista de ajuste e reposicionamento do Estado brasileiro decorrente da pressão dos países considerados desenvolvidos e atende a orientações de organismos internacionais com vistas a garantir a inserção do país na lógica capitalista neoliberal

- b) As políticas culturais voltadas à democratização do livro e leitura no Brasil são marcadas, historicamente, por tradições que acompanham seu desenvolvimento: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional, que acabam por caracterizar a identidade da cultura no país, enquanto política pública, dificultando a formação de uma sociedade leitora;
- c) A política nacional de leitura, em sua materialidade por meio do PNLL, apesar de ser resultado de um amplo debate a nível nacional é visível a contradição presente entre urbano e rural/ centro e periferia na delimitação de ações e programas, constituindo-se em uma política que não leva em consideração as especificidades de cada estado, suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política de caráter homogêneo que não respeita as características de cada região e acaba por se tornarem políticas ineficazes no alcance de seus objetivos;
- d) A disputa ideológica e a correlação de forças, expressas na luta de classes, também estão presentes na democratização do livro e leitura enquanto projeto hegemônico. A “inclusão social” oportunizada pela democratização do livro e leitura enquanto política cultural é direcionada ao acesso a bens culturais, ação esta coadunada com um ideário neoliberal que visa o estímulo maior para que os sujeitos tornem-se consumidores, do que necessariamente aptos ao exercício pleno de sua cidadania.

Foram objetivos desta tese: Geral: Analisar os determinantes estruturais e conjunturais que definem os aspectos políticos-ideológicos presentes na concepção e elaboração da política pública nacional de leitura através do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Específicos: Assimilar a relação entre Estado e Cultura identificando qual concepção, ou concepções, norteiam as políticas públicas adotada pelo Ministério da Cultura que direcionaram a construção do PNLL; Apreender como o processo de democratização do livro e leitura se insere na correlação de forças no capitalismo neoliberal; Identificar as bases teórico-metodológicas, conceituais e legais que balizaram a elaboração do PNLL.

1.1 “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada”: procedimentos metodológicos

Com a delimitação histórica, recortes epistemológicos, objetivos e questões norteadoras foi necessário a utilização de um método que permitisse um direcionamento para o alcance dos objetivos da pesquisa. Para tanto, realizou-se leituras acerca das categorias de análise definidas para o estudo: Estado, Cultura, Ideologia, Política Cultural e Leitura.

As estratégias básicas para compreensão e discussão da temática se dão com a leitura de autores que discutem Estado, Cultura, Ideologia e Leitura através de uma extensa pesquisa bibliográfica, que não é uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem chegando a conclusões inovadoras [...]” (MARCONI, 2007, p. 71).

A construção do conhecimento é resultado de um esforço consciente do homem, enquanto sujeito histórico, para desvendar a essência dos fenômenos que constituem a realidade do mundo em que está inserido. Nesse sentido, a definição do método de abordagem de toda realidade demanda, em primeiro lugar, a explicitação de uma concepção de realidade que orientará as opções que serão feitas.

A busca pela essência dos fenômenos pressupõe situá-los na realidade social com enfoque na totalidade. O fenômeno social pode ser compreendido como um fato histórico, no entanto, não se tem a intenção de conhecer todos os aspectos da realidade, pois os fatos expressam um conhecimento da realidade na infinidade dos seus aspectos e propriedades (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Triviños (1987) considera que a pesquisa pode ainda ser desenvolvida num enfoque dialético, o qual se baseia no materialismo filosófico e no marxismo e se preocupa com as contradições dos fenômenos, considerando que eles devem ser entendidos nas suas determinações e transformações dadas pelo sujeito.

O método materialismo histórico-dialético considera a historicidade dos processos sociais, condições socioeconômicas e as contradições sociais como teoria sociológica vital para a compreensão da realidade. Esse método trabalha com as contradições intrínsecas as ações e realizações humanas considerando também, a relação entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. Entende-

se que o método para Marx não pode ser considerado um conjunto de regras formais aplicadas a um determinado objeto que fora recortado para uma determinada análise, nem tampouco um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe segundo sua vontade. Para ele implica, na verdade, em uma determinada posição ou perspectiva do sujeito que pesquisa, situação esta que favorecerá ao pesquisador extrair, em sua relação com o objeto, suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

Malagodi (1988) alerta que o materialismo histórico-dialético apresenta-se como uma percepção realista, mas não de forma conformista. O método é necessariamente realista na medida em que se investigam as relações na sociedade, o que existe de fato não o que gostaria que existisse, com vistas a buscar o conhecimento estrito da realidade. Não se trata de fazer puras constatações, mas sim, entender que o processo social tem na existência concreta do indivíduo a matriz de seu pensamento, pois a realidade transforma-se por força das próprias contradições. A partir desse pensamento, considerou-se adequado o materialismo histórico-dialético como método a nortear a pesquisa.

Por se considerar de relevante importância para apreensão do objeto e fenômeno proposto para esta análise, as contribuições de Antonio Gramsci e Raymond Williams sobre cultura, o que posteriormente convencionou-se chamar de materialismo cultural, foram consideradas como importantes orientações no percurso de investigação. O materialismo cultural é definido por Williams (1979, p. 12) como uma “[...] teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico”, em sua concepção não se pode pensar o marxismo sem a idéia de determinação e se assume como uma metáfora a relação entre base/estrutura entendendo a cultura como produto e produção de um modo de vida não se configurando apenas como reflexo presente em uma base socioeconômica.

Dois conceitos são vitais para o materialismo cultural: pensar a cultura como uma totalidade em processo e entender a cultura sob a luz da teoria da hegemonia de Gramsci onde as formas de determinação das práticas culturais devem ser apreendidas de modo conjuntural e flexível, portanto, a discussão teórica sobre a cultura “[...] não se pode isentar do mais rigoroso exame de sua própria situação e das formações sociais e históricas e que se insere, ou de uma análise conjunta de suas premissas, proposições, métodos e resultados” (WILLIAMS, 2007, p. 163).

Marx (1968) coloca o sujeito no papel de protagonista na pesquisa, com a tarefa de não apreender a aparência, mas sim a essência, sua estrutura e sua dinâmica, o sujeito tem que se apoderar da matéria em todos os seus pormenores, possibilitando a análise das mais diversas formas de desenvolvimento e com capacidade de perceber as conexões existentes entre elas.

Como processo metodológico do ponto de vista da forma de abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa qualitativa pelo fato de se acreditar que responde a questões particulares, de níveis de realidade que não podem ser quantificados. Por trabalhar com o universo dos significados, valores, crenças e por comporem a realidade social, a pesquisa qualitativa é a mais indicada por propiciar uma compreensão sobre a ação do homem enquanto ser reflexivo e com capacidade de interferir em sua realidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010).

A pesquisa qualitativa apresenta algumas características que lhe são peculiares: tem o ambiente natural como fonte direta de dados e informações; o pesquisador como instrumento fundamental da coleta de dados; utilização de procedimentos descritivos da realidade analisada; a busca do significado e apreensão das situações para os sujeitos e os efeitos sobre suas vidas; preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e privilégio ao enfoque indutivo na análise dos dados (TRIVIÑOS, 1987).

Como processo operativo iniciou-se com uma pesquisa documental, com consultas ao site do Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), haja vista o PNLL ter a sua consolidação como política de Estado através de algumas iniciativas como: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura, Projeto Fome do Livro, Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, Vivaleitura e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) onde com a análise de documentos como relatórios, atas, indicadores, manuais, guias foram possíveis ser realizadas comparações entre o que consta nos documentos com a realidade apresentada, seguido por uma pesquisa bibliográfica, através de consultas e análises críticas da literatura referente ao objeto pesquisado.

Para a consolidação da política foram realizados entre junho de 2004 e dezembro de 2005 encontros preparatórios nas macro-regiões do Brasil: Rio Grande

do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará com amplo debate sobre a matéria gerando indicadores que nortearam a elaboração do plano. Além dos encontros presenciais foram realizadas cinco videoconferências regionais e uma com abrangência nacional. Dessa forma foram contabilizados 97 encontros nas formas de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas com profissionais da área e a sociedade em geral (PNLL, 2007). Felizmente estes encontros foram documentados e geraram informações disponíveis em atas, minutas e manifestos que foram importantíssimos para análise.

Vários indicadores foram utilizados para fomentar, diagnosticar e balizar a elaboração do PNLL como o Mapa do Alfabetismo no Brasil (2003), Indicador Nacional de Alfabetismo Nacional (INAF/2001 e 2005), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB / 2001 e 2003), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA / 2000) e a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2001, apresenta-se o paralelo entre estas edições e as mais atuais dos indicadores como forma de ver qual era o cenário que se tinha e a realidade presente, além de documentos internacionais como a Declaración de Cochabamba e a de Santa Cruz de La Sierra. Outro material de vital importância são as legislações que tratam diretamente da matéria como a Lei nº 10.753 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, e o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011 que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura, a Lei 13.696/2018 que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita e o Projeto de Lei do Senado n.49/2015 que institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Na proposta de elaboração do Plano, vários sujeitos sociais foram envolvidos, principalmente na gestão dos ministros da cultura Juca Ferreira que iniciou a discussão e Gilberto Gil que consolidou a política. Através da coordenação dos ministérios da Cultura e Educação foi realizado um amplo debate com a sociedade e setores relacionados diretamente a matéria desde representantes da cadeia produtiva: editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral, com cada segmento propondo coletivamente sugestões de inserção de tópicos no plano.

A intenção foi manter uma interlocução com sujeitos que tiveram papel de destaque no momento da redação do texto do plano, e também, com aqueles que por responderem por pasta criada especificamente para execução do Plano possam relatar todo o percurso desde a formulação até a implementação e como este caminho era, e é, influenciado pelo turbilhão político que assola o país, para tanto Secretários e Secretárias da Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura de todas as gestões responderam a uma entrevista (Apêndice A) com direcionamento aos objetivos propostos nesta análise.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se por entrevista semi-estruturada que segundo Triviños (2010, p.145-146, grifo do autor) é um importante meio de coleta de dados

[...] é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados [...] porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária enriquecendo a investigação. [...] Podemos entender por entrevista *semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante.

Dessa forma, os sujeitos foram submetidos a várias entrevistas, com a intenção não só de obter o máximo de informações, mas para que se possa variações nas respostas em diferentes momentos. Utilizou-se, para isso, um gravador, câmera digital e caderno de notas nas entrevistas como registro para utilização no material final de análise do estudo.

Com o material coletado, deu-se o tratamento necessário, iniciando pela análise documental dos itens já mencionados e seguidos pelo cruzamento das respostas dos questionários, toda esta prática em consonância com os objetivos delimitados para a pesquisa como forma de permitir uma análise entre o que estava nas questões norteadoras estabelecidas, com o resultado apresentado.

Esta tese é dividida, além desta introdução, de mais três seções onde se discorre sobre as categorias principais elencadas para este trabalho: cultura, política cultural, democratização de bens culturais e leitura e das secundárias que permeiam toda a discussão aqui apresentada: ideologia e inclusão social, e mais a conclusão. Na introdução intitulada: “Tecendo histórias e enredos para narrar uma introdução” é apresentado o tema central da discussão, com uma breve problematização e apresentação do PNLL, bem como a questão constitutiva que norteia a tese aqui

apresentada e as demais questões secundárias. Nesta seção também são apresentados o objetivo geral e os específicos e as hipóteses levantadas para o percurso da análise e o método utilizado para apreensão do objeto.

Na seção intitulada “O(s) (d)e(se)ncontros entre política e cultura para a formação de uma sociedade leitora” se discute a concepção de cultura elaborada por Antonio Gramsci e Raymond Williams suas aproximações e inter cruzamentos relacionando com a questão da leitura e das políticas culturais efetivadas no Brasil. É enfatizado, também nesta seção, a permanência de tradições que caracterizam as políticas públicas de cultura efetivadas no país: o autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade e fragilidade institucional e de como tal fato permaneceu (e permanece) presente na gestão pública do campo cultural entre idas e vindas do Ministério da Cultura. Também é apresentado um balanço histórico das políticas culturais com ênfase na democratização do livro e leitura tentando apreender os determinantes para que tal pauta entrasse na agenda governamental e a correlação de forças presentes entre Estado, política cultural e sociedade.

Na seção posterior: “A leitura, as armadilhas do óbvio e o discurso duplo: a política do livro e leitura brasileira sob a égide do neoliberalismo” o foco que se dá é uma discussão acerca do entendimento que se tem acerca da leitura para além das discussões óbvias e da falta de materialidade de ações concretas para que se viabilize uma política cultural orgânica para além de discursos vazios dos dirigentes e apresenta uma discussão sobre “Competência informacional” e “Letramento literário” que são dois princípios presentes no PNLL que integram o objetivo maior proposto pelo plano para a formação de uma sociedade leitora. Também, nesta seção, se discorre sobre o principal indicador do panorama leitor do país, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” desde sua primeira edição até a mais recente com foco em seus objetivos e resultados para tentar ir além do que está exposto pela pesquisa e chegar às entrelinhas daquele se pretende o maior instrumento de análise de dados sobre leitura no país. O objetivo principal desta seção é analisar como o processo de acesso ao livro e leitura se insere na correlação de forças no capitalismo neoliberal

Na última seção: “O PNLL como estratégia para democratização do livro e leitura no Brasil e sua dimensão político ideológica: avançamos, estagnamos ou retrocedemos?” o foco principal é naquela que foi (e ainda é) a maior materialização de uma política voltada para a democratização do livro e leitura no Brasil: o Plano

Nacional do Livro e Leitura, nesta seção evidencia-se todo o processo de estruturação, objetivos, princípios bem como procede a uma análise, frente à conjuntura atual, dos eixos principais de ação e sub-eixos correspondentes, identificando suas bases teórico-metodológicas, conceituais e legais traçando um paralelo entre o que foi feito e o que não foi alcançado, tentando responder a pergunta de que se houve avanço, se estagnou ou retrocedeu.

Na conclusão apresentamos as repostas tanto para a questão principal que constitui a tese ora apresentada, como para as questões secundárias, e diante da exposição, e da apreensão permitida por ela, se discorre entre os fatos apresentados e as hipóteses levantadas que nortearam todo o percurso de investigação e apresenta-se as conclusões obtidas pela pesquisa.

2 O(S) (D)E(SE)NCONTROS ENTRE POLÍTICA E CULTURA PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE LEITORA

A Cultura, como categoria analítica, esbarra em discursos polissêmicos e variados, que vão desde a sua simplificação em entendê-la apenas como demarcação identitária por meio de manifestações artísticas até uma abordagem macro de sua dinâmica intrinsecamente ligada ao contexto social, político e econômico.

Cultura, em seu sentido etimológico, é uma palavra de origem latina que traz em seu significado uma forte ligação com atividades agrícolas, especificamente do verbo *colere* que significa cultivar. Porém, tanto o seu uso quanto as formas de se entender cultura evoluiu em conjunto com a evolução humana, assumindo características diferentes em determinadas épocas e nações. Dessa forma uma palavra que a priori designava uma atividade material logo após o século XVIII se ressignifica como o cultivo do intelecto tanto no sentido individual como coletivo.

A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo [...] Se a palavra 'cultura' guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Neste único termo entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, o dado e o criado (EAGLETON, 2005, p. 11).

As primeiras investigações acerca da questão cultural datam do século XVIII especificamente na Alemanha, com foco em pensadores que interpretavam a história humana para entender o desenvolvimento dos povos no contexto das condições materiais em que se desenvolviam. Mas foi no século XIX que os estudos culturais tiveram uma expansão concomitante aos avanços imperialistas das nações européias, alavancados tanto por um projeto de nação e de dominação quanto por uma ruptura da concepção religiosa que era bastante presente sobre a cultura, onde as ciências humanas iniciam sua preocupação para o estudo da Cultura com caráter científico.

As preocupações sistemáticas com a cultura acompanharam as novas formas de conhecimento que então surgiam, explicando a forte ligação entre cultura e nação e cultura e sociedade.

Esse percurso histórico, e teórico, trouxe consigo uma forte demarcação de qual cultura política se instaurava no debate mundial e que se perpetuou, com características diferentes, principalmente nos países europeus, nos Estados Unidos e na América Latina.

[...] na América Latina as discussões sobre cultura se referiam a uma história de contribuições culturais de múltiplas origens, as quais tem por pólo de integração os processos que são dominantes do mundo ocidental no que concerne à produção econômica, à organização da sociedade, a estrutura da família, aos direitos e às idéias, concepções de modos de conhecimento (SANTOS, 2006, p.34).

Para um discernimento e apreensão da realidade cultural é importante entender o processo histórico que a produz em conjunto com suas relações de força, e poder e o confronto de interesses dentro da sociedade.

Em uma perspectiva mais ampla Hall (2003, p.135) entende cultura para além da concepção de que a mesma consiste na materialização de feitos de uma determinada sociedade, dessa forma afirma que a cultura:

Não consiste na soma de o melhor que foi pensado e dito, considerado como ápice de uma civilização plenamente realizada. [...] Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] A análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos.

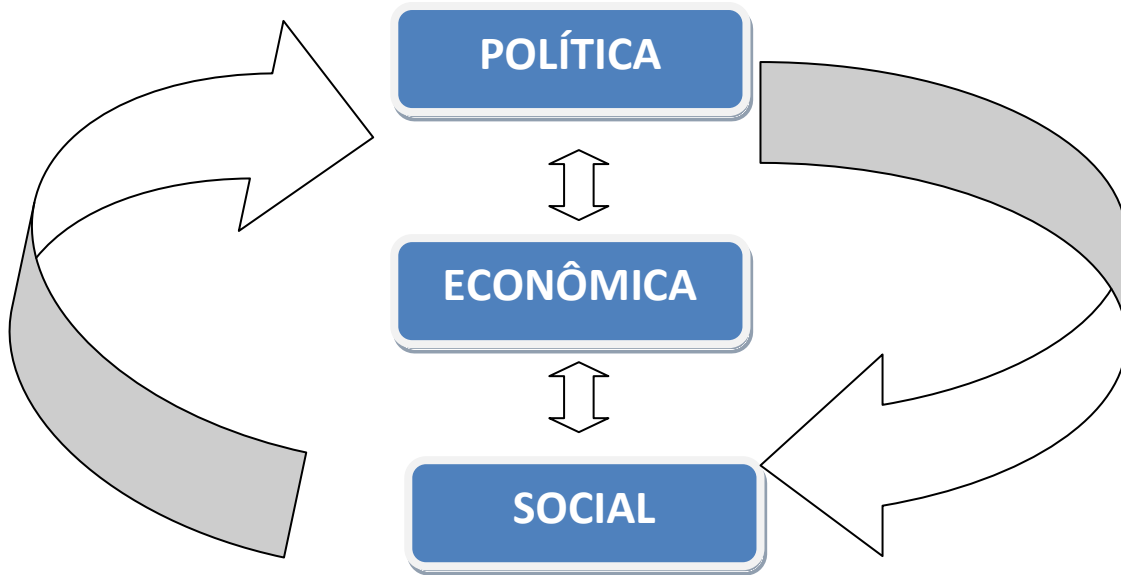
Entende-se a cultura não como um elemento finito, mas como parte de um movimento contínuo que interage e sofre influência de aspectos políticos, sociais e econômicos de uma determinada sociedade incluindo suas contradições. Visto que as práticas sociais estão imbricadamente inter-relacionadas, tentar entender a cultura é tentar desvelar a natureza de sua organização dentro de um determinado contexto.

Isto posto, fica evidente que a cultura é constituída por três dimensões específicas: a política, social e a econômica. Na dimensão política a cultura viabiliza condições para a vida em sociedade alicerçando, dessa forma, a experiência pública. A dimensão social traz o entendimento que a cultura é condição *sine qua non* para o exercício da cidadania com ênfase em aspectos como identidade, pertencimento e inclusão. Já a dimensão econômica balizada no tripé criação, produção e circulação entende a cultura como geradora de renda.

Em se tratando de concepções para compreensão e ações em uma perspectiva cultural destacam-se a antropológica e a sociológica, onde ambas

encontram destaque nas análises culturais, porém sua distinção se faz necessária quando se fala em políticas públicas, pois exigem estratégias distintas.

Figura 1 – Dimensões da cultura



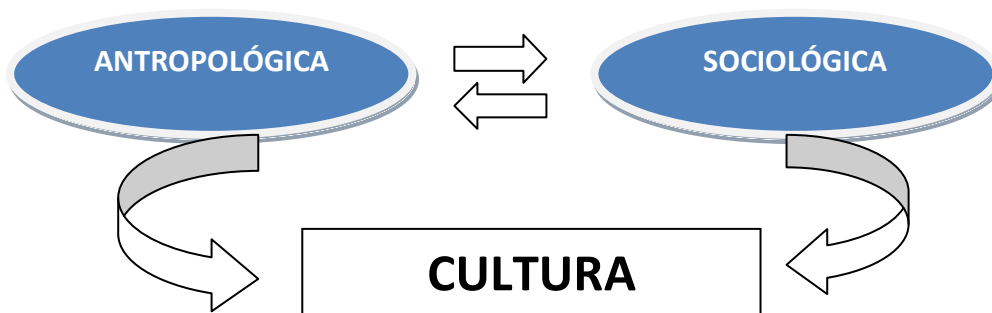
Fonte: Elaborado pelo autor

Na concepção antropológica, pensada por Botelho, a cultura se produz por meio da interação social onde os indivíduos elaboram todos os códigos de convivência desde seus modos de pensar e agir até a determinação de valores que os permitem estabelecerem uma rotina de convivência. A referida autora ainda pontua que os fatores que influenciam a construção deste universo têm influência direta de questões regionais, econômicas, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc.

A concepção sociológica já não se atém ao plano individual, ao privado, mas caracteriza-se pela relação em sociedade com organismos socialmente construídos e que norteiam a vida em coletividade.

Ou seja, na primeira concepção, conforme Santos, a preocupação maior é com todos os aspectos de uma determinada realidade social, englobando tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação. Na segunda concepção, a sociológica, mesmo com a sua especificidade ainda persiste à referência a totalidade de características de uma determinada realidade social que caracteriza a concepção antropológica, mas com interesse maior na materialização destes códigos de sociabilidade na vida social.

Figura 2 – Concepções da cultura



Fonte: Elaborado pelo autor

A influência da cultura no cotidiano das relações humanas é alicerçada por um duplo movimento em que ao mesmo tempo em que se cria e se perpetua uma determinada cultura, sem ao menos perceber isto e agindo de forma involuntária, em determinados momentos atua-se de forma a tentar influir na dinâmica cultural de forma mais consciente e incisiva. Partindo desse pressuposto entende-se que há formas de se receber a cultura: de forma estática, acumulativa, e dialética

Na primeira, o indivíduo recebe toda a carga de informação sem tentar modificá-la, a outra forma seria a acumulativa, porém dinâmica, podendo reelaborar tudo o que se recebe a partir de uma reorganização de acordo com um entendimento próprio, “[...] cada realidade cultural tem sua lógica interna, qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 1985, p.8).

Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática. O estudo de sistemas de informação e comunicação impõe que se admitam hipóteses de natureza cultural devido aos seguintes motivos:

- a) a cultura é criada por seres humanos;
- b) a cultura fornece a matriz das regras pelas quais utilizamos a linguagem, signos e símbolos não-verbais;
- c) a cultura pode ser categorizada no sentido não-material como possuidora de sistemas éticos, morais ou artísticos que lhe são próprias;

d) a cultura pode ser categorizada nos sentido material de modo a incluir qualquer coisa feita pelo ser humano para qualquer fim (MCGARRY, 1999).

Chauí (1985) formula uma compreensão sobre cultura e sua materialidade quando sugere que a mesma seja compreendida sob a perspectiva de dois planos: a cultura em seu sentido amplo por meio de um conjunto de práticas, idéias, conhecimentos que se relacionam simbolicamente entre pessoas e sociedade, e a cultura em seu sentido estrito como resultado de práticas e idéias de grupos específicos especializados em diferentes manifestações, linguagens e campos culturais.

Sob essa perspectiva, embasado numa visão lefebvriana, a cultura não se restringe a se constituir em expressão de suas formas e estrutura material, mas sim caracterizado por seus usos e funções dependendo da ação da vida cotidiana para o estabelecimento de relações sociais novas ou antigas (COLOMBIANO 2007).

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é 'algo natural', não é uma decorrência das leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas a percepção da cultura, mas também a sua relevância, a importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade (SANTOS, 2006, p.45).

Conceitos pensados e refinados por Gramsci como os de: hegemonia, bloco histórico, intelectuais orgânicos e cultura nos ajudam a pensar o objeto em análise. O que se pretende com este exercício é uma elaboração ampliada acerca de cultura e sua relação com a sociedade política e sociedade civil. Para tanto a abordagem das categorias será a historicista, pois entende-se como a mais vantajosa para a compreensão histórica dos problemas filosóficos, na mesma medida que problematiza os acontecimentos históricos.

Nesse sentido evidencia-se que o contexto histórico é determinante para o que se pensou e como as coisas foram pensadas, pois como enfatiza Gramsci (1977, p.1134) “[...] deve sempre vigorar o principio de que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não são criadoras de outras filosofias, mas que elas são expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real”.

A compreensão de cultura gramsciana perpassa por duas direções que apontam para uma univocidade de entendimento: de um lado cultura significa os modos de viver, pensar e de sentir de uma determinada civilização, por outro lado cultura também é concebida como um projeto de formação dos indivíduos com intuito de ser repassado de geração a geração. O arcabouço cultural engloba múltiplas ambiências como a família, classe social, região, língua, escola, trabalho, ou seja, os mais diversos canais de formação do indivíduo na sociedade.

A cultura toma forma, então, de um saber que se produz por meio da ação e por meio do qual o refletir se cria e se altera, sendo possível compreendendo também: a organização cultural do país em determinado momento histórico; as relações internacionais e a reciprocidade entre as nações; o movimento da política neoliberal global e sua interferência no conjunto das relações políticas, econômicas e culturais no país; a formação da concepção de mundos que norteiam a vida em sociedade; a atividade das organizações culturais no processo de formação e; os elementos inovadores presentes na prática cotidiana das classes populares.

A perspectiva gramsciana acerca da cultura resvala pela sua elaboração do intelectual orgânico e da necessidade da formação de consciência de classe permitindo uma mudança de posturas balizadas do senso comum para o conhecimento crítico. Para Gramsci (1989, p.36), “[...] a luta cultural para transformar a mentalidade popular e divulgar as inovações filosóficas se revelam historicamente verdadeiras, na medida em que se tornam concretamente, isto é, histórica e socialmente universais.”

O autor concebe a cultura como um bem universal, com acesso às ordens de classe, pois sua mediação trata-se de uma ação focada na dimensão política com vistas a promover a autonomia intelectual, onde culmina com a organização da cultura preconizada por Gramsci, ou seja, sua concepção de cultura como lócus das lutas entre os diversos projetos em disputa na sociedade, o acesso a cultura promoveria um novo modo de ser que resultaria em uma nova forma de consciência.

O pertencimento e consciência de classe objetiva o que Gramsci entende como fator indissociável para a cultura que é “[...] conhecer-te a ti mesmo significa ser si mesmo” (GRAMSCI, 2004, p.56). Para o autor, portanto, cultura envolve a organização do próprio eu, apropriação da própria personalidade e conquista da consciência superior, pois, somente dessa maneira, o sujeito começa a compreender seu valor histórico e sua função na sociedade. Essa perspectiva

confirma o pressuposto de Gramsci de que o homem é uma criação histórica e não natural, ou seja, é determinada por seu papel como sujeito histórico.

A construção do sujeito social, conforme o pensamento de Gramsci vai para além de habilidades técnicas, sendo necessário a incorporação de elementos filosóficos, políticos e ideológicos para uma visão crítica do mundo, segundo o autor “[...] todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 2004, p.93) porém nem todos exercitam essa criticidade latente em todos os seres humanos.

Um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isso é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p.8).

Nessa perspectiva a classe subalterna não é mais compreendida como apenas receptora da cultura, mas sim como produtora de conhecimento, a cultura, apresentada neste postulado não representa mais algo produzido apenas por um grupo seletivo de pessoas e dependente de uma determinada vontade política para ser distribuída para as camadas populares. Dessa forma, o intelectual atua como um mediador entre a sociedade política e a sociedade civil.

A abordagem apresentada por Gramsci encontra relação com as formas apresentadas sobre como se dá o movimento da cultura: estática, cumulativa e dialética, em sua elaboração de homem massa e homem coletivo, onde o indivíduo assume uma postura acrítica, ou seja, estática, perante a sociedade com preconceitos arraigados e cristalizados o que se configura como o inverso do homem coletivo que já é aberto ao debate ao conhecimento do novo e com ímpeto de atuar de forma coletiva na sociedade.

Conforme postula Kosik (1976) o homem só se torna ciente de sua realidade, e, por conseguinte de sua cultura, no momento em que cria e influi em sua realidade em sociedade se comportando antes de tudo como um ser prático. Todos podem ser considerados intelectuais porque participam da vida em sociedade e em relação com a natureza e todos defrontam-se com problemas reais e apresentam soluções práticas.

Essa incorporação de uma consciência crítica no fazer cotidiano só pode ser obtida por meio de uma luta de hegemonias políticas, com direções amplamente contrastantes, é necessária a consciência de que se faz parte de uma determinada força hegemônica derivando desse processo a consciência política resultando na

primeira fase da autoconsciência tão necessária para a unificação da teoria e prática (*práxis*). A *práxis* pensada por Gramsci só pode ser concebida em seu devir histórico em que é possível uma distinção ética e uma unidade intelectual que favoreça uma concepção de mundo coerente.

Em consonância com o pensamento de Gramsci, Vazquez (1990) reafirma o comprometimento da função dos intelectuais na sociedade, visto que, é sua responsabilidade o fornecimento e mediação para superação do senso comum e de possibilitar que a massa popular se compreenda em sua conjuntura como sujeito histórico, o que prescinde da junção de teoria e prática, onde a primeira tem sua fonte na segunda, sendo que a teoria corresponde às necessidades da prática.

Porém, esse processo de formação crítica e consciente do processo da história do mundo é resultado mais de uma formação política e social do que uma mera reflexão pessoal. Para Gramsci filosofia e política são indissociáveis, portanto quando unidas significam organicidade de pensamento e a solidez cultural constituem-se, assim, como um bloco cultural e social resultando na filosofia da *práxis* (GRAMSCI 2004b, p.100).

A filosofia da *práxis* se sustenta no momento em que ocorre uma ação crítica como forma de superação de um pensamento cristalizado na forma de senso comum. Em sua concepção de classes subalternas e dominantes, Gramsci (2004b) enfatiza o domínio acerca de uma concepção de mundo imposta pela classe dominante cujo interesse ideológico corresponde a sua função histórica e não aos interesses da classe subalterna.

Esse movimento ideológico é imposto por meio de vários canais (aparelhos ideológicos) culminando na forma de dominação e construção de uma consciência social de toda uma coletividade e, com isso, arregimenta a hegemonia dos interesses da classe dominante.

Esses canais impostos pela classe dominante norteiam as relações e favorecem o domínio das classes subalternas, criando uma consciência onde todos os interesses e aspirações oriundas, mesmo de forma espontânea, pelas classes subalternas não incorram em uma ação prática, lutas ou movimentos decorrentes de um conformismo latente diante da realidade. Esta forma de conceber cultura é nociva para o proletariado, pois dificulta a compreensão da totalidade originando uma situação irreal em que o indivíduo considera conhecimento apenas quando memoriza dados de forma acrítica.

Na distinção entre governantes e governados, Gramsci (2004b) fundamenta sua teoria política através de uma abordagem sobre o conhecimento popular centrada no dualismo entre sociedade civil/aparelhos ideológicos, sociedade política de hegemonia estatal e coerção. Nesta perspectiva que o autor realiza profundos debates acerca do senso comum, folclore, religião, literatura entre outros, onde se percebe o alinhamento entre determinadas características: a ambigüidade, a fragmentariedade, a criticidade, a imediaticidade, o dogmatismo e a heterogeneidade.

A ambigüidade expressa por Gramsci (2004b) se materializa nos mais diversas expressões artísticas onde ao mesmo tempo que elementos cristalizados, conservadores e reacionários estão presente para garantia da manutenção da ordem, também possui elementos progressistas, inovadores que favorecem uma mudança e uma ação política, contendo neste caso, elementos contraditórios que negam e afirmam o processo.

No entanto, esta contradição não tem característica dialética e sim como elementos opostos entre si onde se estabelece um processo de negação, não necessariamente de contradição. Ou seja, não ocorre com características de um movimento externo historicamente dado, mas sim surge como um ato abstrato favorecendo em uma postura dogmática e acrítica frente à realidade.

Em função desta característica ambígua que forma uma estrutura ambivalente, que a acriticidade se manifesta. O conhecimento está sempre em processo de transformação ou já formou sistemas de concepções onde seus elementos constitutivos são de naturezas distintas. A quebra deste paradigma só é possível por meio da compreensão crítica de si próprio, o auto conhecer-se, oriundo das lutas pela hegemonia política.

Por isso, a mediação e organização entre os intelectuais e os populares tornam-se vital, pois é na política que se encontra o elemento chave para a formação de uma consciência crítica para a superação do senso comum no estabelecimento de uma filosofia superior. A organização “[...] não existe sem intelectuais, sem que o aspecto teórico da ligação teoria e prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica.” (GRAMSCI, 2004a, p.104).

Para o autor a questão da cultura tem função histórica e não pode ser tratada abstratamente, pois a mesma em sua concepção, não se trata de um

simples jogo de idéias que se resolve fora da realidade, é preciso ter em vista que uma nova concepção de mundo é decorrente primeiro por razões políticas e depois por razões sociais, sendo imprescindível o elemento formal de coerência lógica como elemento de autoridade organizativa para ter função de orientação geral tanto no espectro individual quanto coletivo.

Na perspectiva de Gramsci é enfatizada a necessidade da criação de uma nova cultura que servirá de base para a ordem social que não se constituirá de privilégios para intelectuais mas terá base de criação comum. É indissociável a relação entre conhecimento histórico, luta cultural, práxis e processos de formação humana.

O processo de hierarquização das organizações da cultura implica na complexidade presente na vida cultural de um determinado período histórico. Tudo o que é produzido, o nível de homogeneização ideológica, bem como a amplitude de seu alcance na sociedade denota o grau de desenvolvimento social. A relação de poder e de forças está presente em todos os domínios da cultura seja na produção, criação, distribuição do que usualmente se denomina como bens culturais, reforçando que os conceitos de hegemonia e ideologia estão intrinsecamente ligados na relação entre Estado e Cultura.

A importância da questão cultural para a classe trabalhadora resulta da crítica à burguesia e por conseguinte das formas de dominação intelectual e política ensejada pela cultura vigente alicerçada na ideologia dos que detêm o poder. Não se trata aqui de tentar hierarquizar relevâncias entre cultura e ação política, mas sim de enfatizar sua univocidade, resultado de lutas históricas dos trabalhadores tendo na cultura o fator fundante de uma emancipação ensejada no processo de uma organização política.

Cultura, na concepção gramsciniana, pode ser entendida como um patrimônio reflexivo que demarca uma determinada realidade social que se materializa sob a forma de normas, padrões, concepções de um determinado grupo social que rege o comportamento em sociedade, engloba, também, todo tipo de manifestação oriunda da criatividade humana como a ciência, a arte, religião, política desde que seja resultado do desenvolvimento histórico de um grupo social.

Essa percepção ampliada de cultura não obscurecia o entendimento de Gramsci acerca da existência de manifestações culturais criadas e mantidas sob a

égide do capitalismo que denota a existência de uma sociedade de classes onde se produz dois tipos de cultura: a dos dominantes e a dos subalternos.

Por conseguinte, a hegemonia cultural perpassa pela ação da sociedade civil e pelos organismos sociais e políticos.

[...] pode-se por enquanto fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organizações chamados comumente de 'privados') e o da 'sociedade política' ou Estado, que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico' (GRAMSCI, 1977, p.1518).

Raymond Williams pertencia a tradição britânica da crítica cultural materialista que articula a produção artística às condições materiais da sociedade, ou seja, realizava uma crítica cultural com forte influência na sociedade contemporânea, iniciando a corrente teórica conhecida como estudos culturais, que gerou forte debate no século XX. Cevalco (2003) enfatiza que a nova corrente teórica originou-se em função de uma necessidade política fortemente ligada a democracia da educação.

Sua concepção acerca do conceito de cultura vem alicerçada na ligação com a vida social, pois percebeu que a apreensão mais ampla acerca da cultura não poderia restringir-se apenas na etimologia de seu significado, mas em um "movimento amplo e geral de idéias e sentimentos" (WILLIAMS, 1969, p. 19) ou seja, sua análise foi mais audaciosa no sentido de ir além do sistema de compreensão do mundo em categorias como economia, política, sociedade, cultura, arte mas também de relacioná-los com seus determinantes e suas determinações. Novos conceitos começaram a serem discutidos como interdisciplinaridade, experimentalismo, extensão, militância todos eles alicerçados em uma concepção de educação popular.

É notório que o avanço das tecnologias de informação e comunicação trouxe a alguns teóricos o que se costuma chamar de "fetichismo da tecnologia" vendo na mesma a panacéia para os males da humanidade resultando em um determinismo tecnológico vazio, no entanto, Williams não sucumbiu nem ao fetichismo da tecnologia em suas análises bem como no sistema de significados existentes nos estudos literários.

Além de Williams, Thompson e Hoggart tinham vinculações históricas com a luta social e cultural da classe operária em contraponto a concepção elitista acerca

da educação vigentes na época, propondo uma “cultura comum” com amplitude significativa com vistas a incluir a cultura popular e a cultura mediada pelos meios de comunicação de massa.

Thompson (1963) estabelece uma relação entre a noção de classe presente na teoria marxista concluindo que a mesma é um fenômeno histórico que engloba uma série de situações divergentes que a priori poderiam ser entendidas como distantes, mas interligadas tanto na matéria prima da experiência como na consciência.

Eagleton (2006) tece diversas críticas as novas orientações político ideológicas que permeiam os novos estudos culturais como as que se vê: culturalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo. Segundo o autor estes movimentos promovem uma despolitização dos estudos culturais ao se afastarem da perspectiva marxiana resultando numa fragilidade e dispersão teórica sendo necessário reavaliar “[...] radicalmente o primeiro (marxismo) e adotando uma atitude cautelosa diante dos aspectos mais acrílicos, não históricos e duvidosamente modernos do segundo (pós-modernismo)” (EAGLETON, 2006, p. 347).

Concorda-se com Williams em suas concepções sobre cultura, que culmina na crítica cultural materialista, e, por conseguinte, do materialismo cultural não engessam e não entendem categorias como conceitos cristalizados, mas sim como movimentos históricos, que as vezes resultam em formulações dispares em torno do problema central da teoria marxista com foco na cultura.

É necessário:

[...] compreender a determinação em termos de estabelecimento de limites e parâmetros, da definição de espaços de operação, das condições concretas de existência do caráter do já dado das práticas sociais, em vez da previsibilidade absoluta de resultados específicos, é a única base de um ‘marxismo’ sem garantias finais (HALL, 2003, p.292).

Para Williams (1979) a cultura é material, pois é construída em bases materiais sob formas convencionadas historicamente, sendo necessário “[...] definir a unidade qualitativa do processo sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo” (WILLIAMS, 1979, p. 148).

A correlação entre experiência, consciência e linguagem para Williams estaria em uma lógica que ele intitulava como “estrutura de sentimento” que assume papel central dentro do materialismo cultural, sua orientação é guiada pela

articulação entre política e ideologia presente nas práticas culturais e sua correlação em como uma determinada conjuntura se articula com outras práticas. As estruturas de sentimento preconizadas por Williams são elementos particulares dentro da cultura mais geral e atuam de forma contra-hegemônica.

As estruturas de sentido podem ser definidas como experiências sociais em solução, distintas de outras formações semânticas sociais que foram precipitadas e existem de mais evidente e imediata. Nem toda arte, porém, se relaciona com uma estrutura contemporânea de sentimentos. As formações efetivas da maior parte da arte presente se relacionam com formações sociais já manifestas, dominantes ou residuais, sendo principalmente com as formações emergentes (embora com frequência na forma de modificações ou perturbações nas velhas formas) que a estrutura de sentimento, como solução, se relaciona. Mas essa solução específica não é nunca um mero fluxo. É uma formação estruturada que, por estar na margem mesma da disponibilidade semântica, tem muitas das características de uma pré-formação, ate que as articulações específicas – novas figuras semânticas – são descobertas na prática material – por vezes de forma relativamente isoladas, que só mais tarde são vistas como parte de uma geração (com frequência de uma minoria) significativa, e que por sua vez em muitos casos tem ligação substancial com seus antecessores (WILLIAMS, 1979, p. 136).

Portanto, para Williams experiência é sempre material, social e histórica, ou seja, não há como realizar uma leitura acerca da cultura sem que esteja diretamente ligada ao modo de vida, para além da noção de base e superestrutura presente na teoria marxista, mas como correlação de forças que se determinam mutuamente, porém de forma desigual, “O que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais” (HALL, 2003, p. 258).

Dessa forma o debate teórico sobre cultura “[...] não pode se isentar do mais rigoroso exame de sua própria situação e das formações sociais e históricas em que se insere, ou de uma análise conjunta de suas premissas, proposições, métodos e resultados” (WILLIAMS, 2007, p. 163).

A sociedade e cultura estão diretamente relacionadas diferenciando-se, apenas, nas suas formas de materialização, pois na concepção com enfoque nos estudos culturais essa relação constituída entre cultura e sociedade tem base nas relações sociais assumindo características de vetores conferindo formas concretas aos processos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Em consonância com o pensamento de Williams, Bakhtin (1988) propõe o deslocamento teórico do dual base e superestrutura para um complexo ideológico

focado no discurso e poder “O domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos [...] tudo que é ideológico possui valor semiótico” (HALL, 2003, p. 230).

Neste sentido que objetivamos uma intersecção entre cultura e leitura, tanto na formulação de conceitos quanto na apreensão de que lugar ela se encontra na conjuntura política, econômica e social. A leitura prioriza o significado, em que a aptidão para ler não tem uma obrigatoriedade com a habilidade de escrever, ou como pensa Freire (1994, p.20) “[...] a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

E quanto a uma definição sobre o que é leitura? Esse questionamento não encontra um discurso pronto, firmado. A Academia, por exemplo, encontra discordância quanto à variedade de sentidos e de ideologia presentes no ato de ler. Na Comunicação o fluxo informacional ocorre sob cinco fases: produção, transmissão, recepção, armazenagem e repetição. Em se tratando da leitura, existe a corrente que defende ser um processo exclusivamente lingüístico, e uma segunda que a vê como um processo semântico-visual (FISCHER, 2006).

Martins (2006, p. 30, grifo da autora) compreende a leitura como um processo amplo que envolve o falar, a escrita, a história numa interação entre autor e leitor:

Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.

A leitura dessa forma transcende a escrita e o texto em si, e inicia-se antes do contato com o texto. Questões como relações sociais, perfil socioeconômico e cultural acabam por influir consideravelmente no desempenho do leitor e na compreensão do texto, pois o ato de dar sentido a ele está diretamente relacionado no contexto social em que o leitor está inserido.

Martins (2006) estabelece três níveis básicos de leitura, sendo eles os sensoriais, emocionais e racionais. Cada um desses níveis possui uma particularidade de aproximação ao objeto lido.

No entanto como a leitura possui uma dinâmica própria, esses níveis acabam por se relacionar, ocorrendo muitas vezes de forma simultânea com destaque nas características de um dependendo do interesse do leitor e do contexto geral ao qual ele se insere. Os pontos principais de cada nível, são os seguintes:

- a) Nível sensorial: os sentidos da visão, audição, olfato e paladar compõe o referencial na leitura sensorial. Não caracteriza-se como uma leitura elaborada, mas uma forma de percepção e compreensão de alguns significados como cores, imagens, sons, cheiros e gosto;
- b) Nível emocional: ligada diretamente a sentimentos, o que implica em subjetividade. O inconsciente apresenta novas variáveis na compreensão da leitura que acabam por criar um mundo a parte do que é apresentado ou de uma realidade que é construída por se apresentar como melhor opção. A empatia é comumente presente na leitura emocional como uma participação afetiva em outra realidade;
- c) Nível racional: enfatiza o intelecto, a razão em detrimento da emoção e dos sentimentos, ocorrendo em muitos dos casos uma limitação à noção da leitura ao texto escrito. Favorece uma reflexão e reordenação de um mundo objetivo atribuindo ao ato de ler significado ao texto. E ainda, questionamentos quanto à própria individualidade e o universo das relações sociais (MARTINS, 2006).

Ler, segundo o pensamento de Kleiman (1989), configura-se numa atividade muito complexa, plural necessitando o engajamento de vários fatores como a memória, atenção, percepção e conhecimentos linguísticos, ora requeridos durante o processo da leitura para atribuir significado ao texto.

Percebe-se também uma forte corrente que defende a mediação da leitura por considerar o acesso apenas como uma etapa da apreensão de práticas leitoras, a ênfase é dada ao uso da apropriação da leitura e de seus significados (MARQUES NETO, 2009).

2.1 O autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional como tradições na política cultural brasileira

De acordo com Telles (1999) as organizações estatais não atendem as demandas sociais, pelo fato de referências indentityárias tradicionais serem excluídas. Isso para ela ocorre, devido à emergência de diferenças sociais, culturais

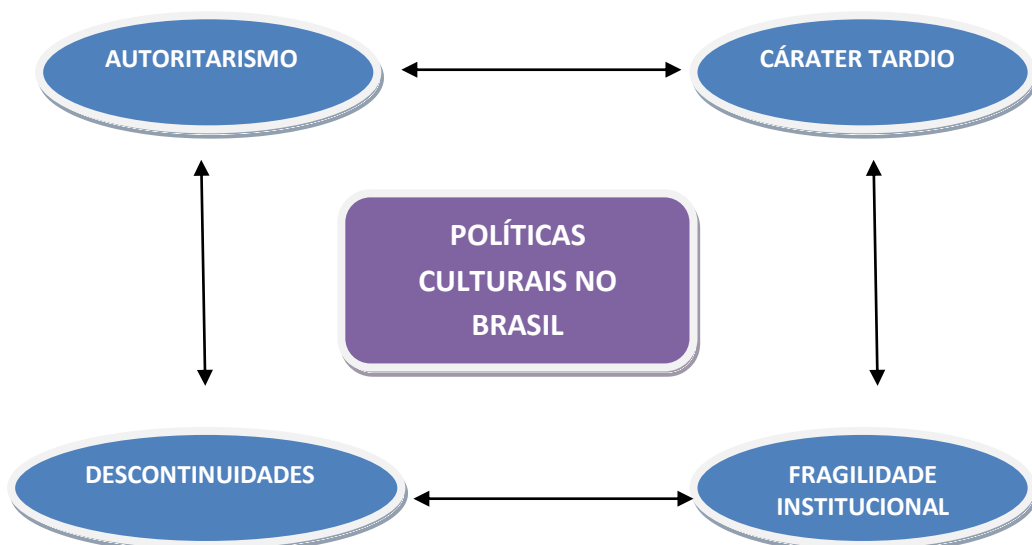
e simbólicas que vão à contramão de mecanismos tradicionais de representação, mas o que é posto, é a tarefa de tornar comensurável a heterogeneidade inscrita na vida social.

O acesso à cultura – cultura pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento – ou a necessidade de apropriar-se continuamente de suas variáveis e disponibilizar esse acervo à comunidade, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim, exige um ambiente comunitário e político favorável a inserção cultural do indivíduo e grupos [...]. A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente (PORTO, 2007, p.169).

Rubim (2008) defendem a premissa que as políticas culturais no Brasil são alicerçadas por tradições fortemente arraigadas no imaginário do país, e, por conseguinte, na gestão de políticas públicas que são: o autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional.

[...] O termo “ausências” expressa a falta de políticas culturais e, mais recentemente, a atitude do Estado em abdicar de desenvolver políticas em prol de uma regulação da cultura pelo mercado. A noção do autoritarismo associa políticas culturais aos governos ditatoriais e também pelos laços autoritários presentes na sociedade, inclusive em momentos democráticos. Ela implica no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão do acesso a determinadas modalidades culturais. A terceira tradição, vinculada as anteriores, anota instabilidades derivadas de fatores como: descontinuidades, fragilidades institucionais, repressão, etc (RUBIM, 2015, p. 12).

Figura 3 – Tradições na política cultural brasileira



Fonte: Rubim (2015)

Pensamento próximo ao de Chauí (1995) quando a autora elenca a relação entre Estado e cultura regida por quatro modalidades:

- a) Liberal: cultura ligada às belas artes como privilégio de elites escolarizadas;
- b) Estado autoritário: Estado como produtor da cultura e censor da produção cultural;
- c) Populista: manipulação através da cultura popular entendida como produção cultural do povo; e
- d) Neoliberal: identifica evento de massa e cultura privatizando as instituições públicas culturais.

Em oposição a essas modalidades, a referida autora, tece uma teoria mais abrangente sobre cultura e contra os modelos vigentes em que o conceito de cultura vai além das belas artes, tomando o seu sentido antropológico gerado através das relações entre os indivíduos (CHAUÍ, 1995; BOTELHO, 2001; BELING, 2005) que iria contra a visão liberal.

No tocante a visão autoritária faz-se necessária a diferenciação entre o estadismo cultural e a dimensão pública da cultura. A populista¹ reduz a discussão sobre cultura na polaridade entre o popular e o de elite sendo que a discussão vai muito além desse tipo de classificação. Contra a visão neoliberal deve-se enfatizar a ação cultural no lugar dos padrões fixados e definir o papel do poder público em relação aos serviços culturais (bibliotecas entre outros) e no financiamento das produções culturais (CHAUÍ, 1995).

Quando se fala no tocante a produção e incentivo por parte do Estado no quanto à cultura esbarra-se no direito do cidadão em participar nas decisões da política cultural, e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária com o intuito de garantir o acesso à produção cultural como explica Chauí (2006, p.238):

¹ O termo populismo aqui utilizado se funda na sua acepção política: “ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar”. O populismo no Brasil nasceu com Getúlio Vargas e foi caracterizado, entre outros aspectos, pela capacidade de o Estado conter e manipular o movimento de massas organizado. Para isso foi fundamental a destruição da organização independente dos trabalhadores, atrelando-a ao Estado, mas também a concessão de uma série de avanços no tocante às relações do capital/trabalho e à cobertura de riscos sociais. Segundo Weffort “a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de vázio político, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la (...)” (Weffort, 1981, p. 159).

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

No entanto, as políticas públicas, não se eximem de serem construídas em cima de interesses e com objetivos transversais incutidos em suas estratégias de ação, como pontua Yazbek (2010, p. 62)

[...] a Política Pública entendida aqui, como intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, responde a interesses diversos, ou seja expressa relações, conflitos e contradições que resultam na desigualdade estrutural da sociedade capitalista. Interesses que não são neutros ou igualitários e reproduzem desigual e contraditoriamente relações na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade.

Em se tratando de políticas públicas de cultura ou políticas culturais a sua análise torna-se ainda mais complexa devido à variedade de interpretações sobre a definição de cultura.

Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por esses agentes visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (COELHO, 1997).

Canclini (2010, p.114) apresenta sua concepção sobre políticas culturais:

As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população.

E ainda, o referido autor conceitua política cultural como sendo um conjunto de intervenções a cargo do Estado, pelas instituições civis e por grupos organizados tendo como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e assim obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2005)

A política cultural tem que ser pensada, conforme enfatiza Chauí (1995), como direito social, com ênfase nos seguintes termos:

- a) Direitos de acesso e de fruição de bens culturais através de serviços públicos (dentre eles as bibliotecas) com foco no direito à informação;
- b) Direito à criação cultural como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades que oportunizem aos sujeitos sociais envolvidos se reconhecerem como sujeitos de sua história;
- c) Direito a reconhecer-se como sujeito cultural através da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade na geração de produtos culturais;
- d) Direito à participação nas decisões políticas sobre cultura através dos meios legais de acompanhamento e deliberação sobre a política cultural nacional.

A questão dos direitos sociais perpassa pela integração de indivíduos, vivendo em comunidade, que estruturados por um conjunto de instituições, exercem seus direitos civis, políticos e sociais. Entre esses direitos, contam-se os direitos culturais, que segundo Constituição Brasileira no seu Art. 15 “[...] o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988, p.91).

Calabre (2009) centra seu debate sobre tentativas da construção de uma política que tenha na cultura o foco de suas ações, ou mesmo que se inicie o debate sobre, a partir da década de 30, período este marcado historicamente por relevantes mudanças nos aspectos políticos, econômicos, sociais e administrativos como veremos a seguir.

Na era Vargas (1930-1945) criou-se o Ministério da Educação e Saúde (MES) sob a gestão de Gustavo Capanema, onde na redação do Conselho Nacional da Educação fazia-se referência, pela primeira vez em autos administrativos, à cultura, mesmo que de forma a estar inserida em um projeto nacionalista e de forma transversal.

Foi, também, neste período o retorno do Conselho Nacional de Cultura (CNC), Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Instituto Nacional do Livro (INL),

Instituto Nacional do Cinema Educativo, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ao mesmo tempo em que se criava vários órgãos e entidades ligadas a cultura este período foi marcado pela contradição pela constante prática de atividades ligadas à censura e repressão.

Os governos que sucederam a gestão Vargas, perderam a força no sentido de continuarem a expandir o debate sobre cultura no país, na verdade as décadas de 1940 e 1960 se caracterizaram mais por cuidarem da manutenção do que foi gestado na era Vargas do que propriamente na criação de algo novo. Esta época é marcada pelo crescimento da indústria cultural no país e a forte incisiva da iniciativa privada na área cultural. Em 1946, é criado o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e em 1953 a área da saúde ganha uma pasta própria e a educação passa a ser gerida pelo MEC.

Nas décadas de 1960 a 1970, conforme a demarcação histórica feita por Calabre (2009), ganham mais espaço dentro do planejamento público. Anterior ao golpe de 1964, o governo federal implanou ações como a incorporação do Conselho Nacional de Cultura (CNC) no organograma com subordinação à Presidência da República, em 1961 sob a gestão de Jânio Quadros, em 1971, vinte e dois estados contavam com seus conselhos e neste período é criada a Empresa Brasileira de Filmes S/A. (Embrafilme), em 1969.

Em 1970 sob a gestão de Jarbas Passarinho (1969-1973) o MEC implanta o Plano de Ação Cultural (PAC) e cria o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e da Secretaria de Cultura no âmbito do MEC com uma forte intensificação e fortalecimento da área da cultura com a criação do primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC), criação em 1975 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

Somente em 1985, sob a gestão de José Sarney, a pasta da Cultura teve um Ministério próprio, por meio do Decreto 91.144/85 foi instituído e criado o Ministério da Cultura.

No quadro abaixo são elencados o/s ministro/as que assumiram a pasta (efetivos e interinos), período da gestão, presidente/a e principais marcos da gestão.

Quadro 2 – Relação de ministros, período, presidentes e marcos na gestão

	MINISTRO/AS	PERÍODO DA GESTÃO	PRESIDENTE/A	MARCOS DA GESTÃO
01	José Aparecido de Oliveira	15/03/1985 a 29/05/1985	José Sarney (MDB)	Política Nacional de Cultura
02	Alúcio Pimenta	13/05/1985 a 13/02/1986		Decreto 91.144/85 criação do Ministério da Cultura
03	Celso Furtado	14/02/1986 a 28/07/1988		Lei Sarney Lei 7.505/86
04	Hugo Napoleão do Rego Neto	28/07/1988 a 19/09/1988		
05	José Aparecido de Oliveira	19/09/1988 a 14/03/1989		
Extinção do Ministério da Cultura / Status de Secretaria				
06	Ipojuca Pontes	14/03/1990 a 10/03/1991	Fernando Collor (PRN)	Lei 8.028 rebaixa o ministério a status de secretaria Lei 8.029 extingue órgãos como: FUNARTE, EMBRAFILME, FDC e FUNDACEN
07	Sérgio Paulo Rouanet	10/03/1991 a 02/10/1992		Lei 8.313/91 promulgação da Lei Rouanet
Retorno da pasta da Cultura como Ministério				
08	Antonio Houaiss	02/10/1992 a 01/09/1993		

09	Jerônimo Moscardo	01/09/1993 a 09/12/1993	Itamar Franco (PMDB)	
10	Luiz Roberto Nascimento Filho	15/12/1993 a 31/12/1994		Lei do Audiovisual Lei 8.685/93
11	Francisco Weffort	01/01/1995 a 31/12/2002	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Fortalecimento da Lei Rouanet no âmbito cultural
12	Gilberto Gil	01/01/2003 a 30/07/2008	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	Sistema Nacional de Cultura
13				Juca Ferreira
14	Ana de Hollanda	01/01/2011 a 13/09/2012	Dilma Rousseff (PT)	Conferência Nacional de Cultura
15				Marta Suplicy
16	Ana Cristina Wanzeler	13/11/2014 a		Plano de Economia Criativa
				Sistema Nacional de Cultura Vale Cultura

	(interina)	31/12/2014		
17	Juca Ferreira	01/01/2015 a 12/05/2016		
Nova tentativa de extinção do Ministério da Cultura				
18	Marcelo Calero	24/05/2016 a 18/11/2016	Michel Temer (MDB)	Extinção do Ministério e desistência após pressão popular
19	Roberto Freire	18/11/2016 a 22/05/2017		
20	João Batista de Andrade (interino)	22/05/2017 a 24/07/2017		
21	Sérgio Sá Leitão	25/07/2017 a 31/12/2018		
01/01/2019 – Extinção do Ministério da Cultura reduzido ao status de secretaria e subordinada agora ao Ministério da Cidadania				

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 1985, por meio da Lei 7.505/86 foi aprovada a lei conhecida como Lei Sarney, que se configuraria como a primeira legislação da área da cultura com fins de isenção fiscal para apoiadores e incentivadores de demandas artísticas. Esse foi um período turbulento para a cultura, que mesmo com os esforços do então ministro, Celso Furtado, para institucionalizar o MinC encontrou um desinteresse político que ocasionou a estagnação da pasta (CALABRE, 2009).

No período seguinte, sob a gestão de Fernando Collor, o desmonte das tentativas de uma criação orgânica de uma política cultural encontrou seu desmonte total, caracterizado pela extinção do MinC, rebaixado a status de secretaria pela Lei 8.028/90 que extinguiu órgãos como a FUNARTE, FUNDACEN, FCB, EMBRAFILME, e substituiu a Lei Sarney pela Lei 8.313/91, que seria conhecida como Lei Rouanet².

² A Lei Rouanet foi alterada por meio de Instrução Normativa alterando seu nome para Lei de Incentivo à Cultura com teto de captação máximo de R\$ 1 milhão (anteriormente era de R\$ 60 milhões) com teto de R\$ 10 milhões para proponentes com até 16 projetos ativos. Exceções para o limite são os projetos de restauração de patrimônio tombado, construção de cinemas e teatros em cidades com menos de 100 mil habitantes, e planos anuais de entidades sem fins lucrativos como

Segundo Rubim (2009) no âmbito internacional a retomada das políticas culturais pelo olhar da diversidade cultural se dá nos anos 90. No Brasil, no entanto, a égide gerencialista e o viés neoliberal são amplamente verificáveis na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) dando o status da gestão cultural fortalecendo a Lei Rouanet, promovendo a forte incursão da iniciativa privada no campo da cultura caracterizada pela retração da ação do Estado e intensificação do apoio, fomento e decisão de qual cultura se efetiva no país ao empresariado.

De todos os que passaram pela pasta da cultura, Francisco Weffortt foi o único a permanecer durante toda uma gestão de um/a presidente/a, no caso duas gestões, pois FHC foi reeleito para um novo mandato.

Em 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) para a presidência, a categoria voltada ao campo cultural animou-se no sentido de ter esperanças de um diálogo nunca visto entre sociedade civil e governo para formulação de políticas culturais, principalmente pela origem humilde de Lula e por sua campanha ter sido alicerçada pelos movimentos sociais.

Gilberto Gil é convidado para assumir o Ministério da Cultura e dá início a uma série de ações que visa uma construção de uma política nacional de cultura que respeite as regionalidades e identidades propondo que “[...] formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p.11). Em sua gestão foi criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) onde finalmente grupos que eram historicamente excluídos do debate sobre cultura no país puderam ser ouvidos e ajudaram nesta construção, como é o caso dos indígenas, comunidades tradicionais e povo da religião de matriz africana. Sua gestão abriu as fronteiras do ministério para outras modalidades de cultura: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais; das periferias; audiovisuais; digitais, etc (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006), criou também o Programa de Desenvolvimento Econômico da Cultura (PRODEC) e o Plano Nacional do Livro e Leitura (objeto de análise desta tese).

O carro-chefe da gestão de Gil, por meio do slogan “Cultura para todos”, foi a necessidade de se descentralizar a política no campo da cultura respeitando a diversidade cultural existente no país, materializando-se no “Programa Cultura Viva”

museus e orquestras. Com fins de descentralização projetos do eixo Rio-São Paulo, região Sul e os estados do Espírito Santo e Minas Gerais poderão captar 50% acima do teto, os outros estados até 100% a mais.

por meio de ações como o: “Pontos de Cultura”, “Pontos de Leitura”, “Mais Cultura”, “Livro Aberto” entre outros.

O Programa Cultura Viva [...] alargou a base social do Ministério, incorporando comunidades até então desassistidas e sem nenhuma relação cultural como o Estado Nacional brasileiro [...] O ministério manteve diálogo, por vezes frágil, com o pessoal das artes e do patrimônio, públicos históricos das políticas culturais, mas se abriu para uma diversidade de comunidades espalhadas pelo campo cultural e pelo país (RUBIM, 2015, p.13).

A proposta foi melhorar a distribuição do orçamento da cultura de 0,14% e tentar alcançar o 1% do orçamento nacional para a cultura e revisar a Lei Rouanet, orientações que foram seguidas, também, por Juca Ferreira na gestão posterior a de Gil.

Já na gestão de Dilma Rousseff, sob a coordenação de Ana de Hollanda, o objetivo era intensificar o diálogo com os movimentos sociais para fortalecimento do Plano Nacional de Cultura (PNC) por meio de conferências e fóruns realizados no país.

Nesse período criou-se a primeira plataforma que visava ser um banco de dados sobre a cultura no país que foi o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e o Plano Nacional de Economia Criativa. Nesse ínterim as políticas culturais ganharam status de políticas públicas por partirem de demandas e deliberações decorrentes destes espaços de discussão entre Estado, governo e sociedade civil, ou seja, configuraram-se como políticas de Estado transcendendo governos e com vistas a se tornarem políticas nacionais com metas e objetivos a longo prazo.

A conjunção de todos estes fatores colocou o Ministério em um patamar político, econômico e social nunca antes alcançado no Brasil. A sua anterior trajetória prejudicada compreendia uma conjunção paradoxal: instabilidade nos seus primeiros nove anos, decorrentes de sua criação, extinção e recriação, e da passagem de dez dirigentes diferentes no seu comando nestes nove anos, e estabilidade nos oito anos seguintes, quando abdicou de desenvolver políticas culturais próprias, transferindo ao mercado a responsabilidade pela cultura brasileira através das leis de incentivo, ainda que os recursos acionados fossem quase integralmente do Estado Nacional. Pode-se aventar a hipótese que o patamar alcançado, em contraste com o anterior itinerário prejudicado, praticamente reinventou política e socialmente o Ministério da Cultura no Brasil (RUBIM, 2015, p.14).

Atualmente, as leis de incentivo representam, aproximadamente, por 80% do financiamento para o campo cultural no país, tendo 20% realizado pelo Fundo

Nacional de Cultura (FNC). A mudança nesse cenário só será possível com a ampliação de recursos provenientes do fundo e se, politicamente, garantir:

- a) Papel ativo e poder de decisão do Estado sobre verbas públicas;
- b) Mecanismos simplificados de acesso aos recursos, respeitadas as exigências de acompanhamento, responsável e rigoroso na utilização de recursos públicos;
- c) Instâncias democráticas e republicanas de deliberação acerca dos financiamentos em sintonia com os tipos distintos de manifestações culturais;
- d) Distribuição justa dos recursos, considerando variedade de áreas culturais, segmentos sociais e regiões;
- e) Modalidades diferenciadas de financiamento em sintonia com os tipos distintos de manifestações culturais;
- f) Ampliação dos recursos do FNC e sua regulamentação;
- g) Divulgação ampla de todos os mecanismos de financiamento do Estado Nacional, visando informar e incorporar novos agentes, grupos e comunidades culturais (RUBIM, 2015).

A gestão da presidenta Dilma, e, por conseguinte, das pessoas responsáveis pela pasta da cultura foram muito turbulentas, vide a perseguição política sofrida por Ana de Hollanda, que a impediu de concluir sua gestão e o retorno de Juca Ferreira que não pôde concluir o mandato por conta do impeachment sofrido pela presidenta.

No campo das ações interministeriais houve algumas estagnações no campo das comunicações como as pautas dos direitos autorais e culturas digitais, no campo da educação as ações foram mais promissoras como a criação dos programas “Mais cultura nas escolas” e “Mais cultura nas universidades”. A gestão de Ana de Hollanda estagnou algumas discussões que estavam avançando nas gestões anteriores como as que dizem respeito aos direitos autorais, culturas digitais, pontos de cultura, em contrapartida viabilizou a manutenção do PNC e SNC e foi iniciada a discussão sobre economia criativa.

O SNC balizado em uma noção ampla de cultura, também presente na Constituição, objetiva fortalecer a gestão pública nacional da cultura reunindo sociedade civil e os três níveis da federação (União, estados e municípios) organizados por meio de seus próprios sistemas de cultura como forma de trabalho

em colaboração, pois o mesmo pretende “[...] dar organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas públicas de cultura – definidas como políticas de Estado [como forma de garantir] a todos os brasileiros o efetivo exercício de seus direitos culturais” (HOLLANDA, 2011, p.13).

Barbalho (2015) entende que o SNC é um dos projetos mais ambiciosos do MinC, por entender que o sistema institucionaliza a cultura em um sistema federativo de políticas públicas, sendo que a discussão e sua legitimação ganhou força na gestão Dilma, e por conseguinte, nos ministérios de Ana de Hollanda e Marta Suplicy.

Em relação ao PNC, também uma das pautas presentes nas gestões das ministras, foi instituído pela Lei 12.343/10 tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Objetiva o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais (BRASIL, 2010).

Com a implementação do Plano Nacional de Cultura espera-se, dentre outras coisas, a elaboração de ações continuadas que resultem em uma mudança positiva para a área cultural do País. Mas, para que isso aconteça, é fundamental elaborar uma proposta que ultrapasse o caráter de diretrizes, e se aproxime também do caráter de um plano, com objetivos, metas, cronograma de ações, orçamento, acompanhamento e avaliação de resultados (REIS, 2010, p. 63).

A força política foi presente na gestão de Marta Suplicy resultando na aprovação do SNC e do Vale Cultura e se vislumbrou o retorno de discussões que estavam em segundo plano pela gestão anterior, no entanto, a gestora não demonstrou interesse pela pasta estagnando novamente as ações com uma alta rotatividade de cargos em sua equipe, culminando em 2014, com um dos orçamentos mais baixos para a cultura. Vale ressaltar que foi nesse período, na gestão de Marta Suplicy, que o “Vale-Cultura”, já pensado nas gestões de Gil e Juca, foi instituído como apoio para o/as trabalhadores/as no consumo de cultura no país, que conforme pensa Rubim (2015, p.23) “[...] representa uma inovação na

esfera de políticas culturais no Brasil, quase sempre voltadas para a criação e produção, pois se trata de uma política atenta e orientada pelo consumo”.

A descontinuidade, uma das tradições presentes na política cultural brasileira, foi um dos principais motivos para que pautas surgissem e pautas estagnassem durante todas as gestões da pasta do MinC, resultando em avanços, estagnação e retrocessos em variados momentos, onde cada pessoa que assumia o ministério tentava imprimir sua marca segundo suas prioridades, em muitos casos, esbarrando na falta de vontade política, na posição periférica que o MinC se encontra (vide seu orçamento e seus momentos de extinção e rebaixamento para status de secretaria) ou da inexpressividade política de barganha da pessoa que responde pela pasta para impulsionar demandas e gerar resultados concretos.

Trabalhamos nesta tese com o entendimento de que sofremos um golpe, em 2016, que “[...] se deu, como vimos, por um amplo acordo de interesses, reeditando o ‘velho acordão brasileiro’, entre as diversas elites, agora comandada pela elite financeira” (SOUZA, 2016, p.7). O cenário político pós-golpe é desolador com o início de uma política de arrocho econômico e com a aprovação da PEC 147 que congela em 20 anos o investimento em políticas sociais (leia-se também as educacionais e culturais) fato que torna o futuro ainda mais incerto.

Mesmo com as recomendações de Stédile (2016) para que fosse retomada a pressão popular para que, enfim, ocorresse um plebiscito, para que por direito o povo pudesse decidir sobre os rumos políticos do país. Para o referido autor somente através de uma assembléia constituinte poderia materializar a tão decantada reforma política, para que o povo possa enfim exercer seu direito expresso na Constituição.

Quando anunciado o fim do Ministério da Cultura por este governo ilegítimo, acendeu-se uma luz vermelha em relação às políticas culturais efetivadas em âmbito nacional, o que parecia estar caminhando a passos moderados, vimos o avanço abrupto da estagnação e paralisação das ações do Ministério da Cultura, que gerou um movimento de resistência de proporções nacionais, quando grupos artísticos, militantes da cultura e produtores culturais, o “Ocupa MinC”.

Este movimento se estendeu em praticamente todos os estados da Federação, com manifestações artísticas durante todo o movimento. O governo interino, diante das pressões, recuou e desistiu da extinção do Ministério. Ferreira

(2016, p.95) faz a seguinte análise sobre a tentativa de extinção do ministério e as ocupações:

Tristemente, mais uma vez se subestimou a cultura e a credibilidade conquistada por seu ministério no Brasil e no exterior. Os desafios que ao MinC se impõem exigem a força institucional e a autonomia de gestão que só um ministério tem.

Desvalorizar a importância da cultura para o país e, com a extinção da pasta, intentar neutralizar manifestações contrárias ao golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff não surtiram o efeito desejado. Tanto que o governo ilegítimo teve de recuar e recriar o ministério.

Temer reagiu, porque subestimou o poder do mundo da cultura. Houve mobilizações e protestos em muitas cidades do país contra a extinção do MinC: sedes foram ocupadas, produtores e cineastas protestaram em Cannes, artistas como Caetano Veloso se mobilizaram, e o Governo interino se surpreendeu com a resposta. Subordinar a cultura à educação é um retrocesso rumo a um Brasil de trinta anos. Antes de recuar, Temer sondou cinco mulheres, artistas e gestoras públicas proeminentes, para que ocupassem a Secretaria de Cultura – que seria subordinada ao Ministério da Educação –, e todas rejeitaram.

No entanto, mesmo com a não extinção do MinC, muitas ocupações continuaram, pois o “Ocupa MinC” entendia que a resistência não seria unicamente por conta do fim da pasta, mas sim contra a tentativa de golpe que viria se concretizar mais adiante. Com esta realidade apresentada, ocorre mais um problema a ser resolvido pelo governo interino: Quem ocuparia o Ministério da Cultura? Assim que assumiu o poder, Michel Temer ao apresentar a composição de seu ministério foi acusado de machista e misógino, pela clara exclusão de mulheres para comandar as pastas, bem como pessoas negras. Seria a marca de como este novo governo pretendia agir.

Houve tentativas e convites para mulheres assumirem o Ministério da Cultura, mas todas recusaram veementemente e a pasta acabou ficando a cargo de Marcelo Calero, um gestor com uma proximidade enorme com a iniciativa privada, porém, Calero renunciou ao cargo após denunciar tentativa de favorecimento ilícito para concessões dadas pelo Iphan ao mercado imobiliário na Bahia. Assume então Roberto Freire, vale mencionar que o Ministério da Cultura passou por uma reordenação do organograma do Ministério fato, que incidiu de forma direta no poder decisório e de orçamento para os programas e projetos.

Freire renuncia ao cargo seis meses depois de assumir a pasta da cultura após uma avalanche de denúncias de corrupção e obstrução da justiça relacionado ao novo presidente, situação esta que impossibilitou sua permanência no cargo. João Batista de Andrade (PPS) assume interinamente o cargo por dois meses até a

nomeação de Sérgio Sá Leitão, que assumira cargos na gestão de Gilberto Gil como a de chefe de gabinete e secretário de políticas culturais do MinC.

Barbalho (2018) analisa essa crise estrutural da política nacional pelo viés da cultura sob duas hipóteses: a primeira, é que Temer, depois de acompanhar a força dos movimentos culturais que se opuseram contra a extinção do ministério pelos movimentos “Ocupa MinC” e “Fica Minc”, recua e nomeia alguém com uma certa proximidade do campo cultural, porém com desgastes e sucessões, até que por fim, não cede a acordos políticos e nomeia Sergio Sá Leitão como forma de uma tentativa de conciliação entre movimentos culturais e a estrutura política, gestão essa que estava em conformidade com a agenda reformista, na segunda hipótese, é a de que essa mudança não ocorre e o que se deglutina é uma política cultural próxima ao ideário neoliberal em conformidade com a proposta do governo de Temer, com massificação das leis de incentivo com foco na Roanet e privilegio das ações voltadas à economia criativa.

Em 01 de janeiro de 2019, o Ministério da Cultura é desmobilizado, no governo Jair Bolsonaro, e rebaixado ao status de Secretaria Especial de Cultura, com Henrique Medeiros Pires respondendo pela referida pasta que é, atualmente, subordinada ao Ministério da Cidadania sob a gestão de Osmar Terra, que conforme Decreto 9.674 do dia 2 de janeiro de 2019 institui a seguinte formação para a secretaria:

1. Secretaria da Diversidade Cultural:
 - 1.1. Departamento do Sistema Nacional de Cultura; e
 - 1.2. Departamento de Promoção da Diversidade Cultural;
2. Secretaria do Audiovisual: Departamento de Políticas Audiovisuais;
3. Secretaria da Economia Criativa:
 - 3.1. Departamento de Empreendedorismo Cultural; e
 - 3.2. Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas;
4. Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura:
 - 4.1. Departamento de Fomento Indireto; e
 - 4.2. Departamento de Fomento Direto;
5. Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural: Departamento de Desenvolvimento, Análise, Gestão e Monitoramento; e
6. Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual:
 - 6.1. Departamento de Política Regulatória; e
 - 6.2. Departamento de Registro, Acompanhamento e Fiscalização;
- III - órgãos descentralizados: Escritórios Regionais;
- IV - órgãos colegiados:
 - a) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
 - b) Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;
 - c) Conselho de Articulação de Programas Sociais;
 - d) Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família;
 - e) Conselho Nacional do Esporte - CNE;

- f) Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC;**
- g) Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC;**
- h) Comissão do Fundo Nacional da Cultura - CFNC;
- i) Conselho Superior de Cinema - CSC; e
- j) Conselho Nacional de Economia Solidária; e
- V - entidades vinculadas:
 - a) autarquias:
 - 1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;**
 - 2. Agência Nacional do Cinema - ANCINE;**
 - 3. Instituto Brasileiro de Museus - Ibram; e**
 4. Autoridade de Governança do Legado Olímpico - Aglo; e
 - b) fundações:
 - 1. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;**
 - 2. Fundação Cultural Palmares - FCP;**
 - 3. Fundação Nacional de Artes - Funarte; e**
 - 4. Fundação Biblioteca Nacional - FBN (BRASIL, 2019, grifo nosso).**

Essa instabilidade no cenário político brasileiro, e, por conseguinte de suas políticas públicas, afetam diretamente o campo cultural, a descontinuidade do debate e de ações que tinham metas a serem alcançadas a longo prazo, vêem seus objetivos cada vez mais distantes, e mais uma vez a ofensiva neoliberal acaba sobrepujando as políticas culturais de base para dar espaço a ações capitaneadas pela iniciativa privada. Vale ressaltar que em nenhum dos governos a meta de 1% do orçamento nacional para cultura foi atingida, tendo sido utilizado 0,3% do total das despesas consolidadas da administração pública (CALABRE, 2009).

2.2 “Um país se faz com homens e livros?”: políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil

O acesso à informação no Brasil teve como característica a detenção do conhecimento pelas classes mais abastadas, definida pelo poder aquisitivo. Desde os tempos dos jesuítas, através da catequese, mas foram esforços isolados, pois tanto a educação quanto a cultura não eram prioridades do Estado. A democratização do acesso à informação também não teve por parte da chegada da Biblioteca e da Imprensa Real um grande impulso para que a informação chegasse às classes menos favorecidas.

Com relação às bibliotecas públicas, por serem instituições culturais que historicamente contribuem para formação de leitores, sendo espaços abertos para que os sujeitos apropriem-se de informações e tornem-se sujeitos críticos e livres, também são instituições que o Estado deve garantir sua existência, haja vista seus

objetivos e princípios, entre os quais se destaca: o de garantir o direito e acesso a informação.

Autores como Suaiden (2002) e Araújo (2002) informam que as bibliotecas chegaram ao Brasil ainda no período colonial, com os padres jesuítas com suas missões de catequização dos indígenas.

Posteriormente, estes autores citam a vinda da Biblioteca da Corte Portuguesa para o Brasil, porém, questionam que nenhuma dessas ações foram políticas culturais de bibliotecas, pois não tinham por finalidade servir a população em geral, visto que, a Real Biblioteca foi aberta ao público de forma limitada somente para alguns estudiosos e pesquisadores que obtiveram consentimento por parte da corte (SCHWARZ, 2006).

Essas ações atendiam aos interesses informacionais de seus proprietários, já que até aquele momento, não era de interesse da Corte Portuguesa o desenvolvimento cultural e educacional da população da colônia, mas apenas explorar os recursos materiais aqui existentes. É importante ressaltar que nessa época a sociedade era publicamente machista, patrimonialista e racista, ou seja, cidadãos de direitos eram os homens, brancos e abastados financeiramente.

A chegada dessas instituições foi de crucial importância para o início do que mais adiante seriam políticas estatais de bibliotecas, apesar de Araújo (2002, p.18) afirmar que “[...] a biblioteca pública, durante o período colonial e imperial pode ser considerada como uma instituição cultural elitista e alheia às necessidades culturais, educacionais e informacionais da maior parte da população”.

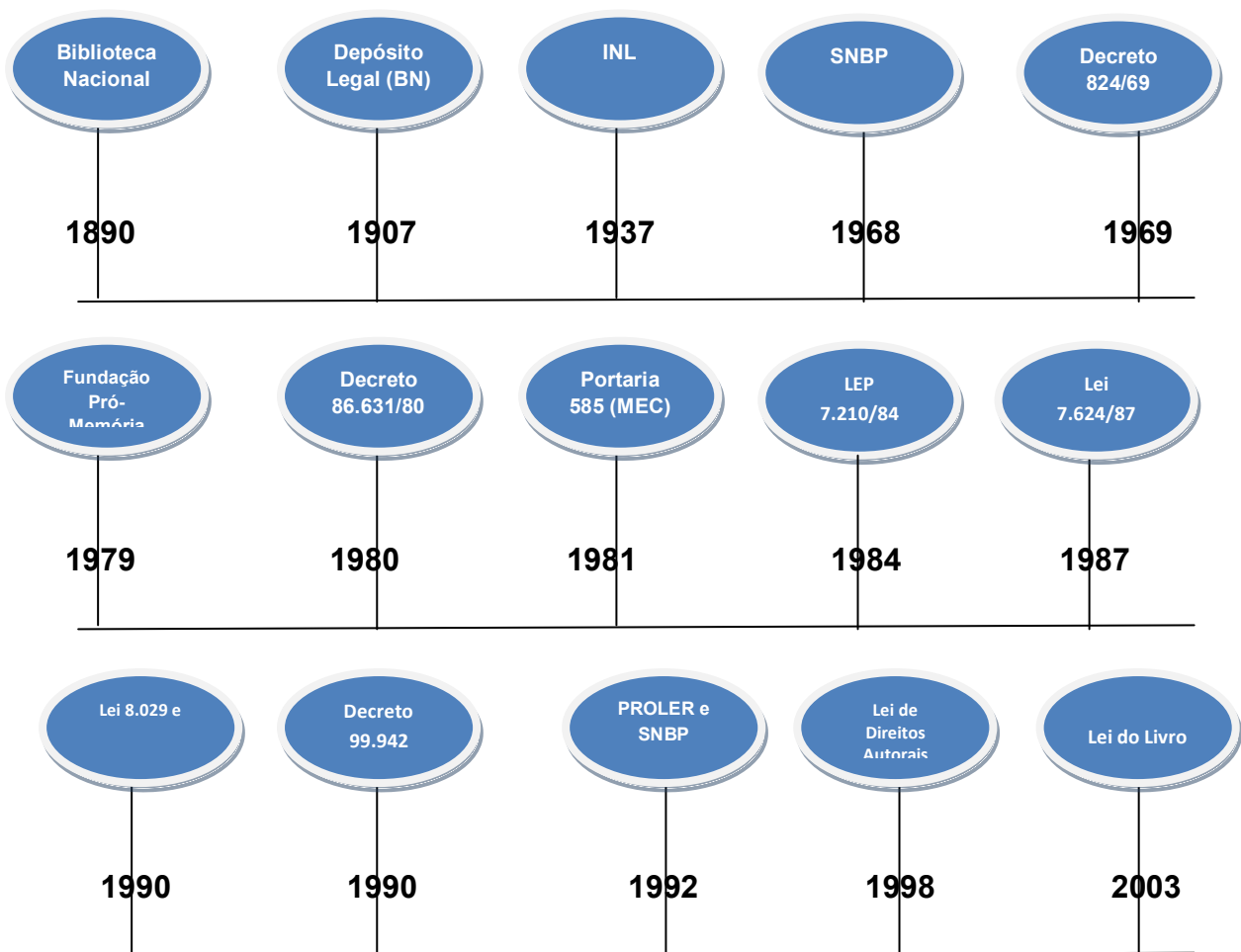
A primeira biblioteca pública brasileira foi registrada no dia 4 de agosto de 1811, criada em Salvador-Bahia, sendo que em 5 de fevereiro de 1811, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco encaminhou um projeto de criação ao governador da Bahia solicitando a aprovação do plano para a fundação dessa biblioteca. (SUAIDEN, 2000).

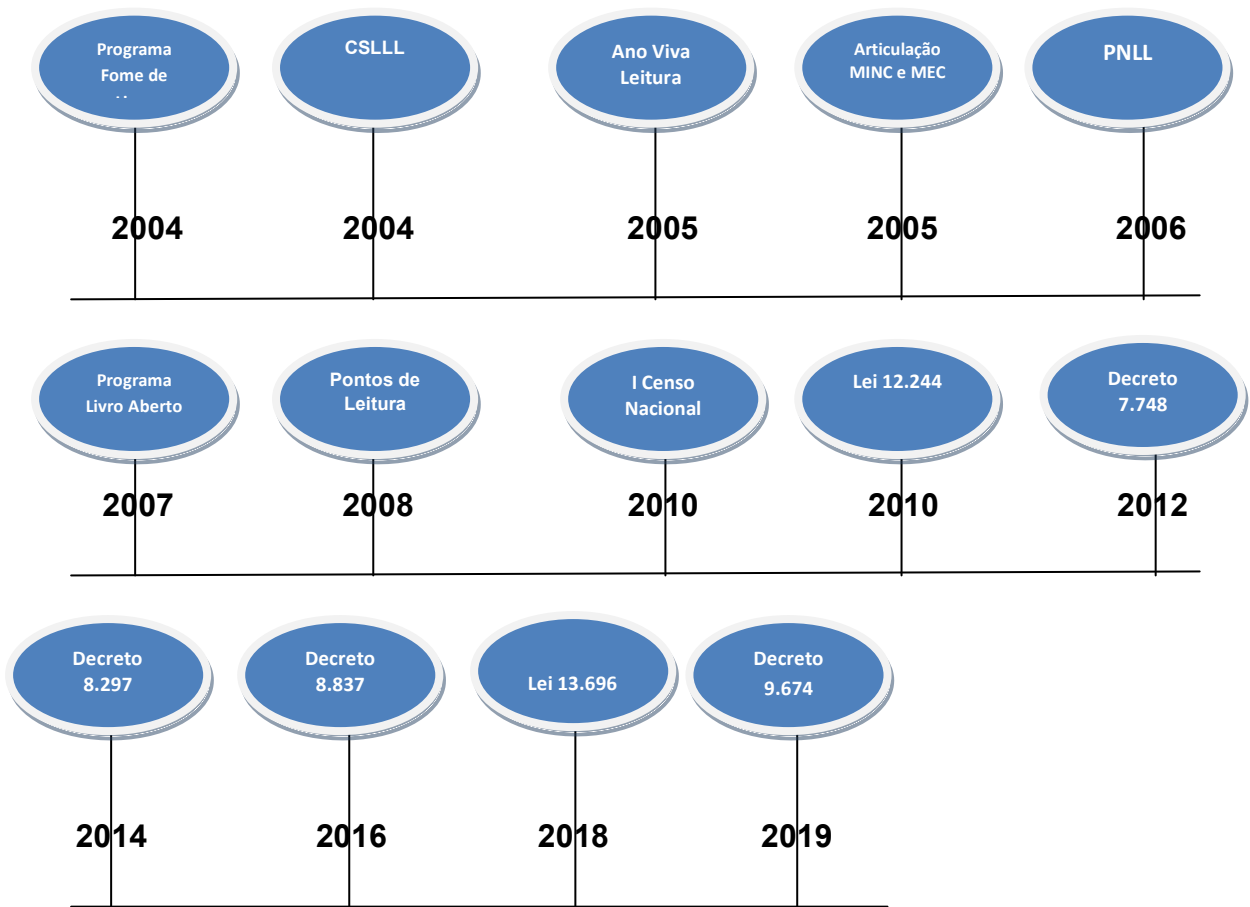
Através de um projeto de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhando ao então Governador da Capitania da Bahia, pedindo a fundação de uma biblioteca, configurando-se no primeiro projeto na história do Brasil com o intuito de facilitar o acesso ao livro. O projeto foi aprovado e a biblioteca inaugurada no Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811, sendo o marco para que no futuro todas as providências em relação a implantação de bibliotecas fossem tomadas pelo Estado (SUAIDEN, 2000, p.52).

Percebe-se que esta biblioteca nasceu de uma “sensibilidade” de Pedro Ferrão que via a necessidade da população baiana de ter acesso a livros e conhecer melhor as artes e as ciências desenvolvidas na Europa. Porém, não chegou a atender as necessidades da população que naquele momento, era composta em sua maioria, de escravos e pobres/brancos analfabetos, até mesmo a burguesia da época não era por toda letrada.

Logo em seqüência, na data de 29 de setembro de 1829, é fundada a segunda biblioteca pública do Brasil, no Estado do Maranhão, cuja abertura ao público deu-se em 3 de maio de 1831. Tanto a Biblioteca da Bahia como a da província do Maranhão não conseguiram atender às necessidades informacionais da população da época, pois a maioria era de analfabetos, porém impulsionaram para que novas bibliotecas fossem criadas.

Figura 4 – Linha do tempo das ações para o segmento livro e leitura





Fonte: Elaborado pelo autor

Em 1890, com o Decreto nº 856 fica instituída a Biblioteca Nacional (BN) que em 1810, era denominada Real Biblioteca Imperial e Pública da Corte e em 1907, com o Decreto nº 1.825 institui o depósito legal.

As Políticas Culturais para o Livro no Brasil inauguram-se durante o Estado Novo, no governo do presidente Getúlio Vargas (1930 –1945). Neste período, implantaram-se diversas instituições nacionais que imprimiram políticas sistemáticas de alcance nacional e abrangência às diversas áreas da cultura. Tais iniciativas governamentais evidenciaram a Cultura de modo nunca antes apresentado (MORAES JUNIOR, 2010, p.169).

Em 1937 é criado o Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto nº 92. Em 1968, por meio da Lei 5.422, institui o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, no ano seguinte, em 1969, por meio do Decreto- Lei nº 824 que dispõe sobre a remessa de obras impressas ao Instituto Nacional do Livro. Em 1979 criação da Fundação Pró-Memória por meio da Lei nº 6.757. em 1980 por meio do Decreto nº 84.631 foi instituída a Semana Nacional do Livro e o Dia do Bibliotecário. A Portaria do MEC nº 585 incorpora o Museu Imperial, Biblioteca Nacional, Museu

Histórico e Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Vilas Boas, Instituto Nacional do Livro (INL) em 1981.

Em 1984, por meio da Lei de Execução Penal (LEP) 7.2010, de 11 de julho de 1984, que em seu artigo 21 capítulo V afirma que: “Cada estabelecimento penal deve ser dotado de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984). Talvez, essa seja a Lei menos conhecida pela sociedade e debatida pelos órgãos competentes. As bibliotecas prisionais, de acordo com Colares e Lindemann (2015) são ferramentas importantes no cárcere, pois visam, entre outros objetivos, auxiliar a administração penitenciária no que tange à educação e, principalmente, ocupar o tempo ocioso do interno por meio da prática da leitura, já que os fará focar nas diretrizes educacionais como caminho para a vida pós-liberdade, modificando desse modo suas vidas dentro da “rotina intramuros” para que tenham novas possibilidades na “rotina extramuros” (COLARES; LINDEMANN, 2015).

Em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei nº 7.624, o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Biblioteca Nacional (BN) passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura e em 12 de abril de 1990 o INL foi extinto, sendo substituído pela Lei nº 8.029, tendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional. Após a extinção, do INL é “[...] quase inexistente o número de intervenções do Estado nas questões sobre políticas de biblioteca pública”. (BORGES, 2008, p.31).

Em 1990 a Biblioteca Nacional - Lei nº 7624 vincula a BN à Fundação Nacional Pró-Leitura. O INL (Instituto Nacional do Livro) - Lei nº 7.624 incorporada à Fundação Pró-Memória. Fundação Nacional Pró-Leitura - Lei nº 7.624 (incorpora o INL e BN). Biblioteca Nacional - Lei nº 8.209 extingue a Fundação Pró-leitura e cria a Fundação Biblioteca Nacional com acervo e dotação da Fundação Pró-Leitura.

A Biblioteca Nacional por meio do Decreto nº 99.942 fica vinculada a Fundação Biblioteca Nacional à Secretaria de Cultura da Presidência da República (SEC/PR). Biblioteca Nacional - Lei nº 8.113 dispõe sobre a natureza fundacional de Biblioteca Nacional. A Lei nº 8.209 extingue Fundação Pró-Memória e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória. Fundação Nacional Pró-Leitura - Lei nº 8.209 (extingue a Fundação Nacional Pró-Leitura).

Em 1992 a Biblioteca Nacional por meio do Decreto nº 519 institui o Programa Nacional do Incentivo à Leitura (PROLER). Biblioteca Nacional - Decreto

nº 520 institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Decreto nº 520 de 13 de maio; Coordenadoria da Biblioteca Nacional– Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

Em 1998 por meio da Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro– Implantação da lei de direitos autorais. Outras políticas, associadas às políticas de bibliotecas públicas foram surgindo no Brasil após década de 80, como a Lei de Direito Autoral (nº 9.610/1998), que segundo (GARCIA; ODDONE, 2006, p.188) “[...] ampliou os suportes possíveis para difusão da informação, englobando as novas tecnologias”.

Em 2003, é sancionada a Lei nº 10.753 que trata da Implantação da Lei do Livro. Na área da leitura e de bibliotecas, as discussões foram mais produtivas e novas políticas começaram a ser desenhadas. Em outubro de 2003, o presidente da República sancionou a Lei 10.753 – a chamada Lei do Livro elaborada pelo Senador José Sarney, que instituiu a Política Nacional do Livro tendo como objetivos e valores: (OLIVEIRA, 2011).

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e para promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003).

Segundo Garcia e Oddone (2006, p.188) essa Lei “[...] trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional de difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização”.

Em 2004, o Programa Fome de Livro: dotar toda cidade brasileira com uma biblioteca pública Desoneração fiscal do Livro: lei federal 11.030 de 21/12/2004

combinada à lei federal 10.865 de 30/04/2003. Articulações nacionais envolvendo toda a cadeia criativa, produtiva e distributiva do livro para organização do Ano Ibero-Americano da Leitura. Criação da Câmara Setorial do Livro e da Leitura – CSLLL. Decretada a desoneração do PIS / CONFINS: o livro no Brasil torna-se totalmente isento de taxas e impostos.

Em 2005, Ano Vivaleitura: nome dado ao Ano Ibero-Americano da Leitura aqui no Brasil. União entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC) para um trabalho integrado pelo livro e leitura com objetivo de se criar o PNLL. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

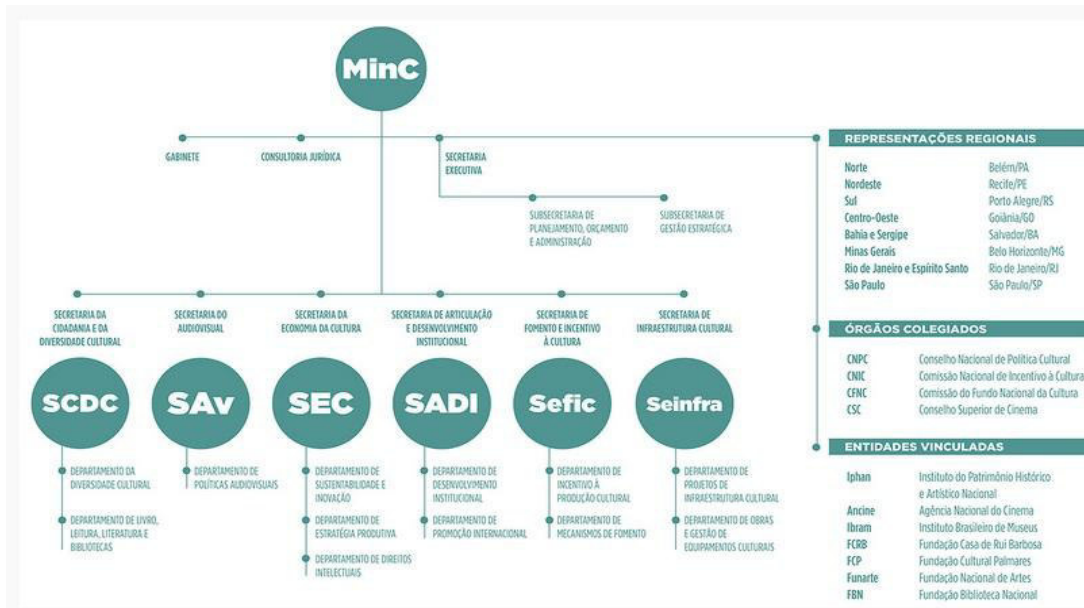
No período 2003-2006, duas frentes dessa política para o Livro e Leitura ficaram marcadas: a mobilização e participação da sociedade e a reorganização institucional do setor.

Em 2004 e 2005, cerca de 40 mil lideranças e personalidades da área do livro, leitura e bibliotecas participaram de atividades realizadas em todas as Regiões do país para ajudar e formular a proposta de política pública para o setor, os marcos regulatórios e um plano de ação até 2022. Em 2005, 100 mil instituições públicas, do setor privado e do terceiro setor, participaram das comemorações do Ano Ibero-americano da Leitura, conhecido no Brasil como Vivaleitura. Foi a maior mobilização pela leitura na história do país e também a de maior destaque entre todos os países da Europa e Américas que participaram da celebração (PIVA; PEREIRA, 2006, p.48).

Em 2006, foi lançado em 13 de maio de 2006 com institucionalização e nomeação de dirigentes em agosto de 2006 pelas Portarias Interministeriais 1.442 e 1537 o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) resultado da “[...] urgência do tema veio pela centralidade que a leitura alcançou na era da internet para as políticas públicas e a formação da cidadania consciente [...] significa acessar e compreender informação e vivenciar a ação cultural (MARQUES NETO, 2015, p.127).

No novo organograma o que antes o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas contava com uma Diretoria com mais poder para formulação e implementação de políticas foi rebaixada para o status de departamento subordinado à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), o que em termos de gestão pública minimiza muito o poder decisório e de execução. Mesmo tendo um profissional bibliotecário assumindo o departamento, e com conhecimento amplo sobre a matéria, não se vislumbra um horizonte para o livro e leitura, haja vista estar bem claro que tal pauta não é prioridade para este governo.

Figura 5 – Organograma MinC na gestão Temer



Fonte: MinC (2016)

No site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), cuja última atualização data de abril de 2015, apresenta um total de 6102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo:

- 503 na Região Norte;
- 1.847 na Região Nordeste;
- 501 na Região Centro-Oeste;
- 1958 na Região Sudeste;
- 1293 na Região Sul (SNBP, 2015).

Obviamente que aspectos conjunturais devem ser levados em consideração acerca destes dados, muitas destas bibliotecas listadas sequer devem existir ainda devido a descontinuidades de projetos de governo ou mesmo falta de compromisso para com o bem cultural. Vale ressaltar, também, que alguns dados são oriundos dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas que colheram suas informações através de dados encaminhados pelas secretarias municipais ou departamentos de cultura, sem que necessariamente ocorressem visitas *in loco* para averiguar a veracidade das informações.

Na gestão atual, de Jair Bolsonaro, o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas ainda ficam sob a tutela de um departamento, porém vinculado a uma secretaria especial, a de cultura, que por sua vez é subordinada ao Ministério da

Cidadania que ainda engloba as secretarias de desenvolvimento social e esporte, foram mantidos o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a Comissão Nacional de Incentivo a Cultura (CNIC) como órgãos colegiados e a secretaria ainda tem como responsabilidade, segundo o decreto, a formulação e continuidade de algumas ações dos governos do PT como: a Política Nacional de Cultura Viva, o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Segundo o que foi instituído pelo Decreto, a responsabilidade da formulação e implementação das políticas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas fica na responsabilidade da Secretaria de Economia Criativa (Art.83):

- XI - formular políticas e diretrizes destinadas à produção e ao acesso amplo ao livro e à leitura e às atividades relacionadas com a promoção e a difusão do livro;
- XII - fomentar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, a implementação do Plano Nacional de Livro e Leitura e coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, instituído pelo Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992 (BRASIL, 2019).

Em relação às competências do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, expressas no artigo 85 do decreto, não sofreram grandes alterações em comparação ao que estava exposto em decretos nas gestões anteriores, as competências da gestão atual ficam evidenciadas nos seguintes termos:

- I - consolidar o Plano Nacional de Livro e Leitura no âmbito do Ministério e de forma articulada com o Ministério de Educação;
- II - elaborar e monitorar programas, projetos e ações do Ministério que integram o Plano Nacional de Livro e Leitura;
- III - implementar as atividades relacionadas com a promoção e a difusão do livro e incentivar a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com instituições que tenham essa finalidade;
- IV - formular, articular e implementar ações que promovam a democratização do acesso ao livro e à leitura;
- V - subsidiar tecnicamente a formulação e a implementação de planos estaduais, distrital e municipais de livro e leitura, em articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação da implementação e do monitoramento do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura;
- VI - subsidiar a formulação de políticas, programas, projetos e ações que promovam o acesso, a difusão, a produção, a fruição do livro e da leitura e o fortalecimento de suas cadeias criativa, produtiva e mediadora;
- VII - implementar e fomentar, em conjunto com os demais órgãos competentes, ações e projetos sociais de leitura;
- VIII - formular e implementar políticas, programas, projetos e ações de criação e de fortalecimento de bibliotecas públicas e de espaços de leitura;
- IX - organizar, e divulgar diretrizes nacionais e internacionais e formular diretrizes específicas para as bibliotecas públicas no País;
- X - promover a literatura brasileira e fomentar processos de criação, difusão, circulação e intercâmbio literário no País e no exterior;

- XI - organizar a participação institucional do Ministério em feiras de livro e eventos literários no País e, em cooperação com o Departamento de Assuntos Internacionais, no exterior;
- XII - realizar e promover, em conjunto com o Departamento de Empreendedorismo Cultural, coleta de dados, mapeamentos, estudos e pesquisas modelos e sistemas públicos de financiamento e fomento às políticas de livro, leitura, literatura e bibliotecas públicas;
- XIII - articular com as demais unidades do Ministério, com as suas entidades vinculadas e com os órgãos afins da administração pública federal políticas transversais de livro, leitura, literatura e bibliotecas;
- XIV - planejar e supervisionar atividades relativas a recepção, formalização, conformidade legal e documental, controle, acompanhamento e fiscalização dos convênios, dos acordos e de outros instrumentos congêneres implementados quanto ao seu objeto, à sua execução e aos seus resultados;
- XV - coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, de que trata o Decreto nº 519, de 1992;
- XVI - coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, de que trata o Decreto nº 520, de 1992; e
- XVII - coordenar a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles (BRASIL, 2019).

Outro ponto a se considerar a respeito das políticas públicas para o livro e leitura são as formulações e implementações dos planos estaduais e municipais para que fortaleçam o plano nacional apesar das muitas discussões ocorridas em âmbito nacional, porém, efetivamente poucos planos se consolidaram, e aqueles que já previam orçamento menos ainda, dos planos já aprovados destacam-se os de Nova Iguaçu (RJ), Salvador (BA), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP).

Quadro 3 – Planos estaduais e municipais aprovados

PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS APROVADOS		
ESTADUAIS		
PLANO	ESTADO	ANO
PDLL	Distrito Federal	2012
PELL	Rio Grande do Sul	2013
PELL	Paraná	2013
PELL	Rio Grande do Norte	2013
PELL	Bahia	2011
PELL	Tocantins	2012
PELL	Mato Grosso do Sul	2010
MUNICIPAIS		
PMLLB	Canoas (RS)	2010
PMLLB	Porto Alegre (RS)	2011

PMLLB	Joinville (SC)	2013
PMLLB	Campo Grande (MT)	20110
PMLLB	São Paulo (SP)	2015
PMLLB	Nova Iguaçu (RJ)	2014

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2016).

Pinheiro (2016) enfatiza que para fortalecer o PNLL em nível nacional e que contribua para que alcance os objetivos propostos “[...] é necessária a participação dos entes federativos no que podemos chamar de estabelecimento de um “Sistema Nacional do Livro e Leitura”, que se consubstancia por meio da confecção e implantação dos respectivos planos estaduais e municipais (do livro e leitura) (PINHEIRO, 2016, p. 114). Portanto, a descentralização dos planos se configura como uma fase importante com vistas a fomentar o diálogo e as ações entre estados, municípios e União.

2 A LEITURA, AS ARMADILHAS DO ÓBVIO E O DISCURSO DUPLO: a política do livro e leitura brasileira sob a égide do neoliberalismo

A leitura encontra papel de destaque e por isso transforma-se em um problema também na apreensão de qualquer investigação sobre o real, ou seja, a forma e modos com que as pessoas se apropriam das mensagens de um texto por si só já expressam problemáticas que necessitam de um olhar atento. A leitura não está alijada de uma correlação de forças entre as classes sociais e as respectivas visões de mundo no sistema capitalista (mercado e sociedade,) assim como todo processo de produção, mesmo em sua forma artística, não está livre do fetichismo presente nas relações sociais, o que torna central uma análise dos projetos de sociedade vigentes, incluídos aí, os de uma sociedade leitora.

Como aponta Sant'Anna (1999) o perigo de se falar em leitura é o de cair numa armadilha do óbvio, com posições ufanistas e messiânicas que acabam por desvirtuar o foco do problema central. Segundo o autor, deve-se proceder a uma leitura crítica, inclusive dos discursos sobre leitura. Para além de avaliações de programas, projetos e ações que tenham o cerne de suas ações pautados na promoção da leitura, faz-se necessário antever seu viés ideológico.

Além da obviedade da discussão sobre leitura, configurando-se em muitos casos como uma armadilha, outra característica é apontada pelo referido autor como presente no tratamento que a leitura leva no país: a duplicidade no discurso dos dirigentes. Arrisca-se a duvidar se exista algum governante, seja em qual esfera for, legislador ou mandatários de pastas, que não tenham em seus discursos, ou pelo menos concordem, com a necessidade da promoção da democratização do livro e leitura.

Entretanto, entre a sua concretização e materialização rompe-se um grande vão entre prática e discurso, presente tanto no histórico das políticas culturais para o livro e leitura como nas tradições apontadas por Rubim (2015) (o autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional) presentes nas políticas efetivadas no país.

Historicamente, o Brasil sempre teve um cenário conflituoso em relação à educação, alfabetização e acesso a bens culturais. Em 1900, com uma população estimada em 9.278 milhões 6.348 milhões eram analfabetas totalizando 65,3% da população (BRAGA; MAZZEU, 2017), e o acesso a literatura era restrito às classes

economicamente mais favorecidas e as políticas para o livro e leitura ora oscilavam entre ações isoladas de grupos de intelectuais e ações pontuais do Estado (OLIVEIRA, 1994).

Decorrente da complexidade e multifacetação do processo escolar envolvido, a história da alfabetização no Brasil se caracteriza, portanto, como um movimento também complexo, marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, diretamente relacionadas a disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização (MORTATTI, 2010, p. 2).

Lajolo e Zilbermann (2003) atestam que a preocupação na formação de uma sociedade leitora no país surge em 1840 com a expansão de tipografias, livrarias e bibliotecas. Porém muito do que era produzido em termos de literatura no Brasil só conseguia continuar, em termos de autoria, por conta do mercado externo, principalmente Portugal e França no século XVII, com pouco consumo interno visto que, em uma visão etnocêntrica, o que era bom era o de fora, principalmente se fosse proveniente da Europa. Sant’Anna (2010) enumera algumas datas como marcos importantes para a democratização do livro e da leitura no país, são elas: 1925, 1935, 1937, 1962, 1980 e 1991.

Em 1925 Monteiro Lobato criou uma editora brasileira de alcance nacional a “Monteiro Lobato & Cia” (HALLEWELL, 2005) com um sistema de distribuição que incluía lombo de animais de carga, como o burro, trem e barco. Mal imaginava ele que em termos de produção e distribuição o Brasil contaria com o maior mercado editorial da América Latina (LINDOSO, 2004) e responsável por mais da metade da produção do continente.

Lobato seria um catalisador do mercado editorial brasileiro (LINDOSO, 2004) inclusive inovando com a cadeia de distribuição:

Em 1918, as livrarias brasileiras não passavam de trinta, concentravam-se nas capitais. Sua estratégia consistiu em escrever para os 1.300 agentes postais do país, pedindo nome e endereço de bancas de jornais, papelarias, farmácias e armazéns. Quase todos responderam ao apelo de Lobato, satisfeitos em poder colaborar com um editor de São Paulo. Desdobrando-se em esforços, conseguiu outros nomes e endereços não previstos, graças à ajuda de amigos. Resultado: os destinatários receberam uma curiosa correspondência, que dizia entre outras coisas: ‘Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada livro? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V.Sa, e sim ao seu cliente, o qual dela tomará conhecimento através de nossas explicações nos catálogos, prefácios, etc.

E, como V.Sa receberá este artigo em consignaço, não perderá coisa alguma no que propomos'. Os pontos de venda subiram imediatamente para 2 mil. Só não entraram açougues, porque Lobato não queria seus livros manchados de sangue (PAIXÃO, 1996, p. 49).

Para o grande público, Monteiro Lobato ficou conhecido como grande autor da literatura infanto-juvenil, principalmente pela coleção com os personagens de "O sítio do Pica Pau Amarelo", mas para o mercado editorial brasileiro tornou-se símbolo de inovação e fundador da moderna editoração no país (LINDOSO, 2004).

A emergência do movimento do Modernismo e sua ampliação pelo país resultou na Semana de Arte Moderna que conseqüentemente aumentou o interesse pelas manifestações culturais brasileiras com foco na oralidade, música e criação de unidades móveis nas bibliotecas. Em 1937, Mário de Andrade, um dos protagonistas da Semana de Arte Moderna, seria responsável pela criação do Instituto Nacional do Livro (INL).

O período anterior ao golpe de 1964 foi muito rico em movimento, campanhas, projetos de origem popular como o Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes (UNE) e iniciativas principalmente no Nordeste, com destaque para Paulo Freire que ganharia ressonância a nível mundial, principalmente pela metodologia aplicada e pelo tempo (40 horas) estimado para a formação. Paulo Freire, em 1962, por meio do método popular de alfabetização potencializou as práticas decorrentes da própria vivência dos educandos, revolucionando assim a forma como se pensava a educação popular no país em uma perspectiva de resistência e a compreensão da educação como um ato político.

Conforme Lyra (1996) essa formação não visava apenas a educação formal e a alfabetização, mas uma formação macro incluindo a política para garantia do exercício da cidadania, não bastava saber ler era necessário ter consciência de classe para lutas sociais por direitos e melhores condições de vida. A grande massa de subalternos: domésticas, operários, lavradores, pedreiros tinham finalmente acesso a uma educação que contemplava a sua realidade e lhe dava oportunidades para influir em seu meio social (LYRA, 1996).

Em fins do ano de 1963 foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) visando alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos. Esse processo foi interrompido pelo golpe militar que impôs um hiato nas políticas educacionais e culturais, influenciando, inclusive, na questão do livro e leitura, mas retomado em 1980 por meio do movimento contra hegemônico formado por grupos

de intelectuais que criaram a Associação de Leitura no Brasil (ALB). Em 1991 a criação do PROLER corresponde à introdução da questão da leitura como problema do Estado.

A proposta de uma sociedade leitora presente no PNLL visa não só o acesso a bens culturais como o livro e as bibliotecas, mas também uma relação orgânica entre o leitor, a leitura e meio social. Em seus princípios norteadores fica evidente que a intenção não é apenas o acesso, que é importante, mas sim que seja oportunizado a construção de uma sociedade não só que saiba ler, mas que se aproprie do texto e o ressignifique para que seja possibilitada a apreensão do real e as contradições sejam percebidas.

Duas abordagens se apresentam como muito importantes para esse processo: a *information literacy* e o letramento literário. Enquanto a primeira fica explícita, inclusive em sua grafia no texto do plano, o letramento literário fica implícito em princípios como: práticas sociais, cidadania, diversidade cultural, construção de sentidos e literatura (PNLL, 2006). Apesar de possuírem pontos que os aproximam, existem especificidades que não podem ser ignoradas quando de sua aplicação.

O termo *information literacy* surgiu na década de 1970, não sem ser repleto de indefinições e dissensos sobre seu conceito e sua aplicação (DUDZIAK, 2003). Sua concepção era dinâmica e constantemente revisada, porém, o fator comum era o de que a informação seria um conceito muito complexo englobando distintas definições e interpretações conforme novas demandas e suportes fossem inseridas ou discutidas no meio social.

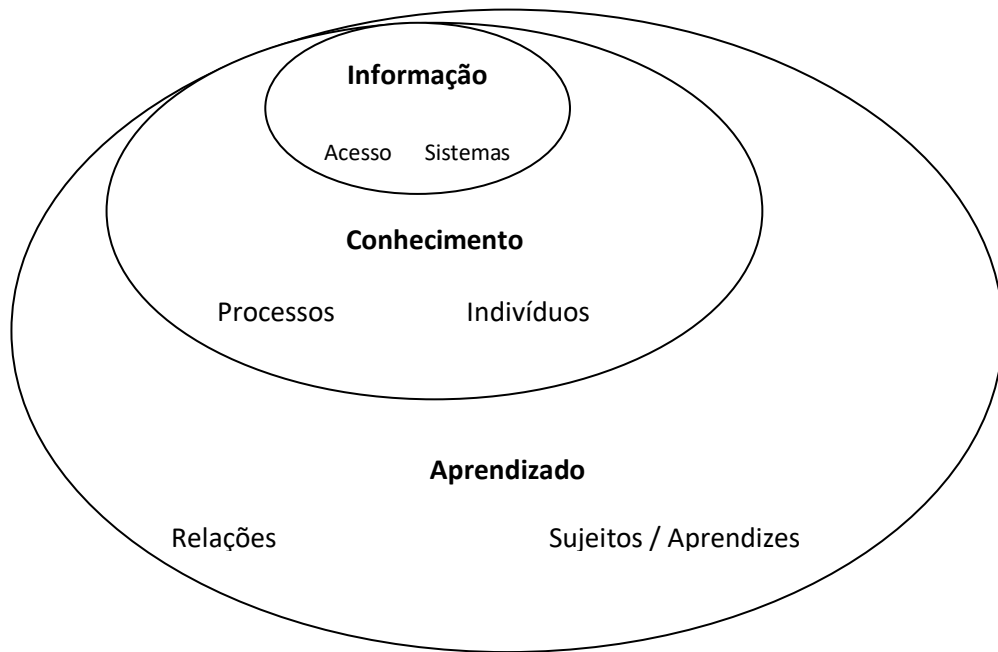
Na última década, uma ampla variedade de literacies tem sido proposta, incluindo a cultural, tecnológica, acadêmica, marginal etc., aspectos compartimentalizados de *literacy*, termos exclusivos. A *information literacy*, ao contrário, é um termo inclusivo, englobando todas as demais. [...] a expressão ainda não possui tradução para a língua portuguesa. Porém, algumas expressões possíveis seriam *alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação* (DUDZIAK, 2003, p. 24, grifos da autora).

Convencionou-se em utilizar o termo “competência em informação” ou “competência informacional” por se entender que se trata de um “[...] saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor” (FLEURY; FLEURY, 2000).

As concepções apreendidas na evolução do conceito de IL são destacadas por Dudziak (2003): Concepção no nível de informação com ênfase na

tecnologia da informação; Concepção ou nível do conhecimento com ênfase nos processos cognitivos e a Concepção ou nível de inteligência com ênfase no aprendizado ao longo da vida.

Figura 6 – Concepções de *information literacy*



Fonte: Adaptado de Dudziak (2003)

Durante os anos 1970 o foco do entendimento sobre a informação para tomada de decisão (BEHRENS, 1994) até uma percepção macro do acesso e uso da informação como emancipação política (HAMELINK; OWENS, 1976).

Nesse momento a inserção do conceito no contexto da cidadania elevou a IL a um novo patamar, pois esta ia além da simples aquisição de habilidades e conhecimentos ligados à informação. Incluía-se agora a noção dos valores ligados à informação para a cidadania (DUDZIAK, 2003, p. 24).

Ainda na perspectiva de análise da evolução ideológica do conceito de IL em consonância com a conjuntura política, econômica e social atual pode-se entender a competência informacional como:

[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2003, p. 28).

Baseado em ampla literatura sobre o tema, Dudziak (2003) propõe, uma série de diretrizes que atuam como objetivos para a IL na formação de indivíduos:

- a) Saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão;
- b) Conheçam o mundo da informação e sejam capazes de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma coletiva e eficaz;
- c) Avaliem criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos;
- d) Usem e comuniquem a informação, com um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais;
- e) Considerem as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos extrapolando para a formação da inteligência;
- f) Sejam aprendizes independentes;
- g) Aprendam ao longo da vida

As características da *information literacy* situam-se em uma compreensão de que é um processo contínuo de aprendizado envolvendo informação, conhecimento e inteligência, de caráter interdisciplinar com a incorporação de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais e os componentes que formam sua concepção são os de: processo investigativo, aprendizado ativo e independente (DUDZIAK, 2003).

O letramento com foco no texto literário ou de “letramento literário” visa formar leitores críticos, com condições de influenciar em seu meio social para além da decifração de signos, significantes e significados, mas para uma visão holística presente no texto e sua multiplicidade de interpretações, numa concepção próxima à de *information literacy*.

O letramento, no Brasil teve sua incorporação no debate acadêmico há pouco mais de duas décadas, principalmente, pela necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais para além dos sistemas alfabético e ortográfico (VIEIRA, 2015). O termo letramento foi utilizado, pela primeira vez no Brasil, como categoria de análise por Mary Kato no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística” em 1986 (MORTATTI, 2004) seguida por outros

estudiosos que segundo Silva e Araújo (2012) são norteados pelas abordagens: crítica, sóciopragmática e sócorretórica.

- a) **Crítica:** o letramento enquanto fenômeno plural decorrente de diferentes práticas em comunidades e determinados grupos sociais: igreja, escola, sindicato, etc associados também ao perfil socioeconômico e cultural dos sujeitos (BARTON; HAMILTON, 2000, SOARES, 2004, GEE, 2000);
- b) **Sociopragmática:** compreende o texto (oral ou escrito) como um fenômeno societal/social (MEY, 2001) onde a representatividade nos discursos é utilizada na linguagem enquanto uma atividade, uma ação, devendo observar três aspectos: quem se expressa, quem consome e quem adquire;
- c) **Sócorretórica:** o letramento em uma perspectiva retórica com foco no uso da língua escrita em qualquer forma de linguagem (BAZERMAN, 2007) o foco é na análise de como os significados da escrita são influenciados a partir das circunstâncias e usos locais mediante a história de vida dos sujeitos e os elementos que direcionam a prática de escrita.

Essa pluralidade de letramentos faz concluir que “[...] ao reconhecermos a diversidade de tipos de letramento com que os sujeitos podem lidar na sociedade, entendemos que ele pode ser considerado letrado em um dado evento de letramento, mas não conseguir demonstrar as práticas exigidas em outro (SILVA; ARAÚJO, 2012, p. 4). Dessa forma, o indivíduo tendo acesso a diferentes tipos de letramento: família, escola, igreja, midiático, digital e etc, acabam por se configurar um evento de multiletramento.

Segundo Soares (2003, p. 90) letramento e alfabetização são práticas sociais díspares, mas que se interpenetram:

Embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a isso se chama de alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua e escrita – a isso se chama letramento.

Street (2007) afirma preferir falar em “práticas de letramento” do que de “letramento como tal”. O conceito de letramento engloba dois fenômenos diferentes:

a leitura e a escrita. O referido autor trabalha com base no que chama de modelo “ideológico” de letramento, que reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras (2007).

O modelo ideológico destacado por Street (2014) endossa essa perspectiva de que existam vários tipos de letramento intermediados, principalmente, por vários aparelhos ideológicos de interação social e cultural e como resultado da cultura, história e discursos. Street (2014) entende a leitura em seu caráter múltiplo e por sua natureza social em detrimento do que chama de perspectiva “autônoma” da prática de leitura com orientação para habilidades, e sugere que visões etnocêntricas e hierárquicas de letramento sejam rejeitadas, para que se possa apreender os significados culturais, a ideologia e as relações de poder existente nas práticas leitoras.

Além da oscilação terminológica, a própria definição do termo ‘letramento’ tem sido marcada por certa fluidez e imprecisão, o que talvez possa explicar por sua recente introdução, pelas variadas formas de se caracterizarem as novas demandas sociais pelo uso da leitura e escrita, e, também, pela pouca produção acadêmica brasileira sobre o tema – comparativamente a países desenvolvidos – mas que vem aumentando sensivelmente e evidenciando sua fecundidade teórica e prática (MORTATTI, 2004, p. 86).

Existem variados tipos de letramento e níveis oriundos das necessidades apresentadas pelo sujeito e pelo contexto cultural e social (SOARES, 2004), multiplicidade esta que faz Street (2001, p.121) questionar: “[...] se, como argumentamos, existem múltiplos letramentos, como foi que uma variedade particular veio a ser considerada como único letramento?”. Essa ruptura, para que não gere distorções, entre os conceitos e aplicações de alfabetização e letramento são necessárias para a compreensão da leitura em um nível de criticidade para apreender práticas discursivas de determinado grupo social inseridas na escrita e na oralidade, entendendo o letramento enquanto um conjunto de práticas sociais que vão para além da escrita.

Como postula Kleiman (1995, p. 20).

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de letramento, a alfabetização, o

processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes.

O Plano Nacional do Livro e Leitura, em seus princípios, objetiva também a promoção da leitura literária em uma perspectiva de letramento literário. Segundo Silva e Silveira (2011) o letramento literário não deve ter o seu foco somente nas habilidades de ler gêneros literários, mas na compreensão e ressignificação de seu conteúdo. Cosson (2006) defende a construção de comunidades de leitores, muito próximo ao que se debate hoje sobre mediação de leitura, e considera que são necessárias seqüências básicas e expandidas para a prática do letramento. A seqüência básica consistiria em alguns passos que englobariam a motivação para a leitura do texto, a introdução consistiria na apresentação entre autor, leitor e texto, a leitura em si, com acompanhamento, e por fim, a interpretação que caracteriza-se como individual no primeiro momento e coletivo na perspectiva de comunidade leitora proposta pelo teórico.

A seqüência expandida, proposta por Cosson (2006), apresenta os mesmos passos da básica, porém com três momentos de aprofundamento: interpretação, expansão e avaliação. A interpretação alia a compreensão global do texto em seus aspectos formais destacando momentos para um trabalho mais efetivo, na fase da expansão enfatiza-se o processo de intertextualidade múltiplas aplicabilidades do uso do texto, e por fim, a fase da avaliação da obra levando em consideração todas as suas possíveis variáveis. Fica evidente que a proposta não é uma leitura literária, como simples ato de ler e interpretar, mas uma concepção maior na relação entre mundo-sociedade-autor-texto-leitor.

Pereira (2018) afirma que a formação do leitor literário sempre foi utilizada como estratégia ideológica de formação de uma sociedade, assumindo contornos distintos e suas aplicações teórico-metodológicas nas nações, tal qual como postula Eagleton (2006) ao contextualizar a ascensão da literatura na Inglaterra no século XIX com forte viés ideológico para a “fabricação” de uma humanidade que dita os comportamentos sociais por meio da satisfação no nível da superfície de uma eterna fabulação que a coloque em estado perene de letargia e alienação.

Como afirmado anteriormente à literatura é marcada por relações de poder e torna-se sutilmente instrumento de manutenção de hegemonia quando

restrita a concepção moderna de estética circunscrita a uma realidade distante que acaba por, hermeticamente, lhe circunscrever em um isolamento fechado diante das contradições econômicas, políticas, culturais e sociais.

De modo que é preciso problematizá-la [a literatura], em virtude da era à qual se filia, quando de sua produção e recepção, reconhecendo as implicações político-educacionais de sua manifestação sob determinados eventos e práticas de letramento. No caso da mais recente, a da diversidade local e da conectividade global, em que pese um novo paradigma e, por conseguinte, um novo *éthos*, na (re)produção do conhecimento; trata-se de verificar os limites e os alcances da formação do leitor literário pretendida sob as perspectivas dos novos e multiletramentos, [...] evidenciando os desafios a serem superados a esse respeito, em especial quando de sua (não) prescrição curricular (PEREIRA, 2018, p. 17).

Assim como em *Cândido* (1972) a literatura é, ou deveria ser, inerente as práticas sociais e, portanto, um direito humano, Eco (2003) compreende que onde se falta o básico (alimentação, saneamento, segurança, educação) a literatura não surgiria como uma panacéia para os males do mundo, porém esse distanciamento entre sociedade e leitura contribui para agudizar as problemáticas sociais visto que as pessoas são alijadas sequer de tomar conhecimento de um mundo com possibilidades críticas, sendo excluídas do exercício estético e ético que a literatura pode proporcionar.

Alguns desafios permeiam essa discussão acerca do ensino e aprendizagem da literatura, em uma perspectiva de letramento, como os apontados por Pereira (2018):

- a) Assunção da mutabilidade diacrônica e sincrônica do texto literário, em virtude de sua exposição cada vez mais frequente à multiplicidade de linguagens, modos ou semioses, à multiplicidade de culturas;
- b) Reconhecimento da variabilidade estética (local/global) e da unicidade ética (plural/democrática) na atividade literária, de produção e/ou recepção – garantindo a comunicabilidade entre as diferentes fruições (popular/erudita; subjetiva/analítica etc.);
- c) Emprego dos estudos literários à compreensão histórico-cultural da sociedade, ao longo de sua “evolução”, permitindo a problematização das relações de poder hodiernamente estabelecidas;

- d) Instauração de um *éthos* que, em relação à atividade literária recente (de produção e/ou recepção), proponha-se a reconhecê-la múltipla, descentrada, dispersa, aberta, dinâmica, não-linear, eventualmente colaborativa), estabelecendo não só uma cultura da convergência, mas, também, participativa;
- e) Resposta às necessidades, interesses e satisfações humanas reais, sob um projeto mais inclusivo e igualitário de educação.

A concepção imediata e imediatista presente na leitura, norteadada por uma posição empirista-humanista acaba por focar o texto em sua versão fim, sem considerar questões ideológicas e de produção. Nesse sentido, ver é ler, tomar conhecimento de extrair um sentido presente no texto por meio de um repertório cultural do sujeito-leitor, sem que outras variantes estejam presentes, mesmo que de forma sutil, nessa relação entre sujeito e texto.

A leitura encontra-se imersa em ideologia, mas também consegue se distinguir quando nos permite visualizar a ideologia de onde surge. No entanto como defendido por Althusser, a arte não nos permite conhecer a verdade escondida na ideologia, já que para o autor o conhecimento significa conhecimento científico que seria proporcionado por outras leituras. A diferença entre ciência e arte não é que lidam com objetos diferentes, mas sim que lidam de formas diferentes com este objeto, resultando que a ciência nos proporciona conhecimento conceitual de uma determinada situação enquanto a arte viabiliza a experiência desta situação, que seria o equivalente à ideologia, nos permitindo ver à natureza desta ideologia, permitindo a apreensão deste fenômeno.

Macherey (1966) em suas análises da relação entre leitura e ideologia e da relação entre a autoria das obras literárias entende que o escritor(a), quando da redação do texto, o transforma em algo diferente dando-lhe forma e estrutura, o que incorre na construção de uma forma determinada à ideologia fixando-a dentro de limites ficcionais, distanciando-se dela o que revela os limites dessa ideologia, a arte e a literatura contribuem dessa forma para a libertação da ilusão ideológica.

Ambos os posicionamentos acerca de ideologia e leitura de Althusser e Macherey, são considerados por Eagleton (2011) como ambíguos e obscuros, mas com contribuições para entender esta relação. Na síntese do pensamento dos referidos autores, Eagleton (2011) postula que a ideologia entendida é a de que seria mais do que um conjunto amorfo de imagens e idéias flutuantes de uma

determinada sociedade, ou seja, possui uma coerência relativa, sendo a ideologia passível de ser analisada pelo conhecimento científico, e já que a literatura “pertence” à ideologia também torna-se passível a ser objeto desta mesma análise, ou seja, a crítica científica literária buscaria explicar a obra em termos da estrutura ideológica da qual faz parte.

A ideologia liberal do século XVIII por meio da construção da noção de *homo economicus* e *politicus* enviesou a prática social dificultando a construção de conceitos e causando uma ruptura entre representação e teoria, resultando em um discurso fetichizado, abstrato e a-histórico. Esse panorama permite a leitura ser vista como “natural”, alijada de seu contexto de escrita e de fala estes, por sua vez, tomados como naturais também capitaneados por um projeto hegemônico bem delineado, sutil e oculto.

[...] o pressuposto histórico de sua cidadania foi a *desvalorização* da esfera política, a nova relação entre ‘econômico’ e ‘político’ que reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns de seus poderes exclusivos para o domínio totalmente econômico da propriedade privada e do mercado, em que a vantagem puramente econômica toma o lugar do privilégio e do monopólio jurídico. A desvalorização da cidadania decorrente das relações capitalistas é atributo essencial da democracia moderna (WOOD, 2003, p. 183, grifo da autora).

Quando a existência de um único discurso pauta as relações sociais incorre, também, no silenciamento de outras formas de pensamento, de escrita e elaboração de idéias, impossibilitando que discursos antagônicos, ou no mínimo diferenciados, possibilitem a formação de práticas sociais plurais e diversas. Quando se tenta, ideologicamente e de forma hegemônica, criar um discurso de que o capitalismo é a única forma possível e aplicável de reger as relações sociais, políticas e econômicas, por meio de uma “naturalidade” que se vende como subjacente ao sistema está se negando alternativas, como o socialismo, enquanto teoria e projeto, presente nesta linguagem que se objetiva como verdade absoluta, no entanto, como alerta Wood (2003) a lição que temos que aprender diante das conjunturas que ora se apresentam, é de que um capitalismo “humano” e “social” e verdadeiramente democrático é tão irreal e utópico quanto qualquer outro projeto que venha a ser delineado e aplicado.

Assim como a relação sujeito/sociedade envia-se pelos fatos apresentados, a relação sujeito/leitura gera um processo de decodificação e interpretação, sem relação com estética e a filosofia da linguagem. A partir deste

ponto indaga-se: o que é interpretar? Se levarmos em consideração que o texto é o ponto de partida e de chegada, tem-se aí o ponto de referência absoluto, o ponto de vista da autoria, de modo que a leitura se torna um dado em sua acepção de forma fixa e fixada, bastando que se leia reduzindo toda essa relação a uma interpretação com o texto como fonte de verdade indiscutível.

A leitura admite duas perspectivas: que exista um vínculo neutro entre sujeito que lê e autoria e suas motivações e uma interpretação de sentido prevalecendo o olhar da autoria. Como ponto comum entende-se a leitura como um processo intersubjetivo com protagonismo dos desejos, vontades e razões do sujeito no centro das análises. Ou seja, alguém tem o que falar (autor) e alguém têm o que ouvir, ler e interpretar (leitor). Se o texto é uma verdade, então a leitura configura-se como uma tomada de consciência, mas a percepção existente naquele texto. Esta é a forma de leitura vigente nas relações atuais: a leitura literal, onde se identifica a letra, o discurso e a autoridade de quem escrevem.

Por conseguinte, a realidade apresentada exemplifica que a leitura (literal) da forma como é efetivada só é possível mediatizada por uma relação de produção, periferizando a idéia de que a leitura seria uma relação entre sujeito-leitor e o sujeito-autor por meio da mediação do objeto livro. A leitura fetichizada, mediada pelos meios de produção é definida por uma correlação de forças entre variáveis como economia, ideologia e política em detrimento de uma relação entre consciências. A leitura definida como relação social só pode ser apreendida em sua forma de prática teórica e ideológica.

A prática da leitura e sua relação com cadeias de produção sejam elas distributivas, criativas ou de mediação, não estão livres de uma abstração ou neutralidade dos sujeitos sociais que integram esse processo, levando a concluir que a própria relação, ou ato de ler, também se configura como uma produção como etapa final de todo um conjunto de intervenções orientando o tipo de leitura que será realizada.

A proposta que se faz é a de que não se deve tentar descobrir (interpretar) o que o autor diz, mas sim apreender as possibilidades abertas em seu discurso, trabalhando com a problemática evidenciada, com o conjunto de questões e respostas apresentadas no texto. Cada problemática evidencia um espaço, e este por sua vez, uma teoria e a escolha desse espaço e teoria não são aleatórias. Uma leitura literal não alcançaria essa proposta de absorção e trabalho de problemáticas,

pois a mesma repete e duplica a ordem cronológica do texto (e idéias) e obscurece a ordem teórica. O viés de percepção problemática liquida a seqüência cronológica, a leitura feita sob essa perspectiva permite dar ao debate teórico, prático e político um rigor novo.

Essa mudança só é possível ao se abandonar práticas maniqueístas e funcionalistas de leitura e pensar a mesma como uma forma de intervenção no processo do discurso, como uma práxis, que não é neutra, que entende que toda essa relação que permeia o conhecimento em seus mais diversos níveis é marcado por descontinuidades e rupturas, em alguns momentos até radicais com o saber anterior em relação à colocação de uma determinada questão. Vai permitir ir além do texto escrito onde falsos acordos ocultam diferenças reais, da aparência para sua essência.

Diante do exposto percebe-se que: a leitura não se revela em sua pureza, mas se constitui de um processo de produção; qualquer tipo de produção exerce influência das mais diversas formas (políticas, econômicas e culturais) em seu produto. Para que se possa pensar em leitura é necessário levar em consideração o sistema de conceitos capaz de inferir as presenças e ausências no discurso presente em um determinado texto. A superação do fetichismo envida examinar os discursos como forma de intervenção no real e não em sua forma de ocultamento e reprodução. A apreensão de suas especificidades e de sua centralidade no cenário histórico é central para qualquer movimento político como forma de analisar processos hegemônicos favorecendo uma leitura histórica que pode ser apresentada como um projeto político.

Toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas (GRAMSCI, 1975, p. 170).

O texto aparece agora como um conjunto de sintomas, tornando-se uma atualização de problemáticas, não uma essência a ser revelada, mas na forma de uma representação de uma conjuntura em seu nível teórico. O ato de ler ultrapassa o sentido de interpretar revelando-se como um ato de produção de vínculo entre uma problemática e a construção de condições para transformação no meio social, por meio da práxis e da aplicação de instrumentos críticos sobre a matéria prima do texto que é a letra e seu discurso.

O discurso transformador é produzido e também é produtor, constituído da relação com outros discursos, de início como fragmento e mais tarde como corpo diferenciado, em seu primeiro modo destaca elementos de outros discursos, analisando-os com outro método e outras questões para só então possibilitar a quebra e ruptura destes fragmentos desarticulando-os de seu todo anterior. Isto só sendo possível a partir da articulação entre a problemática e a:

[...] unidade constitutiva dos pensamentos efetivos que compõem esse domínio do campo ideológico existente, com o qual um autor singular se explica no seu próprio pensamento. Percebe-se logo que não se pode pensar, sem o campo ideológico, a unidade de um pensamento singular (ALTHUSSER, 1965, p. 64).

O mito a ser vencido na relação entre sujeito leitor e sujeito autor é de que a letra está no texto e de que não se confunde com o discurso, só podendo ser legível em um processo de desconstrução e de transformação do discurso. Na leitura literal, a letra configura-se como intocável porque está subjacente ao discurso, na leitura crítica e sintomática, o trabalho é o de organizar e de construir uma ordem sistêmica, a letra, portanto, deve ser reformulada pois quando se muda a ordem muda-se também sua natureza, dando-lhe a possibilidade de construir uma estrutura que lhes dê significado e rigor, é preciso ler nas entrelinhas do texto, no discurso não explícito do autor, e com isso fomentar novos discursos e deixar explícito o discurso não escrito pelo autor. Construir conceitos e sistemas é possibilitar o avanço da teoria e permitir que novos problemas surjam que outros saiam de sua invisibilidade.

O fato é que após o processo de leitura, seja ele literal ou crítico, o texto permanecerá o mesmo, o que não permanecerá é o estado das questões. Não se lê o que o autor diz, mas sim lemos o texto com nossas questões, apropriando-se de um discurso que em momento algum é neutro, produzindo uma reflexão, o que aproxima, por exemplo, da formulação de “mundo do leitor” feita por Chartier (1998). A leitura não se trata de ver e sim de produzir uma nova forma, é continuação e não repetição, nenhum discurso se silencia diante de uma questão levantada por um leitor.

Eagleton (2011) afirma que a literatura encontra-se na superestrutura, ao contrário do que pensava Williams (1979), mas ambos concordam que ela não é apenas um reflexo passivo da base econômica, e que é atestado no postulado abaixo de Engels à Bloch datado de 1890:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante desta, é em última instância, a produção e a reprodução na vida real. Mais do que isso nem Marx nem eu nunca afirmamos. Portanto, se alguém distorce essa afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, ela se torna uma frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e suas conseqüências, as constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após uma batalha bem sucedida, etc.; as formas jurídicas; e até mesmo o reflexo de todas estas lutas reais no cérebro dos combatentes: as teorias políticas, jurídicas e filosóficas, as idéias religiosas e seu desenvolvimento posterior em sistemas dogmáticos – também exercem influencia no andamento das lutas históricas e, em muitos casos, predominam na determinação de sua forma (ENGELS, 1890 *apud* EAGLETON, 2011, p. 24-25).

Com esse postulado Engels se afasta da premissa de qualquer relação mecânica e biunívoca entre base e superestrutura. Entende que existe uma correlação entre base e estrutura onde os elementos da segunda reagem constantemente a primeira e a influenciam. Com isto fica evidente que a arte por si só não pode mudar o curso da História, mas pode contribuir como elemento ativo para esta mudança.

Marx em suas análises sobre a arte, nos *Gundrisse*, evidencia uma relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e a intelectual, e, por conseguinte, da produção artística, em suas mais diversas formas, isso não atesta, porém, que os maiores feitos artísticos só sejam possíveis se a sociedade estiver em seu mais alto nível de desenvolvimento das forças produtivas.

No caso das artes, é bem sabido que a magnitude de certos períodos de florescimento não corresponde ao nível geral de desenvolvimento da sociedade nem, por conseguinte, à base material – o esqueleto, por assim dizer, da sua organização. Por exemplo, os gregos em relação aos modernos ou mesmo Shakespeare. Também se reconhece que determinadas formas de arte (por exemplo, a epopéia) não podem mais ser produzidas com a mesma estrutura histórica de outrora desde que a produção da arte, como tal, começou; ou seja, que importantes formas dentro da esfera artística só são possíveis em um estágio rudimentar de desenvolvimento artístico. Se for esse o caso da relação entre os diferentes tipos de arte dentro da esfera artística, fica menos surpreendente constatar que o mesmo ocorre com a relação de toda a esfera com o desenvolvimento geral da sociedade. A dificuldade está apenas na formulação geral dessas contradições. Basta especificá-las para que elas sejam esclarecidas (MARX, 2011, p.68).

A relação entre base e superestrutura evidenciada por Marx, revelam que cada elemento da superestrutura de uma sociedade: a arte, as leis, a política, a religião – possui seu próprio ritmo de desenvolvimento, sua própria evolução externa

que não é reduzível a uma mera expressão da luta de classes ou ao estado da economia (EAGLETON, 2011).

Trotsky (2007) observa que a arte possui um alto grau de autonomia não estando ligada de forma simples e biunívoca ao modo de produção, no entanto, grande parte das análises sobre arte, orientadas pelo Marxismo, apontam que a mesma é orientada, em último caso, por esse modo de produção. Essa perspectiva nos ajuda a compreender a relação entre a mediação existente entre autores, leitura e literatura dentro de uma economia capitalista.

Toda arte, em qualquer uma de suas manifestações, surge orientada por uma concepção ideológica de mundo, conforme pensa Plekhanov (*apud* EAGLETON, 2011) segundo o referido autor não existe obra de arte que seja inteiramente livre de conteúdo ideológico, no entanto, como evidenciado por Engels anteriormente, a arte possui uma relação complexa com a ideologia do que, por exemplo, a teoria política ou o direito, que incorporam de forma mais evidente os interesses de classe.

Eagleton (2011) nos apresenta duas posições extremas e opostas acerca da literatura e da ideologia. A primeira é que a literatura se configura como a ideologia em uma determinada forma artística, ou seja, as obras literárias são apenas uma forma de expressão das ideologias vigentes da época, tornando-se prisioneiras da “falsa consciência” não podendo superá-las. Esta perspectiva muito embasada no que se conhece como “marxismo vulgar” limita muito a perspectiva da análise entre leitura e ideologia, não consegue explicar por que tantas obras literárias desafiam os pressupostos hegemônicos. A perspectiva oposta compreende a literatura como um desafio à ideologia, como entendida por Fischer (1966) quando o autor fala sobre “arte autêntica,” que seria aquela que sempre transcende os limites ideológicos de sua época dando-nos aportes para apreensão da realidade e dos fenômenos que a ideologia esconde.

Althusser (1965) apresenta uma concepção mais orgânica entre literatura e ideologia, entendendo que esta relação não pode ser reduzida como a arte subjugada a ideologia, mas sim uma correlação entre elas. Segundo o autor a ideologia representaria as maneiras imaginárias com que vivemos e concebemos o mundo real, experiência esta também proporcionada pela leitura quando viabiliza a sensação de viver em determinadas condições no lugar de uma análise conceitual

dessas condições, no entanto, não se limita a refletir essa experiência passivamente.

A arte e, por conseguinte uma de suas expressões, a literatura na condição de produto da vida social reflete, não só pela forma e conteúdo as realidades de um determinado tempo histórico quanto também suas contradições, não existe, dessa forma, arte sem conteúdo ou tendência (TROTSKI, 2007).

Os livros são dispositivos fundamentais na subjetivação, assim como outros meios como a televisão, rádio, cinema, contribui ideologicamente na subjetivação dos indivíduos. Por isso uma filosofia política de leitura seria necessária para essa compreensão macro da subjetivação oportunizada pelas práticas leitoras.

Os livros são os meios mais acessíveis para o conhecimento e que, em sua forma mais evidente, providenciam a forma de subjetivação crítica que nos torna cidadãos. Perguntar pelas condições da nossa cidadania, tendo em vista uma cultura que abandonou os livros, a leitura e a formação que por ela se providenciava, torna-se urgente em nosso momento histórico (TIBURI, 2016, p.1).

Segundo Tiburi (2016) as construções das sociedades democráticas estão diretamente relacionadas com a escrita e a leitura. A prática mais antiga do que se convencionou chamar de democracia tem a ver com a transmissão do conhecimento. A democracia, dessa forma, está diretamente ligada à transmissão da informação. A própria reprodutibilidade dos livros tem a ver com a democracia moderna que, em seu melhor sentido, relaciona-se com a partilha do próprio conhecimento que em tudo deve à vida dos livros. Precisariamos criar uma cultura da compreensão, mas isso só será possível se mudarmos os rumos de nossa subjetivação.

A escrita se tornou tão essencial para a construção das sociedades democráticas que a luta por direitos se faz muitas vezes como a luta pela educação e a luta pela educação se faz também como luta pela alfabetização. Sem alfabetização, o que se conquista nesse mundo em que os livros vêm a ser documentos e monumentos, não há democracia no sentido inicial e essencial de acesso aos meios. Conforme Castrillon (2011, p. 63) “Ter acesso à leitura não garante de maneira absoluta a democracia, mas não tê-la, definitivamente a impede, ou, pelo menos, a retarda”.

Isso nos leva a pensar na questão das formas de subjetivação. Por “forma de subjetivação” Tiburi (2016) refere-se ao modo como nos tornamos quem somos a

partir da introjeção ou internalização dos conteúdos que podemos perceber. O livro é, independentemente de seu suporte, potência de pensamento.

O capitalismo torna-se incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal: o poder popular ou o governo do povo. É utópico crer em um capitalismo que seja governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida (WOOD, 2007).

O capitalismo, ainda conforme o pensamento de Wood (2007) é estruturalmente antitético em relação à democracia, em princípio, pela razão histórica mais óbvia: nunca existiu uma sociedade capitalista na qual não tenha sido atribuída a riqueza um acesso privilegiado ao poder. Dessa forma, capitalismo e democracia são incompatíveis principalmente porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e as “leis” do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução social mais elementar, e esta é uma condição irreduzível.

Isso significa que o capitalismo necessariamente situa cada vez mais esferas da vida cotidiana (incluindo aí o acesso à leitura) fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático, reforçando a contradição na democracia. Isso quer dizer que qualquer processo que vise a democratização deve pensar na contração do mercado. Mas desmercantilização por definição significa o final do capitalismo (WOOD, 2007).

Em contrapartida, por mais que se critique a mercantilização da cultura é justamente a sua esfera econômica que vem tendo centralidade no debate das políticas culturais, ensejadas por nomes como “economia criativa” ou “economia da cultura”, ensejadas, principalmente por um ideário neoliberal.

O neoliberalismo, conforme Mendes (2008) é apresentado como alternativa econômica, política, cultural e social à crise do capitalismo iniciada no anos 1970 principalmente pelo regime de acumulação fordista com vistas a reestabelecer a hegemonia burguesa, principalmente nas dimensões ideológicas e culturais nas relações que são estabelecidas na sociedade.

Basicamente é um projeto ideológico alicerçado em dois níveis: em reformas de cunho econômico, político, educacional e social, e segundo, em construir uma legitimidade para estas propostas de reformas como única alternativa a complexa situação atual (GENTILI, 2002).

A década de 1980 foi marcada pelo protagonismo dos movimentos sociais e sindicais como força política na resistência às medidas neoliberais. O epicentro do projeto de incluir o Brasil no ideário neoliberal foi capitaneado por Fernando Henrique Cardoso quando presidente da República. Como estratégia hegemônica e com forte indução ideológica a Reforma do Estado foi implementada e legitimada com a bandeira de tornar o Estado mais eficaz e eficiente e de construir as condições para a inserção do Brasil no chamado mundo globalizado (SILVA, 2003). A cultura não estava alijada desse processo e, nos anos 1990, o papel do Estado ao atuar junto à cultura assumiu novas orientações, em consonância com a economia e a política. Sob o novo modelo econômico, o neoliberalismo, ocorreu a Reforma do Estado que redefiniu toda a estrutura burocrática e ideológica.

Para a garantia desse consenso pautado no senso comum, todos os males e fracassos do sucesso do país foram direcionados para uma suposta ineficiência da intervenção do Estado e da esfera pública e decantada as virtudes encontradas na livre iniciativa como única forma de recuperar o crescimento econômico e o fortalecimento da democracia, configurando-se, portanto, como única alternativa viável para a sociedade inserir-se na tão incensada globalização, mesmo sendo um processo “doloroso e necessário” como aponta Frigotto (2005).

Tendo a tão proclamada governabilidade como palavra-chave para o sucesso de todo o projeto político, concepções ideológicas estabilizaram-se. A busca pela governabilidade sob a lógica neoliberal era uma das estratégias, com isso, resultaram profundas mudanças na natureza universalista e pública das políticas de Estado, na amplitude dos direitos sociais e na delimitação da área de atuação do Estado (SILVA, 2003).

Assim, o debate sobre a importância de se “dar a devida atenção” à cultura, como chama nossa atenção Souza (2010), geralmente vem acompanhado da lembrança de que: o valor bruto da produção das atividades industriais culturais responde por aproximadamente 5% do valor bruto da produção da indústria da transformação brasileira; o da produção das atividades de serviços culturais corresponde a mais de 30% do total na área de serviços; os salários e outras

remunerações do pessoal ocupado no “setor cultural” da economia brasileira responde por mais de 5% da massa salarial total.

E é aí, que a política cultural encontra sua contradição, pois os últimos governos, mas especificamente os do PT, aumentaram o financiamento público às políticas culturais, diminuindo a superioridade dos recursos incentivados em relação aos recursos orçamentários como fonte de custeio, mas mesmo assim, tem-se uma política cultural focalizada que não garante direito algum, operando na transferência de recursos do Estado para a (micro) “iniciativa privada” (SOUZA, 2010).

O que se buscou, no tratamento do jogo de interesses e da correlação de forças presente, foi o de atender reivindicações históricas dos movimentos culturais, bem como dos pequenos produtores da área da cultura, *dando a pasta* da cultura visibilidade nunca antes conquistada, enquanto se mantém a estrutura hegemônica dos grandes meios de produção e difusão culturais no país e os vultosos aportes de recursos públicos à iniciativa privada via Lei Rouanet. Deslocou-se a problemática da cultura para uma pretensa governabilidade social onde todos os anseios são atendidos sem que se discutam proficuamente problemas reconhecidos quase unanimemente pelo pensamento progressista relacionado à área há anos.

A democratização da cultura, e no caso específico do livro e da leitura mediada por uma ação estatal encontra na contradição da manutenção da estrutura oligopolista da propriedade e, por conseguinte, do controle destes meios, como um grande entrave para a propalada democratização. Entende-se em conjunto com Souza (2010, p. 232):

[...] que o enfrentamento ou não deste problema determina, até certo ponto, o êxito ou o fracasso no médio e no longo prazo de *todas* as iniciativas supostamente comprometidas com a democratização da cultura empreendidas pelo atual governo. Isto porque um objetivo arrojado como este só pode ser alcançado mediante a socialização das decisões relativas ao conjunto da produção e da circulação culturais no país, para a qual a atual organização da cultura (ou melhor, da produção e da difusão culturais) é um óbice até o momento intransponível.

Concorda-se com Souza (2010) quando conclui que próprio governo reproduz o duplo pensamento liberal quando conjuga democratização do acesso ao mercado cultural com “inclusão social” – conjugação esta que aponta para um tipo de “inclusão” necessariamente mediado pelo mercado.

Ao não se propor a romper com o mercado como principal dinamizador da produção cultural e principal meio para a difusão e circulação da mesma os projetos

de governo que se sucedem acabam com políticas tendendo a conjugar “inclusão social” como ampliação de acesso aos bens culturais e inclusão *no mercado cultural*. Cada vez torna-se mais complexo tentar antever respostas para questionamentos feitos por Ferreira (2011): “as bibliotecas públicas, para onde vão?” e o de Lindoso (2005): “pode o Brasil ser um país de leitores?”.

2.1 Reflexo opaco da realidade leitora brasileira: a Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil

A complexa dicotomia entre a proposta de “inclusão social” por meio do acesso a bens culturais, criando mais consumidores do que necessariamente cidadãos (CANCLINI, 2010), acabam por distanciar e dificultar uma política cultural que oportunize não só o acesso pela democratização, mas que contribua de forma profícua e orgânica para uma transformação social. Essa postura direciona não só a ideologia presente na formulação de políticas públicas no país, em especial as do campo cultural, como são perceptíveis inclusive nos instrumentos de aferição que balizam essas políticas no estabelecimento de objetivos, metas e princípios.

Dessa forma os projetos políticos que ora se reafirmam na realidade brasileira, com destaque para o neoliberalismo, favorecem e impactam, sobremaneira, nas novas relações de consumo resvalando no exercício da cidadania. O principal estudo, a nível nacional, sobre o comportamento do leitor é a pesquisa “Retratos da Leitura” realizada pelo Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência solicitada pela CBL, SNEL, BRACELPA e ABRELIVROS.

Quando são analisados os dados desse estudo, depara-se com informações vitais que possibilitam a formulação de hipóteses e possíveis conclusões sobre a realidade cultural do país, em relação à leitura, aquisição e acesso a livros e espaços de leitura (PAIM, 2011; WOLF, 2011). Não se pode perder de vista que o consumo não é um ato “irracional”, um gasto desnecessário e inútil, mas se configura como um espaço onde se organiza parte da racionalidade econômica, política e psicológica social com direcionamento ideológico bem delineado (CANCLINI, 2010).

Bourdieu (2007) tem na formulação do “*habitus*” como conceito central de toda sua sistematização teórica, representa a incorporação, em forma sintética, das práticas transmitidas por uma determinada classe, constituindo assim a unidade

originária de todas as disposições a se comportar e agir de uma determinada forma frente a cada situação, incluindo aí o direcionamento do que consumir.

A primeira edição da pesquisa Retratos da Leitura data do ano de 2001 configurando-se mais como uma contribuição do mercado editorial para conhecer seu público-alvo e visava, também, contribuir para melhoria dos indicadores de leitura do país por meio dos resultados que seriam de interesse de todo o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. A primeira edição teve foco principal na questão mercadológica.

A medição dos indicadores de leitura e acesso ao livro pelos brasileiros, por meio da pesquisa, tem possibilitado uma extraordinária contribuição à reflexão, avaliação e a orientação de ações mais efetivas a dirigentes e técnicos das áreas de educação e cultura do governo, pesquisadores, entidades do livro, empresários da cadeia produtiva e, especialmente, a todos os que acreditam que melhorar os indicadores de leitura e de acesso ao livro da população seja fundamental para se conseguir melhores posições nas avaliações sobre educação alcançadas pelos jovens estudantes brasileiros (RETRATOS DA LEITURA, 2008).

A segunda edição foi divulgada em 2008, a terceira em 2011 e a mais recente em 2016. Desde a sua primeira aplicação e divulgação de resultados, a pesquisa tem mudado de objetivos e metodologia para cada edição como uma tentativa de acompanhar novos cenários, mídias e formatos que se apresentam na sociedade quando se fala em leitura.

Quadro 4 – Objetivos da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil

OBJETIVOS			
2001	2008	2011	2016
GERAL: Identificar a penetração da leitura de livros no Brasil e o acesso a livros	GERAL: Diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros, e levantar junto aos entrevistados suas opiniões relacionadas à leitura.	GERAL: Conhecer o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros. Medir intensidade; forma; motivação e condições de leitura da população brasileira, segundo opinião dos entrevistados	GERAL: Conhecer o comportamento leitor medindo a intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira.
ESPECÍFICOS: a) Levantar o perfil do leitor de livros; b) Coletar as preferências	ESPECÍFICOS: a) Conhecer a percepção da leitura no imaginário coletivo;	ESPECÍFICOS a) Levantar o perfil do leitor e do não leitor de livros; b) Identificar a	ESPECÍFICOS: a) Hábitos e motivações para a leitura, além dos índices de leitura de livros;

<p>do leitor brasileiro;</p> <p>c) Identificar as barreiras para leitura de livros no Brasil;</p> <p>d) Levantar o perfil do comprador de livros no Brasil.</p>	<p>b) Definir o perfil de leitor e não leitor de livros;</p> <p>c) Identificar as preferências dos leitores;</p> <p>d) Identificar e avaliar os canais e formas de acesso à leitura e principais barreiras.</p>	<p>intensidade e forma de leitura de livros e apresentar os índices de leitura do brasileiro;</p> <p>c) Identificar as motivações e preferências do leitor brasileiro;</p> <p>d) Levantar o perfil do comprador de livros;</p> <p>e) Identificar e avaliar a penetração da leitura e o acesso ao livro;</p> <p>f) Conhecer a avaliação das bibliotecas públicas pelo seu usuário;</p> <p>g) Conhecer a percepção ou representações da leitura no imaginário coletivo;</p> <p>h) Conhecer o impacto dos livros digitais entre leitores e não leitores;</p> <p>i) Identificar as barreiras para o crescimento da leitura de livros no Brasil.</p>	<p>b) Perfil do leitor e do não leitor de livros;</p> <p>c) Percepções, representações e valorização da leitura;</p> <p>d) Motivações e preferências sobre livros, gêneros e autores;</p> <p>e) Perfil do comprador e do não comprador de livros;</p> <p>f) O acesso a livros – papel e digital, envolvendo bibliotecas e diferentes canais de distribuição e venda;</p> <p>g) Práticas leitoras em diferentes materiais (livros, jornais, revistas e hipertextos), suportes (impressos, digitais) e ambientes;</p> <p>h) Avaliação de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;</p> <p>i) O impacto de leituras a narrativas “transmidiáticas” e construção colaborativa/interativa (Nova proposta CERLALC); e</p> <p>j) A produção e o consumo de literatura ou narrativas não tradicionais.</p>
---	---	---	--

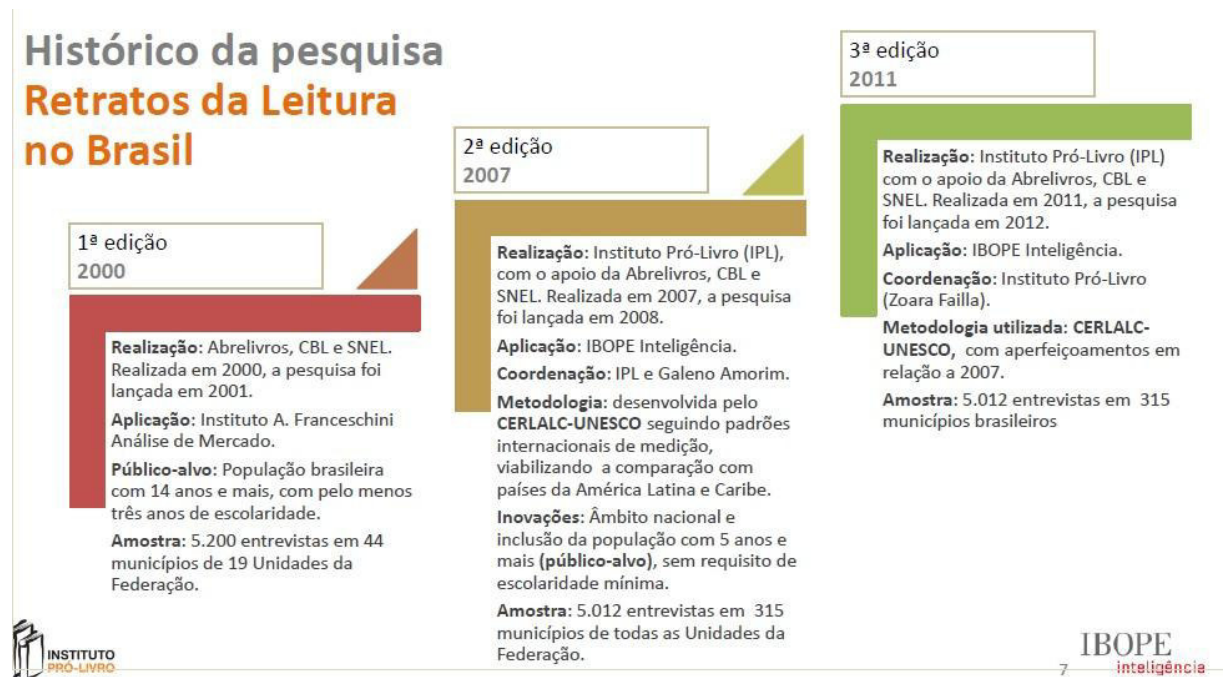
Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro acima permite evidenciar uma mudança sistemática de objetivos, tanto gerais quanto específicos, mas fortemente voltado para o mercado editorial, não só pelo fato da pesquisa ser mantida por órgãos ligados diretamente ao mercado livreiro (CBL, SNEL), mas pelo fato dos resultados se configurarem mais

como um diagnóstico para elaboração de estratégias de vendas do que necessariamente um panorama da realidade leitora do país.

A primeira edição, como se configurou como um piloto, foi orientada fortemente pelo apelo mercadológico e uma necessidade de um diagnóstico notadamente marcada em seus objetivos, tanto geral (identificar a penetração da leitura de livros no Brasil e o acesso a livros) quanto nos específicos (coletar as preferências do leitor brasileiro e levantar o perfil do comprador de livros no Brasil). A aplicação da primeira edição ficou sob a responsabilidade do Instituto A. Franceschini Análise de Mercado e teve como público alvo a população brasileira com 14 anos ou mais, e com pelo menos três anos de escolaridade. A amostra foi de 5.200 entrevistas em 44 municípios de 19 unidades da federação.

Figura 7 – Histórico da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”



Fonte: Retratos da Leitura, 2016.

Algumas considerações a respeito da primeira edição são necessárias para compreender este que se pretende o maior indicador sobre a leitura no país. Destaco o viés mercadológico muito forte, principalmente pelo instituto contratado para a aplicação da pesquisa cujo forte de suas ações são as análises de mercado, o maior quantitativo de entrevistas foram realizadas na cidade de São Paulo, por ser considerada o maior mercado livreiro do país; a exclusão, praticamente, da região Norte da coleta de dados que não permitiram sua representação em números, sendo incluída apenas no panorama nacional, e a delimitação da faixa etária em 14 anos e

o mínimo de três anos de escolaridade, o que praticamente exclui a discussão da inserção da literatura infanto-juvenil na vida da população, bem como define que tipo de leitura e leitor a pesquisa tem interesse em conhecer.

A segunda edição obteve melhorias consideráveis, tanto em seu alcance quanto em sua metodologia, coincidindo inclusive com o lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e resultando na criação do Instituto Pró-Livro (IPL) que é uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que é mantida por instituições do mercado editorial cujo objetivo principal é o fomento a leitura e a difusão do livro.

O resultado da segunda edição foi divulgado em 2008 tendo sua metodologia desenvolvida pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), da Unesco, e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), como parte das comemorações do Ano Ibero-americano da Leitura (Vivaleitura). Dois pilotos foram realizados no Brasil. O primeiro, em 2004, no município de Ribeirão Preto (SP), pelo instituto Franceschini. O segundo, em 2006, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo Instituto Ibope Inteligência. Depois disso, novos estudos começaram a ser feitos no México, Venezuela e Colômbia. A idéia é que, com o tempo, a pesquisa seja realizada em toda a América Latina, com o estabelecimento de um padrão internacional de medição.

O objetivo central desta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil foi diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros, e levantar junto aos entrevistados suas opiniões relacionadas à leitura. Os específicos apresentaram mudanças significativas incluindo a percepção de leitura no imaginário coletivo e as formas e canais de acesso ao livro e leitura.

O alcance foi de 311 municípios, incluindo as capitais e cidades das regiões metropolitanas e de 19 para 27 das unidades federativas, a faixa etária foi reduzida para cinco anos e inclusão de pessoas com menos de três anos de escolaridade, totalizando 172,7 milhões de pessoas entrevistadas.

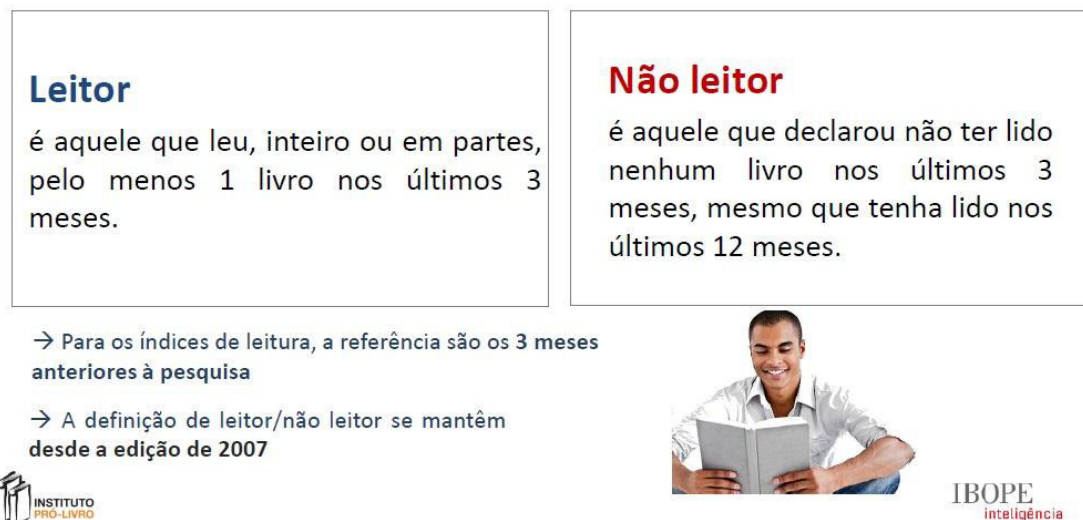
Definitivamente o que se entende como leitor para a pesquisa está longe de estar afinada com o que se cogita como letramento literário ou competência informacional (*information literacy*), talvez como uma preocupação decorrente de resultados bem abaixo do esperado, ou na dificuldade de expressar em termos teóricos o que seria um leitor que ficasse evidenciado nos instrumentos de coleta de

dados e que fosse de fácil entendimento para os respondentes, ou outra hipótese, a falta de consenso entre os mantenedores da pesquisa sobre o que é leitor.

Nesta edição o respondente que declarasse ter lido um livro no intervalo de três meses seria considerado um leitor, a pesquisa não avalia a qualidade da leitura ou o nível da compreensão dos textos lidos. Como toda pesquisa de opinião, baseia-se na declaração dos entrevistados em resposta às perguntas formuladas. Segundo os dados da pesquisa, em 2008, 55% da população estudada (95,6 milhões) declararam ter lido um livro no intervalo de três meses. Destes 50% (47,4 milhões) são estudantes que lêem livros indicados pela escola, incluindo os didáticos, 7% (6,9 milhões) são leitores da Bíblia e 41,1 milhões que não são estudantes.

A terceira edição, divulgada em 2011, manteve o objetivo geral e realizou algumas mudanças nos indicadores. Foram realizadas 5.012 entrevistas domiciliares em 315 municípios de todos os estados brasileiros. Foi acrescentado o conceito de livro “Ao falar de livros, estamos falando de livros tradicionais, livros digitais/ eletrônicos, áudio livros digitais-daisy, livros em braile e apostilas escolares. Estamos excluindo manuais, catálogos, folhetos, revistas, gibis e jornais.” Antes era perguntado ao entrevistado quantos livros ele havia lido no último mês/ nos últimos 3 meses/ nos últimos 12 meses.

Figura 8 – Definição de Leitor e Não Leitor



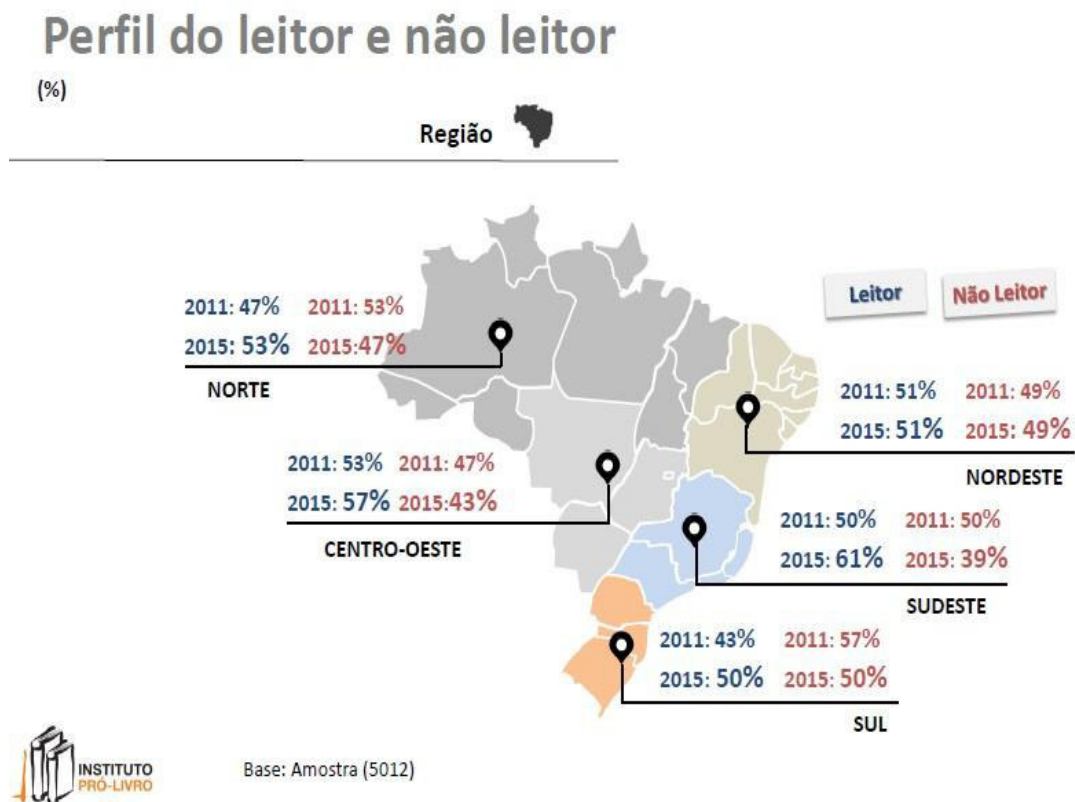
Fonte: Retratos da Leitura, 2016.

Nessa edição foram perguntados quantos livros inteiros ele leu e quantos em partes no último mês, e assim por diante. De acordo com a metodologia proposta o resultado mostra que 55% da população brasileira pode ser considerada leitora,

totalizando 95,6 milhões de pessoas. As principais inovações desta edição foi o olhar para o acesso por outras mídias, sem ser no formato impresso e o aprofundamento do estudo sobre a avaliação das bibliotecas pelos seus usuários.

A mais recente edição data do ano de 2016 que teve como objetivo geral conhecer o comportamento leitor medindo a intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira. Os conceitos de “livro”, “leitor” e “não leitor” não sofreram alterações, com a justificativa de garantir as séries históricas, o público alvo permaneceu o mesmo (População brasileira residente com 5 anos e mais, alfabetizada ou não) foram realizadas 5.012 entrevistas contabilizando 104,7 milhões de pessoas, o que equivale a 56% da população brasileira considerada, dentro dos parâmetros para a pesquisa, como leitores.

Figura 9 – Perfil do(a) leitor(a) brasileiro(a)



Fonte: Retratos da Leitura, 2016.

Esta edição aprimorou a avaliação de bibliotecas, incluindo as escolares e universitárias, e também a leitura de materiais em outros formatos como os digitais e virtuais, mas a grande contribuição foram às análises feitas na pesquisa disponibilizadas na seção “Revelações desta edição”.

Retornando ao que Sant’Anna (1999) enfatizava quando se falam em leitura em cair na obviedade seu postulado é confirmado nas repostas ao questionamento: “O que a leitura significa?” quase metade dos respondentes (49%) foi unânime em afirmar que a leitura traz conhecimento, seguido por atualização e crescimento profissional (23%), ensina a viver melhor (22%) e a leitura pode fazer uma pessoa “vencer na vida” melhorando sua situação financeira (17%).

Figura 10 – Significado do que é leitura na pesquisa Retratos da Leitura

O que a leitura significa



Fonte: Retratos da Leitura, 2016.

As principais motivações para a leitura praticamente não sofreram alterações nas respostas nas quatro edições, com predominância de que a principal motivação seria o gosto pela leitura entre os entrevistados que se encontravam na faixa etária de 5 a 70 anos ou mais. Vale pontuar que a leitura realizada por motivos religiosos tem crescido muito e aparecido em destaque nas edições da pesquisa, sendo que na mais recente aparece em quinto lugar ficando na frente, inclusive, de motivos como exigências escolares, faculdade, atualização profissional e exigência do trabalho.

O gosto, e em particular, por obras de arte, e neste caso específico a literatura, está diretamente relacionado a estrutura do capital e, também, com a trajetória social do indivíduo, bem como de uma classe inteira. A suposta

superioridade no gosto da classe dominante decorre, portanto, da distinção de um estilo de vida livre de privações e com privilégios, que lhe permite vivenciar o supostamente belo como um valor em si e de possuir “bom gosto” como um elemento natural a sua posição. O estilo de vida da pequena burguesia, em obstande, é desvalorizado por sua ânsia de alcançar as formas de vida das classes “altas”, enquanto o das camadas populares é marcado pela tentativa de transformar as limitações materiais em escolhas virtuosas que primam pelo necessário e o concretamente útil (BOURDIEU, 2007).

Figura 11 – Principal motivação para ler um livro



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil, 2016.

Assim sendo, o condicionamento de toda manifestação cultural pelo poder sócio-econômico, e o efeito de sua crítica foi muito mais impactante para a “cultura legitimada” de quanto o foram os trabalhos de Horkheimer e Adorno (1978, 1985). Enquanto o trabalho dos membros da Escola de Frankfurt é perpassado por uma imagem da cultura dominante como sendo uma força, em certo sentido, “conspiradora”, um poder incondicionado que, por sua vez, tudo condiciona, em Bourdieu (2007) a cultura legitimada se encontra, ela mesma, na posição de instrumento inconsciente das forças que ela própria desencadeia, submetendo os sujeitos que a interpretam à condição de “macacos de si mesmos”, sendo nisso não menos grotescos dos dominados.

O gosto atua com base em contraposições duais resultantes da contraposição central entre classe dominante e dominada. Suas referências são, assim, fortemente mobilizadas pela indústria cultural (COELHO, 1980) as oposições entre o alto/elevado e baixo/vulgar, o espiritual e o material, o refinado e o grosseiro, o leve/sutil e o pesado/ trabalhoso, o livre e o coagido, o único/exclusivo e ordinário/banal.

Se essas contraposições refletem, de um lado, as atribuições da elite dominante e da massa dos dominados, de outro, têm um alto grau de indeterminação, recebendo conteúdos mais específicos conforme os vários campos em que são contextualizadas e de acordo com a forma pela qual essa contraposição social básica se reproduz naquele sub-espço social (BOURDIEU, 2007).

Como apontado anteriormente, a leitura por questões relacionados a religião tem crescido exponencialmente nos 16 anos de realização da pesquisa, e isto é evidenciado quando a Bíblia aparece como o gênero de livro mais lido pelo brasileiro. Vale ressaltar que a Bíblia não foi colocada na pesquisa como sendo uma obra com motivos religiosos, lógico que não se descarta a leitura dela com outros fins como o de análise histórica, de discurso entre outros aspectos, mas arrisca-se a afirmar que em um país maciçamente de praticantes da religião católica e um crescimento exponencial das religiões pentecostais que a leitura da Bíblia é direcionada para o exercício da fé e para a prática de vida, coadunado nos dogmas de cada religião pautados pelo referido livro.

A Bíblia também encabeça os gêneros preferidos de pessoas de todas as faixas etárias (5 a 10, 11 a 13, 14 a 17, 18 a 24, 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 69 e 70 e mais) e níveis de escolaridade (Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Superior) abarcados pelo estudo. Foi ainda o título mais citado como última leitura dos entrevistados – 225 menções– e é a obra mais marcante da vida de 482 pessoas ouvidas –Não bastasse, é diretamente responsável por uma das curiosidades da pesquisa: ao indicarem o autor do último livro que estavam lendo, alguns entrevistados (1%) citaram entidades religiosas normalmente ligas à Bíblia, como Jesus e Moisés.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil também apresenta alguns recortes específicos sobre o hábito de leitura dos professores e profissionais da educação. Nessa categoria, a Bíblia também se destaca: ela que lidera, por exemplo, a lista dos 11 títulos mais citados pelos educadores, com 22 menções.

Sobre os profissionais da educação, fica evidente uma contradição nos números: 84% deles garantem que são leitores, no entanto, metade dos entrevistados não citou nenhum título ao ser indagado a respeito de qual era o último livro que havia lido.

Figura 12 – Gêneros de leitura

Gêneros que costuma ler: por Faixa Etária

(%)	2015	TOTAL	FAIXA ETÁRIA								
			5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 69	70 e mais
		2798	307	204	321	403	254	474	332	439	66
	Base: Leitores										
	Bíblia	42	32	31	24	39	39	49	56	52	63
	Religiosos	22	14	6	12	17	25	27	30	35	34
	Contos	22	37	40	31	23	21	12	14	13	11
	Romance	22	8	20	33	33	25	20	18	19	16
	Didáticos, ou seja, livros utilizados nas matérias do seu curso	16	23	27	21	23	18	15	10	6	0
	Infantis	15	41	22	9	8	18	15	11	6	4
	História em quadrinhos, Gibis ou RPG	13	29	21	15	11	12	10	9	6	3
	Poesia	12	14	27	19	14	10	8	7	8	7
	História, Economia, Política, Filosofia ou Ciências Sociais	11	6	8	11	14	11	11	12	11	6
	Ciências	10	22	21	15	8	9	6	8	5	3
	Culinária, Artesanato, "Como Fazer"	10	6	3	3	9	12	12	13	17	3
	Técnicos ou universitários, para formação profissional	10	0	0	3	19	17	16	10	7	0
	Saúde e Dietas	8	3	3	5	8	10	11	10	13	5
	Biografias	8	5	6	12	12	10	7	8	7	3
	Autoajuda	8	1	1	3	6	12	12	13	10	3
	Artes	7	16	11	8	8	6	3	5	5	0
	Juvenis	7	7	20	14	9	3	4	5	2	2
	Educação ou pedagogia	6	5	5	4	9	5	9	7	2	0
	Viagens e esportes	5	3	6	5	7	4	5	6	4	1
	Línguas (como inglês, espanhol, etc.)	5	6	9	6	7	7	5	2	3	4
	Enciclopédias e dicionários	4	4	3	4	6	2	4	5	1	1
	Direito	3	1	1	2	6	5	4	2	3	1
	Esoterismo ou ocultismo	2	0	0	0	1	1	1	4	4	0
	Não sabe/Não respondeu	5	10	4	9	5	4	5	4	4	4
	MÉDIA DE GÊNEROS POR ENTREVISTADO	2,8	3,1	3,0	2,8	3,1	2,9	2,8	2,8	2,5	1,8

Base baixa

INSTITUTO PRO-LIVRO

P.37) Quais destes tipos de livros, seja em papel ou em formato digital, o(a) sr(a) leu no último ano?

IBOPE inteligência

Fonte: Retratos da Leitura no Brasil, 2016.

É curioso notar que a lista de títulos em nada coincide com a dos escritores mencionados em outras questões. Quando perguntados quais os autores que mais gostam, os entrevistados responderam principalmente Monteiro Lobato, Machado de Assis, Paulo Coelho, Maurício de Souza e Augusto Cury. Sobre os mais conhecidos, foram citados Machado de Assis, Monteiro Lobato, Paulo Coelho, Jorge Amado e Carlos Drummond de Andrade. E, dentre os lidos recentemente, todavia, estão Augusto Cury, João Ferreira de Almeida, Zibia Gasparetto, Padre Marcelo Rossi e Paulo Coelho e Cristiane e Renato Cardoso, que dividem a quinta posição, obviamente este resultado expressa a força ideológica sobre o que se lê no país decorrente da forte marketing da indústria cultural em relação aos Best-sellers e sua presença com destaque no mercado editorial, mostrando que essa cadeia não está distanciada dos apelos da globalização, assim como os livros e autores de auto-ajuda, religiosos e de influenciadores digitais.

Outra resposta que evidencia o apelo mercadológico e de marketing são as referentes aos últimos títulos lidos que figuram autores de Best Sellers como os de auto-ajuda e religiosos, novamente a Bíblia aparece como o livro que,

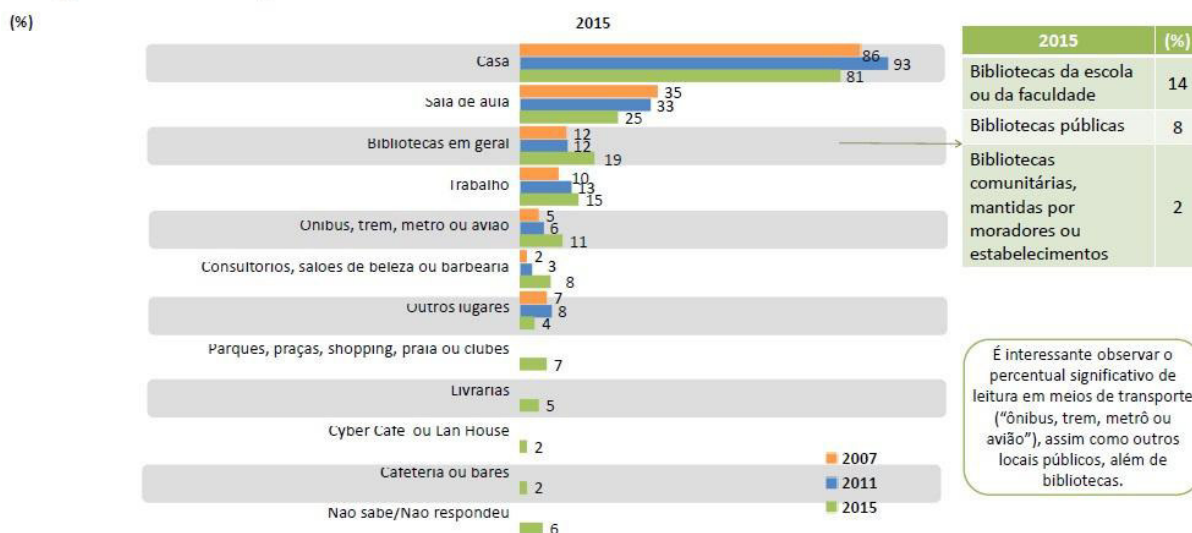
recorrentemente, as pessoas mais lêem e figura na questão de motivo da leitura em segundo lugar como justificativa por motivos religiosos.

Em relação aos Best-sellers fica evidente o que Canclini (2010) aponta como uma forte influência da globalização como processo de reordenamento de diferenças e igualdades e não como é propagandeada como homogeneização de culturas em escala global, a globalização, em seu entendimento, é um processo de fracionamento articulado no mundo e de recomposição de suas partes, onde as diferenças nacionais persistem e são convertidas em desigualdades.

A relação de dominação exerce seu papel também no interior da própria classe dominante, como evidencia Bourdieu (2007) reproduzindo a mesma lógica entre suas diferentes frações e fazendo com que, por exemplo, o atributo “leve” possa ser entendido no sentido de “elegante”, se o julgamento expressa a vontade de valorizar a desenvoltura de quem está acostumado ao domínio, ou de “frívolo”, se o que se quer é valorizar a aprendizagem disciplinada, em que confiam os que pertencem às frações dominadas da classe dominante, pretendendo ascender a posições mais “altas”.

Figura 13 – Lugares onde se costuma ler

Lugares em que costuma ler livros



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil, 2016.

Em relação aos lugares onde os entrevistados costumam realizar suas leituras não houve divergências com as outras edições, os lares continuam como o primeiro local a aparecer nas repostas como um lugar onde são feitas as leituras,

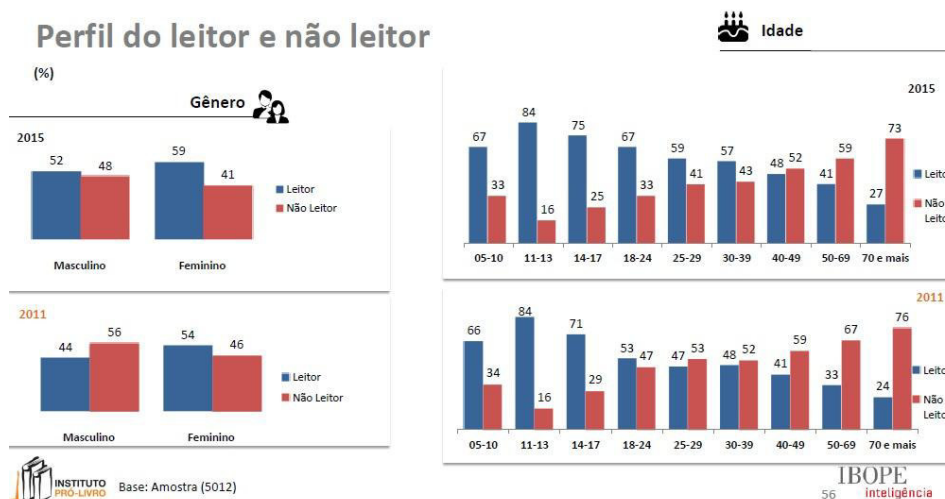
seguidos por sala de aula, e em terceiro as bibliotecas, este sim houve um aumento em relação às outras edições decorrente do fato de outras tipologias de bibliotecas serem contempladas como as escolares, universitárias e comunitárias.

Apesar de na mais recente edição da pesquisa a especificação de cada tipo de biblioteca ter sido evidenciada, esse espaço como local de leitura ocupa ainda a terceira posição nas respostas. Mesmo tendo um aumento em relação às edições anteriores, as bibliotecas públicas ocupam apenas 8% das indicações dos respondentes como lugar que se costuma ler livros, talvez, resultado de processos históricos que marcam sua atuação em contraste com sua função, como apontado por Ferreira (2006, p. 116)

A filosofia do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas públicas está fundamentada na democratização e socialização do saber, favorecendo aos indivíduos a descoberta do mundo da escrita e poder para assim elevar seus conhecimentos para tomada de decisões com vista à transformação da sociedade. Suas funções e ação, entretanto, são marcadas por contradições, avanços e recuos, transformando-as em uma instituição cheia de ambigüidades e dificultando uma atuação mais política de forma que venha a romper com o modelo conservador de fazer biblioteca, até então vigente, na maioria dos estados brasileiros.

Uma pergunta nova foi acrescentada na edição de 2016: “qual seria a razão por não ter lido mais?”. Entre os entrevistados considerados pela metodologia adotada como leitores a razão principal apontada foi a de falta de tempo, resposta esta que foi replicada pelos entrevistados considerados como não-leitores, seguida pela afirmação de que não gosta de ler e a terceira maior razão para não ter lido seria que não sabe ler.

Figura 14 – Gênero e idade em relação à leitura

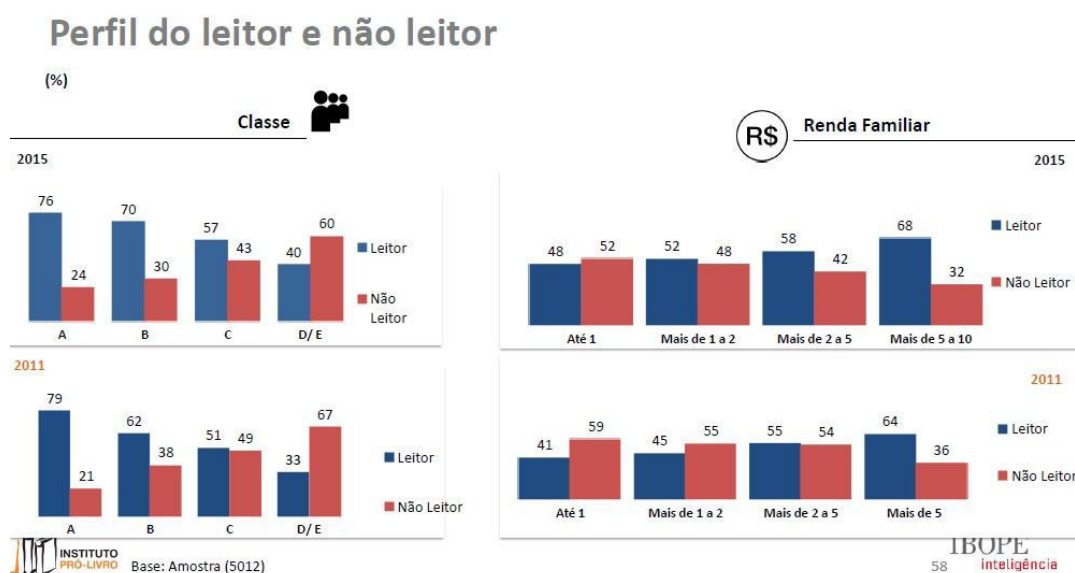


Fonte: Retratos da Leitura (2016).

Outro indicador interessante foi com o que a maioria da população ocupa seu tempo livre, prevalecendo desde a primeira edição a assistir televisão seguido por ouvir música e navegar pela internet. Na comparação entre a edição de 2015 com a de 2011 aponta para que as mulheres lêem mais que os homens e que os jovens na faixa etária de 5 a 30 anos são os que mais executam a prática da leitura, tendo um relativo decréscimo da faixa dos 40 anos em diante.

Um indicador bastante interessante e vital para nossa pesquisa é o que diz respeito à classe social. Os realizadores da pesquisa optaram por seguir o extrato econômico utilizado pelo IBGE que delimita classe em relação ao salário mínimo resultando na classificação de A, B, C, D e E.

Figura 15 – Classe social e leitura



Fonte: Retratos da Leitura (2016).

O comparativo das edições de 2011 com a de 2015 (que foram as que utilizaram este parâmetro) expõe uma realidade que é conhecida de grande parte da população evidenciando que a classe A por ter um poder econômico maior resulta em um acesso a educação e a bens culturais que possibilita a compra de livros em detrimento da classe D e E, que como aponta a pesquisa em 2011 67% eram considerados não leitores baixando para 60% em 2015, mas ainda revelando um panorama de desigualdade social tanto no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho como ao acesso ao livro a leitura, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais contundentes nestes segmentos.

Atualmente a elite econômica lê menos do que há quatro anos (Classe A: 76% de leitores hoje contra 79% de leitores em 2011), enquanto os mais pobres

estão lendo mais (Classes D e E: 40% de leitores hoje contra 33% em 2011). Nas outras classes também houve uma melhora nos índices de leitura: a B saltou de 62% para 70% e a C, de 51% para 57%.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, apesar de algumas inconsistências, principalmente em sua definição de leitor, tem modificado seus objetivos e metodologia de ação como forma de acompanhar as mudanças sociais e como a população brasileira se relaciona com o livro, a leitura e os espaços de leitura. Apresenta aportes e indicadores que nos ajudam a pensar, refletir e escancara a necessidade de políticas públicas para o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas que estejam direcionadas as lacunas apontadas na pesquisa, que, por mais que informe que mais de 50% da população brasileira pode ser considerada leitora, a leitura ainda é encarada como obrigação, como complemento de formação. Os espaços de leitura, como as bibliotecas, ainda são pouco lembrados e o livro, ainda é um componente muito caro, se distanciando das classes menos abastadas economicamente.

Perpassando a sociedade como um todo, o sistema de classificação dominante é compartilhado segundo o ponto de vista da posição que se assume no espaço social, porém, ao ser incorporado, não consente que alguém dele se afaste; dessa forma não há sujeito livre para escolher frente a objetos, mas um sujeito que define seu objeto, conforme o domínio de classe, no próprio momento em que o percebe. O que se apreende é que não é simplesmente um capital material (ou cultural) colocado a um sujeito, mas a representação do mundo desse sujeito e o sentir esse mundo mais ou menos harmonizado consigo; não é alcançar um objetivo, mas dar sentido à existência; não agir frente a uma realidade, mas definir a realidade em que se desenvolve a ação (BOURDIEU, 2007).

Como afirma Canclini (2010) essa “inclusão social” por meio da democratização do acesso a bens culturais resulta em “consumidores do século XXI” e “cidadãos do século XVIII”, pois ao passo em que as sociedades se organizam para, como consumidores, nos colocar no século 21, onde a distribuição global de bens e informação aproxima o consumo de países centrais e periféricos, e, como cidadãos, nos levar de volta ao século 18, onde as decisões estão todas concentradas em elites e é formado um regime de exclusão da maioria incorporada como “clientes”.

4 O PNLL COMO ESTRATÉGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO LIVRO E LEITURA NO BRASIL E SUA DIMENSÃO POLÍTICO IDEOLÓGICA: avançamos, retrocedemos ou estagnamos?

A concepção do PNLL segue norteadada por uma perspectiva cultural, onde o leitor não seria aquele que apenas decifra códigos e decodifica um texto, mas aquele que vai para além dos símbolos e consegue efetivar uma leitura crítica, tornando o leitor o personagem principal de qualquer livro. Ao delimitar um plano onde se almeja o desenvolvimento de uma sociedade leitora é necessário refletir, também, sobre que tipo de leitor e leitura se espera alcançar com o plano, e isso para além dos números de vendas no mercado editorial (fator também considerado importante, mas não o único) e tornar o texto rico em potencialidades nas múltiplas direções em suas possibilidades (GIL, 2007).

Por conseguinte, um objetivo tão audacioso como este não pode estar desvinculado da apreensão da relação entre a prática leitora e a cultura brasileira com toda a sua diversidade e especificidades, onde a mesma deve ser potencializada e não suprimida, tornando o desafio maior ao se pensar em uma sociedade leitora, que seria a estratégia do diálogo criativo do livro e da leitura com as demais características da sociedade brasileira.

A leitura certamente qualifica a relação do indivíduo com os outros indivíduos, com a saúde, com a televisão e o computador, com a cidade e com o meio ambiente, com a política e a economia, constituindo-se como uma base sólida para o desenvolvimento de uma cultura de discernimento e de diálogo, e para a construção de um ambiente social, qualificado, participativo, pacífico e democrático (GIL, 2007, p. 8).

As palavras Livro, Leitura e Literatura, pensadas nesse plano, referem-se respectivamente às três dimensões das políticas culturais desenvolvidas no país: econômica, a do direito a cidadania e a do valor simbólico, onde as dimensões não podem ser justapostas mais pensadas de forma articulada respeitando a potencialidade das culturas populares e dos saberes tradicionais com o que existe de mais moderno em tecnologia, pois conforme aponta Gil (2007, p. 9): “É dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura via acesso à escola e materiais didáticos – mas disponibilizar os instrumentos que faltam para a prática social de uma leitura em sentido mais pleno, sem a qual a cidadania fica incompleta”.

Toda a concepção norteadora do plano demonstra a preocupação em que sua formulação e implementação atendam rigorosamente princípios democráticos e de gestão participativa com uma visão emancipatória de sociedade, onde mesmo com a predominância de atividades gestadas pelo MinC, o plano adota uma perspectiva interministerial e necessita de um suporte vital dos governos estaduais e municipais em conjunto com a sociedade civil para o alcance de seus objetivos.

Um Estado republicano, comprometido com os valores democráticos, tem o dever de ampliar o leque de instrumentos à disposição dos cidadãos para expandir suas possibilidades de leitura do mundo, para além das versões monopolizadas e da homogeneização cultural (GIL, 2007, p.10).

Compreende-se, portanto, que para um desenvolvimento de uma política pública que tenha como objetivo a democratização do livro e da leitura para a formação de uma sociedade leitora depende, entre outros fatores, da participação dos sistemas públicos de ensino. Na área educacional as principais ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação em paralelo a execução do PNLL foram: a) formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca; b) produção e distribuição de materiais de orientação; c) parcerias e redes de leitura e d) ampliação e implementação de bibliotecas escolares e dotação de acervos por meio do Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) (HADDAD, 2007, p. 14).

Formar uma geração de leitores nas condições de desigualdade que persistem na sociedade brasileira é tarefa complexa que exige esforços conjugados de todos que têm compromissos e responsabilidades com o país. [...] O Plano Nacional do Livro e Leitura pode e deve tornar-se um documento de referência, em constante atualização, de modo a registrar compromissos, ações e esforços dos diferentes órgãos e entidades comprometidos com suas metas (HADDAD, 2007, p. 17).

Dessa forma o PNLL privilegia a biblioteca e a formação de leitores e mediadores de leitura, como principais diretrizes para uma política pública voltada ao livro e a leitura no Brasil, tendo por base a necessidade de se formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social no que diz respeito a bens, serviços e cultura. Para tanto, pretendeu-se conferir a este plano a dimensão de uma política de Estado, com natureza abrangente, com o fim de garantir organicidade nas políticas, programas, projetos e ações oriundas do plano, desenvolvidas no âmbito dos ministérios, com prevalência pelo MinC e o MEC, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da

sociedade e do voluntariado geral, tentando evitar o caráter assistemático, fragmentado e pulverizado que tem caracterizado as políticas culturais efetivadas no Brasil (PNLL, 2007).

A política de Estado nessa concepção deverá traduzir-se em programas de governo, com coordenações interministeriais articuladas com Estados, municípios, empresas e instituições do Terceiro Setor.

O PNLL norteia-se em quatro eixos principais (desde seu lançamento em 2006 os objetivos tiveram algumas alterações no ano de 2010 e, por último em 2014), a saber:

- a) Democratização do acesso;
- b) Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- c) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
- d) Desenvolvimento da economia do livro como estímulo a produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional (CADERNO DO PNLL, 2014).

Para a formulação do plano buscou-se vários mecanismos como conferências, seminários, escutas públicas com a participação de toda a cadeia produtiva do livro (editores, livreiros, distribuidoras gráficas, escritores e outros profissionais do livro) bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas na área do livro e da leitura, organizações e instituições, empresas públicas e privadas, governos estaduais, municipais e demais interessados.

Destas interlocuções entre governo e sociedade foram apontadas demandas (fragilidades e potencialidades) que permitiram a delimitação de objetivos, metas e os eixos de ação. Entre as iniciativas em que houve contribuição direta para a elaboração do PNLL destacam-se:

- a) Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil;
- b) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- c) Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (CSLLL);
- d) Projeto Fome de Livro;
- e) Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM);
- f) Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor;
- g) Programa VivaLeitura;
- h) Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER).

Durante o período de junho de 2004 a dezembro de 2005 foram realizados encontros preparatórios nas macro-regiões do Brasil: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará, com vistas a captar sugestões a serem incorporadas ao plano. Também foram realizadas cinco videoconferências regionais, além de uma com abrangência nacional, reunindo todos os estados brasileiros com transmissão online. Ocorreram, também, 97 encontros nas mais variadas formas: colóquios, congressos, palestras, oficinas, seminários, mesas redondas envolvendo profissionais e militantes do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, bem como a sociedade em geral.

A participação popular e dos demais segmentos da área visaram garantir o caráter pluralista e democrático do processo para formulação do plano para que se evitasse sobreposições e sobreposições de ações e preservação da autonomia e da independência das ações a serem desenvolvidas como forma de garantia da otimização de recursos para garantir maior eficácia à política pública.

Em todos estes momentos: encontros preparatórios, videoconferências e encontros nas mais diversas modalidades, foram levantados alguns pontos considerados vitais para a formulação de uma política pública voltada para o livro e leitura:

- a) A criação de um Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) (que foi consubstanciado), traduzindo a política de Estado para a Leitura e o Livro, plenamente assumida pelo governo federal;
- b) O estabelecimento da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura como espaço institucional por excelência para o debate e a construção de consenso, sempre que possível, para avaliar e fazer avançar as políticas setoriais, contribuir para amadurecer o processo e legitimar e criar proteções institucionais a essas políticas;
- c) A fixação de marcos legais, com base na Constituição, que tornem viáveis as políticas, programas, projetos e ações continuadas preconizadas pelo Plano como a Lei de Desoneração Fiscal do Livro (Lei Federal 11.030/2004, combinada com a Lei Federal 10.865/2004), bem como os decretos que instituíram e atribuíram responsabilidades aos ministérios (especialmente da Cultura e da Educação), ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de

Cultura, ou a Lei do Livro (Lei Federal 10.753/2003), ou, ainda, a Lei 9.610/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências todo esse conjunto gerando decretos, portarias e instituições normativas, com desdobramentos no âmbito dos estados e dos municípios;

- d) A institucionalização de uma Estrutura de Governo, que deve ser consolidada e/ou instituída no âmbito da administração pública federal para a área da leitura e do livro (e, por conseguinte, da biblioteca e da formação de mediadores) e a qual contemple o novo patamar atingido pela articulação entre o MEC e o MinC no que se refere às questões em pauta (PNLL, 2007).

Ao correlacionar acesso, consumo e alfabetização, os nossos índices sempre estão abaixo ao de outros países, desde os mais ricos e desenvolvidos até alguns países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Conforme Sodré (1998) o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para uma cultura escrita e, agora, também em outros formatos de mídia e o audiovisual desde meados do século XX com forte presença da ação da indústria cultural com o resultado do surgimento maciço de consumidores da cultura audiovisual em detrimento de uma cultura leitora, resultado de uma ineficiente, ou quase inexistência, de ações para promoção do livro e leitura em escala nacional.

Tal realidade afeta, entre outros fatores, o universo da cultura e da educação brasileira, atestadas por índices que comprovam que continuamos distante de um horizonte de uma sociedade leitora e contribuem para reflexão sobre o cenário nacional com vistas a formulação de políticas públicas para mudanças desta realidade.

Alguns índices foram importantes para formulação do PNLL como, por exemplo, o Mapa do Alfabetismo no Brasil de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP / MEC edição 2003), do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, edições 2001 e 2003) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, edições 2001 e 2003) do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, edição 2000) e do Retrato da Leitura no Brasil, principalmente a edição de 2001.

O plano valoriza três **fatores qualitativos e quantitativos** identificados pela UENSCO como vitais para a formação de uma sociedade leitora.

Os **fatores qualitativos** são:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os **fatores quantitativos** são:

- a) Deve ser garantido o acesso ao livro, com disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias entre outros aspectos; e
- b) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Importante frisar que o destaque mencionado a democratização do livro e leitura está diretamente associado à questão da competência da informação (*information literacy*) e do aprendizado ao longo da vida que tem ganhado destaque pela UNESCO na formulação de diretrizes para políticas mundiais.

Segundo as orientações do plano em seus princípios (PNLL, 2007), a leitura e escrita devem ser encaradas como **práticas sociais e culturais** com suas expressões de diversidade e de visão de mundo, portanto, são duas faces diferentes, porém não indissociáveis, do mesmo fenômeno. São também pensadas em elementos vitais para o fortalecimento de sociedades democráticas para o livre exercício da **cidadania**, constituindo condição necessária para uma vida digna e com possibilidade para que seus cidadãos possam influir na vida em sociedade.

A leitura e a escrita também são fatores indispensáveis para fortalecer e contribuir para a expressão da **diversidade cultural** dos povos resultando em um desenvolvimento social e econômico. Sendo assim o plano, de forma alguma, poderia estar distanciado da orientação das políticas culturais efetivadas pelo ministério que seguem uma perspectiva sistêmica desdobrando-se em três dimensões: a cultura como valor simbólico; a cultura como direito de cidadania e a

cultura como economia. Não há preponderância de uma dimensão sob a outra, mas uma justaposição e intercruzamento para que o plano alcance o seu objetivo.

A concepção de leitura preconizada no plano é aquela que não se restringe apenas a capacidade de decifrar caracteres do código da escrita alfabética, mas sim, que possibilite a **construção de sentidos** nos mais diversos aspectos, sejam de ordem psicológica, fisiológica, lingüística e outras. “A leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s)” (PNLL, 2006, p.31). Outro aspecto importante a ser mencionado é que mesmo se reforçando a centralidade da palavra escrita não é desconsiderada a validade de outros códigos e linguagens entre **o verbal e o não-verbal**, como as tradições orais e novas textualidades que surgem em paralelo aos avanços tecnológicos, reforçando que as **tecnologias e informação** são importantes para a execução do plano.

O Plano Nacional do Livro e Leitura defende uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura e propõe um diálogo fecundo com as novas licenças de copyrights- não restritivos, no que esses ajudam a equilibrar os direitos de autor, com os direitos de acesso (PNLL, 2006, p. 31).

A percepção adotada sobre as bibliotecas acompanham o debate nacional e internacional em que estes espaços deveriam atuar como espaço social, como pólo difusor da cultura, centro de educação continuada estimulando a criação e fruição dos mais diversos bens artísticos culturais, ou seja a percepção da **biblioteca como dínamo social**, onde promoveria a mediação entre o livro, a leitura e os leitores.

A **literatura** assume papel importante para o plano, mediante a contribuição que pode efetivar a formação vertical do leitor evidenciadas em suas três funções essenciais, como exemplifica Cândido (1995): a) a capacidade que a literatura tem em atender a imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa afetando o inconsciente dos leitores de forma dialética com as contradições da vida em oposição ao caráter pedagógico de outros textos e; c) seu potencial em oferecer um conhecimento profundo de mundo. Formulações estas que possibilitaram um entendimento da literatura, e, por conseguinte da leitura, como um direito humano.

Todos os programas, projetos e ações que visem a formação de uma sociedade leitora não podem esquecer o público que se utiliza da **Educação de Jovens e Adultos** (EJA) haja vista o imperativo de criar condições favoráveis ao letramento e de acesso ao livro e leitura que, decorrente de vários motivos, tiveram sua formação educacional interrompida ou sequer iniciada.

Quando da redação do texto do plano a terminologia usada para designar as pessoas com deficiência foi a de “**portadores de necessidades especiais**”, hoje o debate se ampliou e tanto a militância e outros órgãos chegaram a um denominador comum que a terminologia correta é pessoas com deficiência, e que estas pessoas e suas limitações não poderiam ser excluídas ao se formular uma política que se pretende construir uma sociedade leitora, para tanto deve-se garantir material específico como os de Braille, Libras, audiodescrição, audionarrativa entre outros suportes e formatos.

Como o plano possui caráter interministerial, ele defende a produção de **meios educativos** (livros, periódicos e outros materiais a serem utilizados nas escolas) com vistas a assegurar o acesso a bens culturais nos mais diversos formatos e suportes. Além disso, as **políticas públicas** para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas não podem ser dissociadas do **Estado da questão**, ou seja, entender que um país de dimensões continentais como o Brasil não tem como delimitar estratégias sem que se ouçam os principais envolvidos na discussão bem como levar em consideração as características de cada região e localidade sem que incorra em uma uniformização que estará fadada ao fracasso por falta de reconhecimento, pertencimento e representatividade.

Para tanto deve estar inserida na política cultural efetivada pelo governo nacional e circunscrita em responsabilidade, também, pelos governos estaduais e municipais, pensadas a curto, médio e longo prazo, sendo vital a **integração** de pastas que respondam pela educação e cultura. O plano possui um eixo específico para o mercado: “Desenvolvimento da economia do livro” tendo como público alvo os **autores, editoras e livrarias**, onde serão pensadas estratégias para criação, produção e circulação com vistas a baratear os custos objetivando a democratização do acesso ao livro em quantidade necessária e a preços compatíveis.

O esforço nas escutas e na mobilização para ouvir os agentes sociais envolvidos na discussão é para que fosse contemplado dialeticamente um processo de dupla face: tanto as questões da **leitura e o livro** quanto aquelas que se

configuram como problemas relativos a cadeia produtiva do livro para que não incorra em polarizações no que diz respeito aos papéis desenvolvidos pelo Estado e mercado e pela sua relação.

Como último princípio, porém de suma importância em qualquer ciclo de políticas públicas, a criação de mecanismos internos e externos para **avaliação contínua** e sistêmica do plano, não só para verificação de objetivos alcançados como a proposição de remodelações e ajustes quando necessários.

O objetivo central do plano seria assegurar e democratizar o acesso ao livro e à leitura a toda a sociedade com o entendimento que ambos são imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer nação e para o desenvolvimento humano, quer seja de forma individual ou coletiva. Os programas, projetos e ações delineados na formulação do plano, dessa forma, só obterão êxito em um esforço conjunto e coletivo entre governo federal e entes federativos imbuídos em ideais republicanos para promoção da cidadania e inclusão social, com vistas a construção de um projeto de Nação que pressuponha uma sociedade justa.

Além do objetivo central foram estabelecidos outros, cujo alcance devem ser a curto, médio e longo prazos, conhecidos a seguir:

- a) Formar leitores, buscando de maneira continuada substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- b) Implantação de biblioteca em todos os municípios do país (em até 2 anos);
- c) Realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura;
- d) Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros;
- e) Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- f) Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- g) Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento a leitura em curso no país;

- h) Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;
- i) Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em bibliotecas (sobre o total de livros lidos no país);
- j) Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;
- k) Elevação do número de livrarias do país;
- l) Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- m) Aumento do índice per capita de livros não-didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura que possuam ao menos 10 livros em casa;
- n) Estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura (em até 3 anos);
- o) Apoiar o debate e a utilização de copyrights não-restritivos (*copyleft* e *creativecommons*), equilibrando direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita.

Por mais que em seu objetivo central e justificativa, a questão da oralidade e do respeito à diversidade estejam bem explícitos, na redação do plano, a forma de atuação com este formato não fica evidente nos demais objetivos. Nota-se uma preocupação quantitativa em relação a leitura, aumento de livrarias entre outros fatores que visam mais a distribuição de livros seja de forma gratuita ou a garantia de sobrevivência do mercado editorial.

O instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos com foco no incentivo à leitura é a lei n. 10.753 de 30/10/2003 que instituiu a Política Nacional do Livro. A regulamentação da referida lei permite a criação de instrumentos que auxiliem a execução do que está exposto no artigo 13 e em suas alíneas, que versam sobre articulações das mais diversas instâncias e âmbitos governamentais para criação de parcerias entre o setor de criação e a cadeia produtiva do livro.

As esperanças, que a sociedade civil organizada depositavam no âmbito de concretização dos programas, projetos e ações, era que a lei 10.753 desse suporte ao PNLL em sua organização e estrutura, para tanto o MinC e o MEC editaram a Portaria interministerial n.1442 de 10/08/2006 garantindo uma estrutura

administrativa e um marco legal criando, também, um Conselho Diretivo, Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo era composto por dois representantes do MinC e dois do MEC, um representante dos autores, um para os editores e um para os especialistas em leitura. A Coordenação Executiva era composta por cinco membros dispostos entre o MinC, MEC, Fundação Biblioteca Nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compunham a Câmara Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. O Conselho Consultivo era a própria Câmara e a coordenação geral da estrutura apresentada era desempenhada por um Secretário Executivo nomeado pelos Ministérios da Cultura e Educação.

Dentre as instâncias diretivas de atuação para implementação do PNLL, figuram as de **Debate e Assessoria** e a de **Formulação e Execução**. A de Debate e Assessoria atua como espaço de articulação para a implementação das políticas públicas com foco na democratização do livro e leitura, permitindo sempre o diálogo entre governo e sociedade civil, para tanto, a CSLLL integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais e este ao Sistema Nacional de Cultura.

A instância responsável pela Formulação e Execução entrega à Secretaria de Políticas Culturais a incumbência da coordenação das políticas efetivadas orientadas a área do livro e leitura, posteriormente instituindo a Diretoria do Livro e Leitura ficando a cargo deste órgão a responsabilidade citada. No âmbito de atuação do MEC o ministério ficaria com a responsabilidade de continuar executando ações que visam a promoção da leitura como os desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC); TV Escola; Portal de Periódicos da CAPES e os Programas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE); Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM); Núcleo de Atividades do Projeto Rondon; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Logo após a redação do texto do PNLL, a CSLLL e a Secretaria Executiva organizaram um debate em 19 de dezembro de 2006 com os três principais grupos formados pela cadeia do livro (setores criativo, distributivo/produtivo e de mediação) onde foram apresentadas dez prioridades de ação para o próximo quadriênio, constituindo um decálogo de reivindicações do PNLL:

Setor criativo

- a) Promover o incentivo aos autores, inéditos e editados, pro meio de bolsas de criação, circulação e intercâmbio nacional e internacional, concursos e prêmios literários;
- b) Realizar um censo nacional de escritores, com o objetivo de mapear a produção literária, publicada ou não;
- c) Promover a discussão sobre o direito autoral, com o fomento a disponibilização de conteúdos, em licenças não restritivas, inclusive com a formação de acervo de conteúdos livres em diferentes suportes.

Setor produtivo/distributivo

- a) Implementar políticas específicas para o setor com o objetivo de ampliar o acesso e baratear o custo do livro, por meio de ações como linha de crédito para fomento à instalação de livrarias, tarifas diferenciadas de correio, custos distributivos, política de formação e atualização de acervos de bibliotecas;
- b) Estimular a criação de políticas e planos de leitura estaduais e municipais com dotações orçamentárias previstas na lei 10.753 de novembro de 2003;
- c) Realização periódica de pesquisa nacional e segmentadas sobre leitura e mercado editorial.

Setor de mediação

- a) Criação de uma biblioteca por escola, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos e acessibilidade;
- b) Instalação de uma biblioteca nos municípios que não a possuem e revitalização das bibliotecas existentes, com pessoal qualificado, política de seleção de acervos, acessibilidade e integração aos sistemas de bibliotecas existentes;
- c) Execução de uma política de formação de mediadores de leitura para bibliotecários, educadores, profissionais com ensino superior, ensino médio e voluntários em geral responsáveis por bibliotecas e pontos de cultura.

Além destas proposições, o Conselho Diretivo do PNLL, em conjunto com a plenária dos referidos setores, sugeriu que fosse equacionado no menor tempo

possível uma proposta de institucionalização do PNLL, seja por via de uma legislação específica e também pela constituição de uma estrutura organizativa que viabilizasse a efetivação das políticas públicas para o segmento, Estas situações foram analisadas nas seções anteriores ao se falar sobre a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e a Lei Nacional de Leitura e Escrita.

Grande concentração dos programas, projetos e ações desenvolvidos sob as orientações propostas no plano estão nos ministérios da educação e cultura, porém, outros ministérios, de forma transversal, contribuem para a implementação do PNLL, como os da Ciência e Tecnologia, Igualdade Racial, Direitos Humanos e o de Desenvolvimento Agrário entre outros.

Toda a literatura acerca do ciclo de políticas públicas é quase unânime em afirmar que a formulação, implementação e avaliação são etapas imprescindíveis que podem contribuir para o sucesso no alcance dos objetivos propostos em qualquer política, porém, também é de conhecimento que uma política sem orçamento ou uma base financeira de sustentação estará fadada ao insucesso. Os recursos orçamentários para o PNLL são das mais diversas fontes e formatos, sem que consolidem um orçamento próprio, sendo necessária a inclusão de rubricas orçamentárias nos orçamentos da União, Estados e Municípios e outras fontes de financiamento, como as dispostas abaixo:

- a) Orçamento da União (MinC / vinculadas; MEC / vinculadas; outros ministérios com ações na área);
- b) Orçamento da União (a partir de emendas parlamentares);
- c) Editais e orçamentos próprios de empresas estatais federais;
- d) Orçamentos dos Estados (incluindo estatais e vinculadas);
- e) Orçamento das Prefeituras (incluindo estatais e vinculadas);
- f) Fundo Nacional de Cultura;
- g) Recursos de projetos específicos provenientes dos governos (nacional, estadual e municipal), organismos internacionais, entidades, empresas e outros;
- h) Orçamento das entidades para-estatais (Sistema S, Apex, ABDI etc.);
- i) Orçamento de organismos internacionais (CERLALC, UNESCO, OEI, PNUD, OIT etc.);
- j) Orçamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), e;

- k) Lei de incentivo à cultura via Renúncia Fiscal (Lei Rouanet, leis estaduais e municipais). (PNLL, 2007).

Para obtenção dos dados aqui analisados, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas, como apontado na introdução deste trabalho. No momento de elaboração do roteiro orientador das entrevistas, adotou-se por princípio que, devido à natureza dialógica dessa técnica, as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está livre para ir além das respostas, assim como o entrevistado/a para com as questões.

O roteiro que orientou a realização das entrevistas foi constituído em torno de 4 (quatro) núcleos centrais de questões:

- i. Como você percebe a relação entre política e cultura no Brasil por meio das políticas culturais efetivadas, tendo a democratização da leitura como centralidade nas ações do segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas?
- ii. Rubim (2015) afirma que as políticas culturais brasileiras são acompanhadas por três tradições: o autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional, em sua percepção como esta afirmação se materializa nas políticas para livro, leitura, literatura e bibliotecas?
- iii. O plano nacional do livro e leitura (PNLL) já conta com mais de dez anos de implantação, quais as razões para os avanços, retrocessos e estagnações percebidos durante este percurso?
- iv. Diante do atual cenário político brasileiro, qual a prospecção que pode ser feita para as políticas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas e para a democratização do livro e leitura?

Quadro 5 – Percepções sobre política cultural e democratização do livro e leitura pelos e Secretários Executivos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

ENTREVISTA
COMO VOCÊ PERCEBE A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E CULTURA NO BRASIL POR MEIO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EFETIVADAS, TENDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA COMO CENTRALIDADE NAS AÇÕES DO SEGMENTO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS?
Secretário 1 (Gestão Lula)
<i>Eu leio aquele período, iniciado pelo Ministro Gilberto Gil em 2003, como uma síntese do que mais se avançou em termos teóricos sobre a política pública de cultura no Brasil. Porque a concepção básica que moveu outras concepções estratégicas e estruturantes do MinC naquele período foi a exata noção de que não é o Estado que produz Cultura, mas a população em suas dinâmicas locais, regionais e nacionais. O fluir cultural vindo de quem a produz encontra no Estado um instrumento de fomento e difusão de fruição muito importante</i>

e estratégico, se o governo de plantão tiver o discernimento e o respeito político a essa concepção de cultura na política pública. Também é muito claro para mim que este período inaugurado nas gestões Lula/Gil caminhou totalmente na contramão da história brasileira de relação entre Estado/governos, política e cultura. Durante todo o período republicano e até 2003 podemos afirmar que o Estado sempre se colocou na posição de fomentador do que considerava cultura, ou melhor, do que classificava como cultura apropriada para ser financiada e estimulada pelo Estado. Por óbvio, esse direcionamento fomentou uma ideia de cultura totalmente equivocada, classista, excludente, pretensamente cosmopolita, privilegiando modos e práticas elitistas que, nos últimos decênios da chamada “Nova República”, após a democratização de 1988, restringiu-se na maior parte das vezes a ser uma promotora e fomentadora de “eventos”.

É a partir daquela concepção inédita como diretriz geral que devemos entender a questão da democratização do acesso ao livro e à leitura como “centralidade nas ações no segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas”. Profundamente libertária e democrática, a concepção de que não é o Estado que faz a Cultura, mas é o próprio povo que a constrói, determina a inexorável decisão de que cabe aos cidadãos escolher o que ele quer ou deve ler, sem ações coercitivas de qualquer natureza por parte do Estado voltadas para direcionar assuntos, autores, linhas de leitura. Busca-se então se criar as condições para que o acesso irrestrito e cada vez maior ao livro e à leitura seja o ponto central de desenvolvimento do PNLL.

A concretização deste ponto central em programas e ações implantadas naquela época, como a mudança de conceito sobre biblioteca pública, sobre mediação da leitura e sobre o valor simbólico do livro, refletidos em ações que construíram/reformaram bibliotecas de acesso público e pontos de leitura, implantaram os Agentes de Leitura, incentivaram e fomentaram centenas e centenas de festas, feiras, festivais, bienais e tantas outras iniciativas de publicização do livro e da leitura, CONVERGIRAM para a democratização do acesso.

Portanto, e enfocando apenas esse ângulo de interpretação focado no conceito geral sobre Política e Cultura empregado no período Lula/Gil/Juca, podemos afirmar que havia total consonância entre a concepção ministerial e a centralidade dos programas e ações realizadas na área do LLLB no âmbito do PNLL.

Secretário 2 (Gestão Temer)

Em geral, as políticas culturais não trazem o segmento do livro e leitura em suas transversalidades. Como a área é intersetorial, sempre sugerindo a abrangência entre cultura e educação, e o livro muitas vezes visto com um olhar pedagógico, as políticas de cultura abrangem geralmente outras áreas, como audiovisual, patrimônio imaterial, culturas populares, dança, entre outras.

Em planos de cultura, o setorial do livro e leitura costuma ser mais extensivo e construído em linhas gerais, muitas vezes a partir dos próprios conselheiros eleitos ou designados, a depender de qual setor fazem parte. A indicação é sempre que haja políticas públicas específicas para a área do livro e leitura, independente se as cidades ou estados já possuem planos de cultura com o setorial literatura ou biblioteca inserido.

Em planos municipais ou estaduais do livro e leitura, se em consonância com o PNLL, a democratização do acesso ao livro é tratada de maneira fundamental no primeiro e principal eixo do Plano.

Assim, a criação de políticas locais aprofunda o entendimento da importância do livro e leitura na vida de todos, assim como o direito ao livro demarca a dimensão de trabalharmos pela democratização do acesso.

RUBIM (2015) AFIRMA QUE AS POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS SÃO ACOMPANHADAS POR TRÊS TRADIÇÕES: O AUTORITARISMO, CARÁTER TARDIO, DESCONTINUIDADES E FRAGILIDADE INSTITUCIONAL, EM SUA PERCEPÇÃO COMO ESTA AFIRMAÇÃO SE MATERIALIZA NAS POLÍTICAS PARA LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS?

Secretário 1 (Gestão Lula)

Tenho total concordância com esta afirmação de Rubim. É uma síntese da tradição brasileira em tratar suas políticas culturais. E ela se materializa nas políticas para o LLLB de duas formas.

A primeira é o total enquadramento deste segmento na regra geral. Isto é, o setor sempre foi marcado por determinações públicas autoritárias (imposição de autores, gêneros, padrões morais, por exemplo), pelo caráter tardio de implantação dos instrumentos públicos de acesso à leitura (baixíssimos níveis de literacia, bibliotecas com caráter elitista e excludente privilegiando mais a conservação do livro que sua difusão, por exemplo), pela

descontinuidade dos muitos programas e ações iniciadas por um governo e interrompidas no próximo (impedindo a continuidade de ações que só se revelam eficazes em médio e longo prazos, necessariamente além de períodos governamentais determinados), e pela fragilidade institucional evidente (só para ficarmos no período pós-ditadura de 64, tivemos uma única lei diretamente voltada para o livro, a Lei do Livro sancionada em 2003 e somente chegamos a ter uma lei específica de Política Pública para o LLLB em julho de 2018, a Lei 13.696 que institui a PNLE. Para um país que tem mais de 500 anos de história, é vergonhosamente pouco e revela nossa fragilidade institucional e a pouca valorização do segmento na área da cultura e da política pública do país.

Mas é importante assinalar também o que considero a segunda forma de se enquadrar na conclusão de Rubim: as práticas utilizadas pelos sucessivos governos para difundir o livro e a leitura. Basta uma pesquisa sistemática para compreendermos que a chamada política pública para o LLLB no Brasil resumia-se à dois pilares: a construção de poucas e esparsas bibliotecas pelo território nacional, geralmente não afeitas a receber público ou formar leitores e a compra de livros que eram distribuídas nas bibliotecas públicas em pequena escala e em gigantesca escala nas escolas públicas de primeiro e segundo grau. Com raríssimas e louváveis exceções à períodos e governantes, esses equipamentos de excludência e a compra de livros sem qualquer preocupação séria de que deveria haver ações de mediação que os tornassem lidos pelos cidadãos, pelos estudantes, professores, etc., proliferou por dezenas e dezenas de anos no Brasil e não concorreu para o fomento e à formação de leitores com a escala necessária a uma política pública séria e consequente.

Secretário 2 (Gestão Temer)

Muitas políticas chancelam grupos de trabalho por meio de indicações feitas diretas pelo poder público, e justamente por causa das descontinuidades, não são formas indicadas de atuação na área.

As políticas públicas para o livro e leitura são, seguindo a linha do Plano Nacional do Livro e Leitura, pautadas em discussões que envolvem a sociedade civil e o poder público. Isso é fundamental, para que se trabalhe com essa política minimizando o impacto da descontinuidade.

Desde a eleição de representantes das cadeias do livro, que serão responsáveis pela construção do documento até as plenárias de escuta da população, onde são captadas e organizadas as demandas e contribuições.

O Grupo de Trabalho é uma unidade formada por membros da sociedade civil, poder executivo e legislativo, estruturado a partir de uma eleição, com o objetivo de criar um documento de maneira democrática e com participação direta da sociedade civil. Este grupo é dividido em três segmentos (cadeias) que representam o ciclo do livro, as cadeias criativa, produtiva e mediadora. Além deles, são eleitos representantes do poder público, em geral servidores das secretarias de cultura e educação e, preferencialmente, representantes do poder legislativo (assembleias legislativas ou câmaras de vereadores), para que esses entendam o processo e participem da construção desde o início. O GT atua na construção do texto do documento, realiza reuniões para discutir as temáticas da área com base em pesquisas e vivências e planeja ações e atividades (como parcerias em eventos das áreas, plenárias etc.).

O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL) JÁ CONTA COM MAIS DE DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO, QUAIS AS RAZÕES PARA OS AVANÇOS, RETROCESSOS E ESTAGNAÇÕES PERCEBIDOS DURANTE ESTE PERCURSO?

Secretário 1 (Gestão Lula)

Talvez a melhor forma de perceber os movimentos de avanço e recuo do PNLL seja compreender com profundidade o que as duas perguntas e respostas anteriores abordam.

Desde o primeiro momento em que comecei a liderar esse processo como Secretário Executivo do PNLL eu tive uma espécie de mantra, algo que entendi necessário reafirmar sempre e sabendo que estaria indo na contracorrente do que o segmento pensava para si próprio. Esse “mantra” é a afirmação clara que o PNLL e as políticas públicas de LLLB são, antes de tudo, ações POLÍTICAS, isto é, subordinadas às determinações, instabilidades, prioridades e vontades dominantes nos governos. Toda ação metodológica, técnica, voluntária, na formação de leitores e implantação de um Plano como o PNLL se subordina a essa lógica maior, que é a lógica do PODER, ou melhor, do exercício do PODER, ação que se estabelece de acordo com variáveis mutantes que implicam, antes de tudo, numa sociedade democrática, da capacidade da população lutar para conquistar e preservar direitos. Ora, o PNLL e agora a Lei da PNLE é uma reivindicação pelo DIREITO À LEITURA e

isto não tem nada a ver com outra coisa a não ser com a POLÍTICA.

Partindo deste raciocínio, nós podemos considerar que avanços e recuos das ações e programas, assim como os resultados melhores ou piores deles, derivam de acertos ou erros metodológicos, humanos ou de outra ordem conjuntural. Mas quando avaliamos os avanços e recuos do que significa uma Política Pública de LLLB, no período substanciada no PNLL, encontraremos explicações que só poderão ter alguma veracidade se analisadas pela ótica da política, implicando análises dos interesses individuais e coletivos, das disputas de poder e hegemonia no segmento cultural e educacional e, principalmente, das diretrizes emanadas dos poderes centrais da república: a presidência e o parlamento. Tudo isso somado ao pano de fundo que é o quadro político institucional no qual a sociedade está vivenciando em determinado período histórico.

É preciso analisar todos esses pontos para entendermos porque o PNLL foi criado em 2006, porque entrou em crise em 2011, porque foi recuperado parcialmente em 2013 e porque hoje está sendo totalmente rejeitado pelo governo federal de plantão.

Secretário 2 (Gestão Temer)

Principalmente a questão da descontinuidade. Ao longo de dez anos o PNLL percorreu todo o país na busca da construção democrática, o que já gera tanto tempo de elaboração, dado nosso país ter dimensão continental, além de se levar em consideração as características regionais. A partir da lei 13.696/2018, o plano terá mais dez anos para ser revisto e atualizado, conforme artigo 4º:

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.

Portanto, a partir da lei o PNLL possui um prazo de dez anos para revisão e atualização.

Assim, independente das mudanças governamentais, a lei garante um decênio inteiro para revisão e atualização do Plano Nacional.

DIANTE DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO, QUAL A PROSPECÇÃO QUE PODE SER FEITA PARA AS POLÍTICAS PARA O LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS E PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO LIVRO E LEITURA?

Secretário 1 (Gestão Lula)

Tenho uma única análise a respeito desta pergunta: ou a sociedade civil organizada em torno do livro e da leitura assume seu papel reivindicatório e realizador de ações diretas em defesa do que se avançou no segmento do LLLB (legislação, metodologias, conceitos, programas, ações, etc.) OU a política pública será arrasadora, isto é, dizimadora dessas conquistas e avanços, como convém a um governo profascista. É preciso deixar claro que o atual governo não quer outra coisa a não ser ir contra todas as diretrizes do PNLL e da PNLE. Não há como tergiversar com essa realidade marcada por governantes que pregam e praticam a exclusão, a cessação de direitos humanos, o rebaixamento educacional da população, a instrumentalização da formação da mão de obra voltada apenas para serviços de baixa remuneração e qualidade, etc., etc., etc.

Do meu ponto de vista, o governo federal atual fará o que puder para reverter tudo que o PNLL junto com a sociedade civil organizada em torno do LLLB construiu nos últimos 15 anos. Nada, portanto, se pode esperar do poder central da república para fazer prosseguir o circuito virtuoso de política pública iniciada em 2006.

Por outro lado, tudo se pode esperar da sociedade civil e dos milhares de programas, ações, movimentos pela formação de leitores que se espalham por todo o país e que ganhou enorme impulso e efetividade nos anos de implantação do PNLL. Todos os indicativos que temos, desde o crescimento dos índices de leitura até a proliferação de atividades pró leitura em todo o território nacional, somados à continuidade da implantação de PELL e PMLL, demonstram que há milhares de militantes que seguem formando leitores em todos os cantos do país, nas escolas, nas bibliotecas de acesso público, nas comunidades, nos centros culturais, no trabalho e em lugares não convencionais. Enquanto o atual governo atua para fazer terra arrasada do direito à leitura, milhares seguem formando leitores. É um movimento inexorável, permanente e que existia antes mesmo do PNLL ou de qualquer outro período de maior oxigenação democrática que já tivemos. A diferença hoje é que esse movimento que se apresentava disperso, tímido, quase individual até o surgimento do PNLL em 2006, hoje está unificado informalmente pelos eixos do Plano, pelos conceitos básicos do Plano, pela unidade na convicção de que é preciso formar leitores para formar cidadãos conscientes de seus direitos. É um movimento quase sempre silencioso, que se denuncia quando acontece um seminário, um sarau, uma roda de leitura e conversa, uma troca de impressões entre o

bibliotecário consciente e o leitor que o procura na biblioteca, uma leitura literária na sala de aula que desperta alguns sorrisos e tristezas, um mediador que lê um livro para o outro e se alimenta daquele momento. É só ter olhos para ver e ter disposição para andar nos bailes da vida que constataremos essa sementeira e os semeadores.

Secretário 2 (Gestão Temer)

Hoje, com uma lei que chancela políticas locais, é essencial a criação de planos municipais de livro e leitura, para fortalecer a rede das cadeias da área e com o entendimento que nosso país, com dimensões continentais, possui ampla diversidade de realidades e culturas e as políticas municipais, em especial, podem se alinhar a um plano nacional, porém trazendo para o documento-base a realidade local.

O PNLL, em parceria com a ONG Recode, está percorrendo o país, em todas as regiões, com oficinas práticas para gestores públicos de bibliotecas, com um passo a passo para a construção de Planos Municipais e Estaduais de Livro e Leitura.

Realizamos um grande simulado, desde a eleição de um grupo de trabalho constituído pela sociedade civil, passando pelas plenárias de escuta da população, o fórum final de validação do documento, até a entrega na Câmara de Vereadores / Assembleia Legislativa.

Acreditamos que ao final desta caminhada teremos um aumento significativo de políticas municipais e estaduais da área encaminhadas.

O Plano Nacional do Livro e Leitura somente ganhará ressonância e efetividade se estados e municípios abraçarem as mesmas preocupações, criando as condições para que a política do livro e leitura se implemente efetivamente em âmbito nacional, formando assim uma grande rede.

Nas seções seguintes será dada ênfase na análise dos eixos de ação previstos no plano correlacionando com a fala do/as entrevistado/as.

4.1 Democratização do acesso

A democratização do livro e leitura no país é o eixo que está diretamente ligado ao objetivo central do PNLL. Seu foco de ação teve o cerne das atividades, principalmente na implantação, reforma e aparelhamento de bibliotecas.

Suas linhas de ação são:

- a) Implantação de novas bibliotecas;
- b) Fortalecimento da rede atual de bibliotecas;
- c) Conquistas de novos espaços de leitura;
- d) Distribuição de livros gratuitos;
- e) Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura;
- f) Incorporação e uso das tecnologias de informação e comunicação.

Com relação às bibliotecas públicas, por serem instituições culturais que historicamente contribuem para o acesso ao livro e formação de leitores, sendo espaços abertos para que os sujeitos apropriem-se de informações e tornem-se sujeitos críticos e livres, também são instituições que o Estado deve garantir sua

existência, haja vista seus objetivos e princípios, entre os quais se destacam de garantir o direito e acesso ao livro e a leitura.

Enfim, uma [...] ambição para as bibliotecas do futuro poderia ser reconstituir ao redor do livro as sociabilidades que perdemos. A longa história da leitura ensina que ela se tornou, no decorrer dos séculos, uma prática silenciosa e solitária, destruindo cada vez mais as participações ao redor do escrito que cimentaram de modo permanente as existências familiares, as sociabilidades amigáveis, as assembléias eruditas ou os engajamentos militantes. Em um mundo em que a leitura se identificou com uma relação pessoal, íntima, privada com o livro, as bibliotecas (paradoxalmente talvez, já que foram elas as primeiras, na época medieval, a exigir o silêncio dos leitores...) devem multiplicar as ocasiões e as formas de tomar a palavra ao redor do patrimônio escrito e da criação intelectual e estética. Nesse ponto, elas podem contribuir para a construção de um espaço público extenso, na escala da humanidade (CHARTIER, 2000, p.121).

O acesso ao livro e a leitura e sua democratização no Brasil teve como característica principal a detenção do conhecimento pelas classes mais abastadas, definida pelo poder aquisitivo, concentrando-se na burguesia e no clero. A característica vigente era do conhecimento como distinção entre as classes e os grandes acervos tinha como foco a guarda, não o acesso. Mesmo a suposta formação e acesso ao conhecimento que era efetivado através da catequese tinha um objetivo específico: a manutenção ideológica dos dogmas da religião e perpetuação dos interesses das classes dominantes.

O fato é que tanto a educação quanto a cultura não eram prioridades do Estado. A democratização do acesso ao livro e a leitura também não teve, por parte da chegada da Biblioteca e da Imprensa Real, um grande impulso para que a informação chegasse às classes menos favorecidas.

As atribuições de uma biblioteca pública vão para além do espaço físico em que exerce gestão da informação e dos seus serviços e produtos, mas inclui também o envolvimento na elaboração e implementação de políticas públicas do livro e leitura, que poderá vir a assegurar condições de oferta de produtos e serviços de qualidade e de exercer um papel político na formação e desenvolvimento da cidadania.

A Biblioteca Pública, tem por definição e caracterização de ter seus serviços e acervo disponibilizado para a comunidade em geral sem restrições alguma, o que a diferencia dos outros tipos de bibliotecas como as especializadas, universitárias, infantis, etc, portanto seu acervo deve incluir dias de interesse geral, incluindo além de textos de literatura, legislação, saúde pública, administração, etc, as Bibliotecas Públicas podem ser,

segundo o âmbito de coletividade em que estão implantadas, federais, estaduais e municipais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p.16).

Coadunando com este pensamento Chauí (1989) compreende as bibliotecas públicas como espaços para a socialização do conhecimento e também para a convivência entre os leitores cidadãos. Com esse entendimento as bibliotecas públicas não podem permanecer isoladas, devendo ser gestadas com o intuito de atender as necessidades informacionais e de letramento de sua comunidade, sendo de vital importância a participação da sociedade civil indicando sua demanda nas atividades, planejamento e desenvolvimento de ações no que se entende como sendo gestão compartilhada (SEPÚLVEDA, 1997).

Cada biblioteca possui características que a tornam única, sejam pelas particularidades de gestão, ou pela própria cultura organizacional que vai sendo desenvolvida na unidade de informação, além de ser espaço para garantir questões como pertencimento e identidade. A biblioteca pública se configura como um centro local de leitura disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento, “[...] os serviços fornecidos por ela baseiam-se na igualdade de acesso a todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p.21).

Apesar de ser de vital importância no apoio à educação e cultura permanente da comunidade, adjacências e outras localidades, a inexistência (ou ineficácia) de políticas públicas para a área de cultura nos estados e municípios resulta em ausência de destinação de recursos orçamentários para manutenção e ampliação dos serviços das bibliotecas, quadro de recursos humanos insuficiente e falta de efetiva interação com a comunidade para prestar um serviço de maior relevância. A ausência dos principais sujeitos envolvidos diretamente nas discussões também esvazia o debate além de enfraquecer a centralidade da pauta nas discussões governamentais nas mais diversas esferas. Inclusão social, dessa forma, pressupõe uma série de medidas que minimizem as desigualdades sociais (SANTOS, 2007).

Machado (2010) evidencia que grande parte da sociedade relaciona as bibliotecas públicas com a área de educação, mas institucionalmente elas inserem-se na área de cultura integrando ações efetivadas por uma política cultural. Obviamente que o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas possuem ações

interministeriais com predominância de ações pelo Minc e pelo MEC como também parcerias com outros ministérios.

As bibliotecas públicas brasileiras estão integradas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), sistema sob a gestão da Biblioteca Nacional (BN) que possui um órgão coordenador em cada estado que apóia os municípios na implantação de bibliotecas públicas (um dos sub-eixos apontados por este eixo de ação) e tem o objetivo de fortalecer as bibliotecas públicas por meio de ações específicas como a criação em cada estado de um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). O SNBP tem entre suas atribuições o acompanhamento do Programa Livro Aberto, cadastro de bibliotecas públicas, capacitação de pessoal de bibliotecas e assessoria técnica para as unidades que compõem o sistema (MACHADO, 2008; 2010).

Modelos de administração de bibliotecas, como o da UNESCO, acabam por parecer fazer parte de um contexto não condizente com os das bibliotecas públicas brasileiras com sua infraestrutura deficiente.

A UNESCO enfatiza como atribuições da biblioteca pública:

- a) a promoção do idioma nacional;
- b) fornecer publicações oficiais, livros e outros materiais para o estudante e neoalfabetizados;
- c) apoiar campanhas de alfabetização;
- d) ser depositária do acervo da inteligência e da história local, principalmente as que representam a cultura e a história da comunidade, funcionando como depósito legal e receptáculo da memória de uma comunidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000).

A literatura referente aos serviços e a filosofia das bibliotecas públicas revelam-na como uma instituição primordial no apoio ao desenvolvimento científico, ao exercício da cidadania e cultura de modo geral, revelando dessa forma o papel social das bibliotecas “[...] a literatura informa que numa época recente, a partir da era industrial, a política e a economia, atribuíram missões para a biblioteca pública e essas missões levaram a constituição de seu público” (SOUZA, 2005).

A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e das idéias do homem e às expressões de sua imaginação criadora. É ela que oferece a oportunidade da democratização da vida cultural, seja através do acesso da população aos bens culturais, seja através da formação indispensável dos

conhecimentos, instrumentos e meios postos, em uso pela prática cultural, seja pela participação ativa de cada um, na medida de suas possibilidades no desenvolvimento cultural (SPONHOLZ, 1984, p.4).

A palavra “pública” deriva seu significado essencial da base latina, *publicus*, que significa do povo e, em seus sentidos correlatos: geral, comum ou universal. Assim, cultura incluiria crenças, habilidades, artes, moral e costumes e qualquer aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade. A respeito de cultura, Flusser (1983) diz haver dois entendimentos, podendo consistir em coisas feitas pelo homem, ou na própria visão do mundo feita através das práticas sociais individuais.

Dentre as funções da Biblioteca Pública destaca-se a cultural tendo na biblioteca um “espaço destinado à produção intelectual representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, silenciar ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir ou transformar [...] as inter-relações sociais” (VERRI, 1996, p.12).

Uma biblioteca democrática teria que ter como característica a sintonia com as necessidades e interesses de seus usuários com o intuito de proporcionar todo tipo de informação nos níveis de sua utilidade efetiva, lançando mão de todos os recursos disseminadores de informação, utilizando de serviços cooperativos (FEITOSA, 1998).

Quadro 6 - Funções da Biblioteca Pública

Funções da Biblioteca Pública	Atividades culturais
Promoção de leitura	Concursos de leitura de conto e histórias, críticas de livros, clube de leitura, curso de criatividade literária, dramatização de leitura (teatro), feira de livros, hora do conto, jogos literários, gincanas, lançamentos de livros, mural de poesias, visita de escritores
Centro de Aprendizado	Cursos de curta duração (literatura, artesanato), teleaulas de alfabetização de adultos, palestras e discussões.
Centro de Informação	Painel com informações sobre as atividades das associações e organizações da comunidade e outras atividades culturais.

Centro Cultural	Conferências, debates, exposições (locais, itinerantes de outras entidades retratando a herança cultural da comunidade), feiras culturais, mesas redondas, varal cultural.
Centro de Lazer	Apresentações musicais, clube do idoso, exibição de filmes audiovisuais ou multimídia, teatro, teatro de fantoche e de sombras.

Fonte: Adaptado de Biblioteca Pública: princípios e diretrizes (2000)

Para estimular o processo citado, faz-se necessário espaço nas discussões e agenda governamental para discutir e criar estratégias de acesso e incentivo à leitura através da criação e otimização de redes de bibliotecas. Abreu (2003) aconselha um acervo que atenda as necessidades e respeite a diversidade cultural existente no país. Essa postura pode ser fator decisivo na democratização do acesso à leitura e à informação.

Reivindicar a leitura e a escrita fluentes, no seu sentido radical, é anseio popular dos dias atuais, resultado do aumento do nível de escolaridade da população. A preocupação em rever o conceito de alfabetização, considerado fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, é bem recente. E isso representa uma importante conquista para o país, uma vez que possibilitará uma sociedade mais participativa, na qual os indivíduos terão condições, como leitores, de conhecer a história da humanidade, do seu povo e de si próprios, podendo se tornar agentes de transformação da realidade. Essa conquista poderá superar o quadro atual, em que a maioria está excluída não só dos bens materiais como também dos culturais (SERRA, 2003).

O surgimento de novos espaços para a leitura em países com tantas desigualdades sociais devem atuar como ambientes, onde a sociedade civil se organize, demonstrando, dessa forma, que a leitura não é um simples adorno nem um capricho, mas sim que a leitura é um instrumento que favorece a transformação e capacidade de uma consciência crítica (CASTRILLON, 2011).

Embora seja certo afirmar que o indivíduo precisa de informação pontual para satisfazer necessidades particulares, também é certo que o serviço que a biblioteca pública presta à sociedade civil organizada poderia ter maior repercussão quanto a busca de soluções democráticas amplas, das quais poderia também se beneficiar a maior parte da comunidade. As diferentes redes de cidadãos precisam e devem contar com a biblioteca como uma instituição auxiliar de seu trabalho (CASTRILLON, 2011, p. 83).

Patte (2012) entende que a biblioteca precisa encontrar o seu lugar e respeitar novas realidades e contextos, adaptando-se a novos usos e novas práticas. Considerando-a um lugar de encontros deve-se abrir as diferentes

gerações e aos diferentes modos de recepção de informação. Para que alcance aqueles que se encontram a margem da sociedade, a biblioteca deve ser inventiva, reservando um espaço central para a mediação. Num mundo com características cada vez mais tecnológicas a biblioteca acentua a comunicação humana e as relações interpessoais.

O desenvolvimento de bibliotecas [...] permite tornar o livro mais acessível às camadas sociais que tem pouca familiaridade com ele. No entanto a proximidade espacial não suprime a distância social e simbólica da leitura, pois esta põe em jogo aptidões e atitudes culturais ligadas Às representações simbólicas do livro e da leitura (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.133).

Alguns pesquisadores, entre eles Petit (2008, 2009), apontam a leitura como um fator imprescindível para a formação de uma consciência crítica e reflexiva. Em seus estudos com jovens franceses residentes em áreas de fragilidade social, a referida autora realiza uma análise orgânica da relação entre a leitura e a formação de uma juventude crítica com capacidade de análise de sua situação e com aportes para contribuir na mudança de cenários, enfatizando o poder existente nas práticas leitoras e na necessidade da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade da leitura.

Segundo Machado (2008) as bibliotecas enfrentam uma situação adversa, pois podem atuar como espaço estratégico para implantação de políticas públicas informacionais que possibilitem inclusão/interação social e cultural, além de implementar o uso de tecnologias que poderiam viabilizar o uso do espaço em um ambiente público, colaborativo e de transformação social.

A autora, em pesquisa em conjunto com Prado (2008), traz ainda o conceito de território de memória para as bibliotecas atuando em conjunto com as comunidades no que tange a questões sociais e culturais. Para que a biblioteca atue como território de memória se faz necessário que preencha alguns requisitos elencados pelos autores:

- Considerar a biblioteca comunitária como território de memória (ou de cidadania) o espaço material dinâmico que se transforma mediante as ações sociais, culturais, religiosas, econômicas e tecnológicas concretas de quem dela participa;
- Ter um passado histórico de atuação que revele características socioculturais e políticas que transcendam ao seu acervo existente;
- Estar localizada em regiões periféricas seja na zona urbana ou na zona rural;

- Ter sido criada horizontalmente, pela e não apenas por uma pessoa física ou jurídica da comunidade. Em outras palavras, pela vontade e iniciativa própria da comunidade;
- Se apresentar como um espaço público, aberto à participação ampla e democrática da comunidade e ao acesso à informação, à leitura, ao livro e a quaisquer outros instrumentos informacionais nela existentes;
- Atuar como um centro cultural local com evidente valorização da ação cultural;
- Não ser uma instituição governamental e nem ter subordinação direta com a esfera pública tanto municipal, quanto estadual ou federal, a não ser de parcerias formais;
- Não deve ter vínculo, nem tampouco restrição a qualquer tendência política, ideologia e/ou religiosa, e sobretudo não ser utilizada exclusivamente para benefício próprio de um indivíduo ou do grupo que a dirige;
- Deve seguir os princípios da gestão participativa, estabelecendo articulações locais no sentido de fortalecer sistematicamente os vínculos com a comunidade.

As práticas de leitura, segundo Machado (2010), não acontecem somente com a presença física de uma biblioteca, mas da construção do universo social leitor decorrente de práticas leitoras oportunizadas pela biblioteca. Miranda (1978) apresenta um cenário mais pessimista sobre a forma como as bibliotecas são vistas na contemporaneidade.

A ideologia que motiva as nossas bibliotecas é tipicamente de classe média [...] e a cultura que elas pretendem divulgar está mais para os valores universais e perenes do que para o reconhecimento de nossa própria cultura emergente do nosso folclore e artes populares. A biblioteca parece querer, muitas vezes, impor um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto alunadamente) em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade. Talvez por esta razão a biblioteca ainda tem pouco peso e importância na vida cultural de nossos municípios (MIRANDA, 1978)

A democratização do livro e leitura encontra um forte aliado nas políticas informacionais com ênfase nas bibliotecas, vista aqui não sob o enfoque da coleção, mas sim como um espaço de socialização e de oportunizar o acesso à informação ao conhecimento.

Esses lugares, quando materializados sob a forma de bibliotecas, devem atuar como territórios de memória, como mencionado anteriormente, para poder desempenhar um papel fundamental como espaço de organização social, leitura, educação, desenvolvimento sustentável, cidadania e transferência de informação. Tornam-se, dessa forma, espaços abertos à participação democrática e os livros e literatura utilizados como suportes informacionais voltados à libertação da mente e emancipação social (PRADO, 2010).

Os programas que tiveram seu foco intensificado na perspectiva apontada pelo eixo e em seus respectivos sub-eixos foram o Livro Aberto, Pontos de Leitura e Arca das Letras, todos caracterizados pela distribuição de livros, formação de mediadores e os dois últimos sob a orientação de uma gestão compartilhada.

Com o objetivo de zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas, o Programa Livro Aberto tinha o objetivo de implantar bibliotecas nas cidades que não contavam com este bem cultural e revitalizar estes espaços nos municípios que possuíam bibliotecas, mas em situações precárias. O programa entregava um *kit* formado por um acervo, mobiliário e software de gerenciamento de coleções, em contrapartida o município disponibilizava um espaço físico (que não poderia ser alugado) e recursos humanos. A capacitação era de responsabilidade das secretarias estaduais de cultura (SILVA, 2009).

Tanto os Pontos de Leitura quanto o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras são orientados por uma ação que privilegie a gestão compartilhada com viés comunitário, também distribui livros e mobiliário e recebe capacitação para os mediadores.

O Ponto de Leitura fazia parte do Programa Mais Cultura que foi lançado no ano de 2007 com previsão de investimentos de R\$ 4,7 bilhões até 2010 (MACHADO, 2010). Atuava sob as dimensões: *cultura e cidades*, voltadas para a criação de infraestrutura nos diversos territórios; *cultura e economia*, como foco no emprego, renda e financiamento; e *cultura e cidadania*, contemplando a identidade, diversidade e protagonismo culturais. Visava à criação de espaços, medidas e iniciativas que propiciem o acesso e a interação livre dos cidadãos à diversidade cultural, onde produtores culturais conseguem por meio de edital serem contemplados para que seu espaço de fruição cultural contasse com um ponto de leitura (livros, estantes e cadeiras) sendo a responsabilidade pelo gerenciamento a cargo do proponente contemplado pelo edital.

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” iniciou suas atividades em 2003, antes mesmo da formulação do PNLL, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sendo, posteriormente, incorporado as ações do plano pela natureza do programa. O objetivo principal do Arca das Letras era disponibilizar um acervo para as comunidades rurais, distante dos grandes centros urbanos e que se transformasse em um espaço de socialização das localidades. A orientação do programa era que a arca com os livros ficasse na residência de um

morador da comunidade, onde o mesmo também recebia formação como mediador de leitura (MARTINS, 2015).

Na área da educação foram enfatizadas ações de distribuição de livros como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM), o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) do Ministério da Educação que, desde 1997, distribuía acervos de literatura para escolas públicas em todo o país. Esse programa movimentava recursos vultosos e atendia a mais de 400 mil escolas em todo o Brasil (PAIVA; BERENBLUM, 2009). Todos estes programas eram intensificados pela distribuição de acervos, porém Paiva e Berenblum (2009, p. 184). chamam atenção para a necessidade da distribuição de livros serem acompanhada com a formação dos professores, pois estes são “[...] os principais atores no incentivo e na dinamização da leitura de crianças e de jovens no espaço escolar”.

Percebe-se que as ações governamentais que têm no segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas o eixo de suas intervenções, ainda trabalham no sentido de distribuição em detrimento de uma política que leve em consideração a diversidade cultural existente no país, haja vista que números são inexpressivos para a obtenção de resultados positivos na questão da democratização do livro e da leitura caso essas ações não estiverem alicerçadas sobre uma sólida política cultural.

4.2 Fomento à leitura e a formação de mediadores

Chartier (1988) compreende a prática da leitura sob o viés de três segmentos principais: representação, prática e apropriação entendendo que exista uma interdependência na relação entre criação e consumo e entre produção e recepção. A leitura, em sua concepção, envolve gestos, espaços e hábitos.

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 1988, p.26).

A leitura, na forma como foi pensada e trabalhada no plano, deu-se sob uma perspectiva social e cultural, onde os espaços de leitura atuariam como lócus

de ação cultural conectados a uma idéia de transformação e de emancipação dos sujeitos envolvidos no processo.

Coaduna-se, nessa análise, com a percepção de Marx (2010) acerca da diferenciação entre emancipação política para emancipação humana, apenas o acesso a direitos culturais, e, por conseguinte do direito à leitura, ensejados numa relação entre sociedade e Estado Burguês garante a emancipação política, todavia entende-se esta etapa como um grande passo para uma futura emancipação humana. Segundo o pensamento do filósofo para que haja essa emancipação coletiva faz-se necessário o rompimento com os limites e contradições desta sociedade capitalista, lutando pela liberdade humana:

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "*forces propres*" [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (MARX, 2010, p. 54).

Nesse entendimento, a liberdade proporcionada pela emancipação humana ultrapassa os limites postos pelo capital rumo à construção de outra sociedade.

O mediador de leitura, nessa tentativa de garantir a emancipação política, atua como um agente cultural cuja principal missão:

[...] consiste em movimentar relações sociais através de instrumentos e linguagens artísticas e culturais [...] é aquele que estabelece pontes de comunicação entre os universos que percorre, enfocando esses atores sociais como sujeitos que transitam entre múltiplos pólos, mobilizando idéias, estilos de vidas, práticas sociais, modos de percepção, objetos, linguagens e universos culturais. Dessa forma [...] os agentes de leitura – não apenas dão movimento a esse trânsito como desempenham o papel de fazer interagir diferentes mundos e experiências por meio da literatura numa interface com outras linguagens artísticas e suportes de leituras (SANTOS, 2009, p. 39).

Este sub-eixo tem o foco de sua atenção na formação de mediadores, no entanto, o plano em si não apresenta uma definição clara do que seria um mediador de leitura, porém, a percepção de seu significado fica implícita nos objetivos estabelecidos e nos próprios eixos de ação:

- a) Formação de mediadores de leitura;
- b) Projetos sociais de leitura;
- c) Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;

- d) Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial;
- e) Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

Diante disso, percebe-se, atualmente, uma forte corrente que defende a mediação da leitura não apenas pelo acesso como única etapa da apreensão de práticas leitoras, mas a ênfase é dada ao uso social e cultural da apropriação da leitura e de seus significados. Para Marques Neto (2009) uma política de incentivo a leitura com foco na mediação deve levar em consideração os seguintes tópicos:

- a) Formar mediadores de leitura é prioridade;
- b) Há locais e instituições fundamentais para atuação de mediadores, mas eles devem estar em todos os lugares;
- c) Não é vergonha ou subordinação intelectual repetir práticas simples e óbvias;
- d) Em qualquer programa de formação de mediadores é importante dedicar a maior parte do tempo à leitura;
- e) Os programas de formação de mediadores do sistema público devem ser integrado às iniciativas do terceiro setor e do setor privado;
- f) Os programas de formação de mediadores de leitura são para todos.

Como outra estratégia de política voltada à leitura, encontra-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi instituído em 13 de maio de 1992, sob o Decreto Presidencial nº 519 e está vinculado a Fundação Biblioteca Nacional (RODRIGUES, 2008) criado com o intuito de incentivar a leitura numa perspectiva social e política. No estado do Maranhão foi criado o PROLER Regional em 1997 e tem algumas ações desenvolvidas, entre elas: Caixa Estante, Livro na Praça, Projeto Ciranda de Arte, Quinzena do Livro e Carro Biblioteca.

O PROLER foi instituído com o compromisso de promover ações de valorização social da leitura. Esse propósito envolve políticas de difusão de livros e bens de leitura destinada a torná-los disponíveis ao maior número possível de pessoas, mas exige, principalmente, a constituição de uma política voltada à formação de leitores e de agentes de leitura” (PROLER, 2009, p. 11).

Seus principais objetivos são: promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania; promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura; articular ações de incentivo à Leitura entre diversos setores da sociedade; viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita; e incrementar o Centro de Referência sobre leitura (PROLER, 2009).

Constituem linhas de ação do programa:

- a) implantação de bibliotecas públicas;
- b) fortalecimento da rede atual de bibliotecas públicas;
- c) conquista de novos espaços para leitura;
- d) distribuição de livros gratuitos;
- e) projetos de estímulo à leitura;
- f) capacitação para leitura;
- g) apoio à pesquisa científica;
- h) prêmios de reconhecimento às melhores práticas; ações de apoio ao setor privado, dentre outras (LIMA, 2011).

O funcionamento do PROLER se dá por meio da formação voluntária de Comitês que representam instituições de um ou mais municípios. Os Comitês são representados principalmente por Prefeituras e Universidades, mas também por instituições culturais e organizações não governamentais, formando uma rede nacional de cooperação. É essa rede que dá materialidade às ações do programa (PROLER, 2009).

Após a formação de um Comitê, a localidade passou a ter assessoria técnica da coordenação nacional do PROLER para a formação de recursos humanos na área da leitura e para a implantação de projetos. A cada ano, são realizados ao menos um encontro regional e um encontro nacional com representantes de todos os Comitês para troca de experiências.

A estratégia de ação do PROLER dá-se através de oficinas, cursos, seminários, mas apesar de sua atuação completar dez anos, ainda não possui um método de mensuração e avaliação que permita uma rediscussão de seu eixo de ação para que possibilite delimitação de estratégias mais contundentes para mudança no panorama leitor nacional, visto que sua metodologia ainda é muito

restritiva, não alcançando a todos e todas, e com um caráter muito sazonal em suas atividades o que acaba por fragilizar suas ações (RODRIGUES, 2008).

Na contramão da volatilidade de ações em bibliotecas gestadas pelo poder público estão às bibliotecas comunitárias. Vale ressaltar que o plano também visa potencializar ações que não necessariamente sejam de responsabilidade do governo, como as da iniciativa privada, ONGs ou ações da sociedade civil organizada. Grande parte dos bens culturais nas cidades localiza-se em seus centros dificultando o acesso as classes menos assistidas economicamente, originando um grande gargalo ao acesso a cultura, muitos esforços das próprias comunidades tem surgido para sanar essa lacuna. As bibliotecas comunitárias têm, em sua origem, o esforço empreendido por grupos sociais norteados por uma ideologia em comum, como é o caso das organizações voltadas para o Terceiro Setor, grupos religiosos, associação de moradores e outras formas de agrupamentos sociais.

Segundo Machado (2009, p.91) as bibliotecas comunitárias podem ser concebidas como um:

Projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como entidade autônoma, sem vínculos diretos com instituições governamentais, articuladas com as instituições públicas e privadas locais, liderada por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, a leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social.

O grupo de maior expressividade em âmbito nacional é a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) com atuação em todo o território nacional, tendo na gestão compartilhada incidência política e enraizamento comunitário como princípios de organização e atuação, onde tem trabalhado fortemente a mediação de leitura no país, inclusive gerando indicadores que atestam sua atuação em todo o território nacional como é o caso da pesquisa intitulada: “Bibliotecas Comunitárias no Brasil: Impacto na formação de leitores” o levantamento teve como amostra 143 bibliotecas, sendo que 92 dessas são integrantes da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC, 2018).

A pesquisa, que teve como intuito identificar, compreender e dar visibilidade ao papel que essas bibliotecas cumprem nos processos de formação de leitores mostrou que 86,7% dessas bibliotecas estão localizadas em zonas periféricas de áreas urbanas em regiões de elevados índices de pobreza, violência e

exclusão de serviços públicos; 12,6 % delas estão em zonas rurais e apenas; 7% em área ribeirinha; 66,5% das bibliotecas foram criadas por coletivos, grupos de pessoas do território e movimentos sociais.

Em relação aos profissionais que atuam nas bibliotecas comunitárias, a pesquisa apontou que os mesmos cumprem diferentes funções, entre elas: gestores, bibliotecários, facilitadores e mediadores de leitura. Além disso, é alto o índice de escolarização dos mediadores: mais de 90,2% têm ensino médio, ensino superior completo e pós-graduação. A prática da leitura compartilhada faz parte da identidade da maioria das bibliotecas pesquisadas. Os mediadores de leitura fazem a ponte entre os livros e os leitores sendo o alto índice de escolarização entre eles: mais de 90,2% têm ensino médio até a pós-graduação.

Antes da concepção e posterior implementação do PNLL, desde a década de 90, foram desenvolvidos projetos, programas e ações que não integravam uma grande política que atuaria como balizadora para a construção de uma sociedade leitora. Eram, de certa forma, ações isoladas e pontuais sob coordenação de ministérios específicos, sem que houvesse uma integralidade nas ações. Outros programas foram efetivados tendo o foco os elementos do segundo eixo de ação proposto pelo PNLL, como, por exemplo, o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor no âmbito do PRÓLEITURA (no ano de 1992) sob a coordenação do MEC (PERES, 2009) e o Programa Fome de Leitura pelo MinC.

Sob a responsabilidade do Ministério da Cultura, por meio da Fundação Biblioteca Nacional, o Programa Fome de Leitura também tinha o objetivo, assim como posteriormente o Livro Aberto tentaria, de zerar o número de cidades brasileiras sem bibliotecas, mas ao contrário do Livro Aberto que também atuava com mobiliário e software de gerenciamento de acervo e a garantia de contrapartida de local próprio e recursos humanos, o Programa Fome de Livro tinha seu foco no acervo. Foi desmobilizado em 2006 com o MinC focando no Livro Aberto.

Em 2007, por meio da Campanha Fome de Leitura todo cidadão brasileiro poderia contribuir com a melhoria dos acervos literários das escolas públicas e incentivar a leitura de crianças, adolescentes e a comunidade escolar. A execução do projeto fazia parte de acordo assinado entre o Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal (CEF) que criou a Campanha Fome de Leitura. A Caixa ficava com a responsabilidade em custear as campanhas de doação de livros, abrirem suas agências e postos em todo o país para receber as obras, entregá-las nas

escolas públicas e informar ao MEC os resultados das campanhas. Ao MEC coube escolher as escolas públicas urbanas e rurais que receberiam os livros e enviar a listagem à CEF. Além de literatura, a população pôde doar livros técnicos com o objetivo de ampliar e enriquecer os acervos das escolas.

Muitas ações visam promover o incentivo a leitura e a democratização do livro e leitura no formato de premiações como é o caso do Vivaleitura e o Prêmio Jabuti. O Vivaleitura foi lançado em 2006, o programa não tem sido expresso em legislação, mas em programa governamental. Tem nome fantasia alusivo ao Ano ibero-americano da leitura celebrado em 2005 por países da região. Trata-se de uma mobilização iniciada em 2005, capitaneada pelo MEC e MinC com vistas à formação de um país cada vez mais leitor. O Programa convoca governantes, professores, escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, Organizações não Governamentais (ONG's), meios de comunicação, empresas privadas e todos aqueles envolvidos com a causa da leitura para incorporarem o movimento nacional em prol dessa prática (LIMA, 2011).

O Prêmio Jabuti é a mais prestigiada premiação que contempla praticamente todos os setores do livro e leitura (cadeias criativa, produtiva e de mediação) completando 60 anos de atividade no ano de 2018. No regimento interno criado em 1959 constavam apenas sete categorias: Literatura, Capa, Ilustração, Editor do Ano, Gráfico do Ano, Livreiro do Ano e Personalidade Literária.

Em época mais recente, começaram a ser contempladas todas as esferas envolvidas na criação e produção de um livro, passando pela adaptação, ilustração, capa, projeto gráfico e tradução, além das categorias tradicionais como Romance, Contos e Crônicas, Poesia, Reportagem, Biografia e Livro Infantil.

Em 2015, o prêmio inovou com a inclusão da categoria Infantil Digital que abrangeu conteúdos para o público infantil combinados a elementos multimídia interativos. Nesse mesmo ano foi criado o projeto “Jabuti entre Autores e Leitores” com o objetivo de promover encontros com os ganhadores do prêmio de edições anteriores em bibliotecas, livrarias, universidades e eventos literários nacionais. No ano de 2018 passou a premiar iniciativas e projetos de incentivo a leitura por meio da categoria Formação de Novos Leitores, para reconhecer iniciativas de estímulo à leitura.

4.3 Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico

A leitura não é um objetivo em si mesmo. Ela é um instrumento que pode auxiliar o sujeito social em suas questões. É um meio e como tal só poderá atingir seu potencial transformador de estruturas (mentais e sociais) mediante processos de reapropriação ou de agregação de valor.

A socialização da informação tem por base a construção de um contexto comunicativo no qual estão presentes de forma ativa e igualitária, tanto nos produtores como nos usuários da informação. Assim a relação entre informação e cidadania não é algo gerado a partir do simples acesso/uso de informação. Tal relação exige reflexão e análise crítica por parte do usuário da informação (ARAÚJO, 1999).

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. (CHARTIER 1999, p.77)

A necessidade de se recordar, de possuir algo que legitime ou advogue por uma determinada causa ou mesmo represente determinados valores, podem ser compreendidos como fatores que confirmem a necessidade de se ter registros que venham a confirmar fatos que outrora ocorreram e residiam apenas na memória social de uma determinada população, originando dessa forma a necessidade da escrita, transformando a palavra humana em registro.

Para descrever uma cultura é necessário compreender a totalidade das relações que nela se encontram entrelaçadas, o conjunto de práticas que nela se exprimem, as representações do mundo, do social ou do sagrado (CHARTIER, 2003, p.18).

Trabalhar com o escrito está entrelaçado com o pensar a sociedade com um questionamento da divisão entre o erudito e o popular. Chartier propõe que se repense como acontece a partilha de uma cultura em determinada sociedade, uma opção seria considerar o dominante e dominado em uma intensa situação de continuidade e a partir desse ponto, refletir os caminhos que tornam o escrito

presente nas classes populares, as opções de leitura e a maneira como se constata o controle sobre os impressos.

Essa particularidade da escrita exige formas cada vez mais complexas de registro, todas com finalidade da leitura. No entanto a leitura sempre foi diferente da escrita. A escrita privilegia o som no sentido em que a palavra falada transforma-se em sinais cuja representação e entendimento são determinados por regras previamente estabelecidas. A leitura prioriza o significado, em que a aptidão para ler não tem uma obrigatoriedade com a habilidade de escrever, ou como pensa Freire (1994, p.20) “[...] a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

Partindo dessas premissas que o eixo que trata da valorização da leitura e comunicação tem suas ações norteadas. Este eixo sofreu mudança em sua redação no ano de 2010 durante o processo de avaliação pelo qual o plano estava sendo submetido, passou de “valorização da leitura e comunicação” para “valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico” como forma de que os mecanismos legais, normativos tivessem influencia na formação da agenda governamental para que a questão da democratização do livro e da leitura entrasse de forma central na pauta das discussões entre os ministérios, e por tabela, influenciasse as esferas de gestão nos níveis estaduais e municipais, com garantia do simbólico enquanto valor desenvolvimento cognitivo e social.

Sua orientação de ação baseia-se nas ações descritas abaixo:

- a) Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura;
- b) Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado;
- c) Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Segundo Castrillon (2011) a leitura é um direito histórico, cultural e político. A leitura é um instrumento de poder e de exclusão social, historicamente mantido por vários instrumentos ideológicos: igreja, governos aristocráticos, poderes políticos e mais atualmente interesses econômicos. Segundo a autora a maioria das políticas de alfabetização e incentivo à leitura desviam a atenção do verdadeiro problema: educação e possibilidades reais de acesso democrático à leitura e escrita:

As funções econômicas atribuídas manifestamente ao programa de alfabetização de massa são a modernização dos hábitos de consumo, a ampliação do mercado consumidor através da suposta elevação dos salários dos alfabetizados e o aumento do lucro das empresas através de um esperado incremento da produtividade não apropriada pelos trabalhadores. O processo da elevação dos requisitos educacionais permite que se levantem dúvidas quanto ao possível efeito de a alfabetização fazer elevar salários, se válida a hipótese da sua função econômica básica de unificar a oferta de força de trabalho, aumentando, então o volume do exercito industrial de reserva.

A definição do analfabetismo como uma 'vergonha nacional' ou uma 'mancha' tem a função ideológica de desviar para a área educacional a discussão sobre as causas do atraso e do progresso, assim como das causas da pobreza (CUNHA, 1977, p.287-288).

A atenção dada à educação e ao acesso deve registrar mudanças significativas e não valorizar dados estatísticos para encobrir a realidade ao medir índices de leitura por meio de consumo de livros por indivíduo (CASTRILLON, 2011).

A política pedagógica se confunde com uma pedagogia política e esta começa e termina com o tipo de relação que estabelece com o livro. Erigido o livro na posição de receptáculo por excelência da cultura no desenvolvimento da civilização contemporânea, torna-se acessível a todos e passa a ser o ponto de partida de uma ação cultural renovadora. Quanto ao ponto de chegada, este parte de seu empenho no sentido de discussão e crítica do livro e com o livro. É o que conduz a uma compreensão mais ampla e segura do ambiente circundante, liberando o autor do automatismo que pode obriga-lo ao consumo mecânico de textos escritos. Por conseguinte, tratando-se de uma vocação democrática, na medida em que esta afirmação traduz tanto uma ampliação da oferta de bens culturais quanto uma abertura de horizontes, a leitura – e o livro que lhe serve de suporte e motivação – será efetivamente propulsora de uma mudança na sociedade se for extraída dela a inclinação política que a torne vigente (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

A difusão da leitura, e, por conseguinte a sua sociabilidade, estimula o consumo de material impresso transmitindo valores e hábitos, muito deles convenientes aos ideais presentes em um determinado contexto político, porém ao mesmo tempo em que a burguesia teve responsabilidade nos primeiros modelos político democrático, a leitura assume papel vital nesse processo de democratização no momento em que contribui para dessacralizar tabus e estimular ir contra a ordem social imposta, contribuindo para um pensamento crítico desmistificando valores e na luta contra concepções conservadoras (ZILBERMAN, 2010). A leitura é entendida por Hollrellou-Lafarge e Segré (2010, p.144) como um processo dinâmico:

A leitura é uma atividade dinâmica, em constante evolução; as maneiras de ler, de compreender, de interpretar, variam segundo as aptidões e os investimentos individuais. O modo de apropriação dos textos é criação, invenção, sempre em movimento; as análises dos controles sociais que ele sofre de maneira indireta continua por fazer.

No âmbito do legislativo duas leis específicas tiveram forte impacto nas políticas públicas para o livro e leitura, pelo menos no sentido de fomentar o debate e ter um aparato concreto que justificasse quaisquer reivindicação. Trata-se das leis 12.244/10 que trata da universalização das bibliotecas escolares e a 13.696/18.

No dia 24 de maio de 2010, ainda na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei nº 12.244 que trata da universalização das bibliotecas escolares nas instituições públicas e privadas de ensino brasileiras, tornando obrigatória a existência desses espaços nas instituições de ensino públicas e privadas, respeitando a profissão do bibliotecário(a) no prazo de dez anos.

Por se tratar de espaços historicamente relegados a segundo plano nas políticas educacionais e por não ser consideradas relevantes, as bibliotecas escolares encontram-se sucateadas e esvaziadas de sentido com a promulgação da referida lei entra em discussão que tipo de biblioteca ora apresenta-se nas instituições de ensino, bem como qual a utilização desses espaços tanto pelos discentes quanto pelos docentes e corpo técnico.

As escolas de Biblioteconomia já adiantaram que não tem como acompanhar a demanda no que diz respeito à formação de profissionais, haja vista a necessidade de construção de 34 unidades por dia para equipar as 113.269 escolas públicas no país. O Censo Escolar mostra que apenas 35% das instituições de ensino no Brasil contam com bibliotecas escolares.

Mais de 15 milhões de alunos estudam em escolas sem bibliotecas e com essa ausência acentua-se as dificuldades no período de alfabetização, para o desenvolvimento da autonomia na aprendizagem e no acesso a outros conhecimentos, e é cada vez mais visível que esse cenário irá evoluir tão depressa para minimizar essas mazelas, mesmo com a sanção da lei 12.244/10, que trata da universalização das bibliotecas escolares e que trata da obrigatoriedade da existência de bibliotecas nas instituições de ensino da rede pública privada, a realidade tem demonstrado que a situação ainda é precária.

Segundo o percentual mostrado nos infográficos do Jornal O GLOBO que monta o ranking de escolas com bibliotecas, a grande maioria dos estados com média abaixo da nacional (35%) encontram-se na região nordeste e o Maranhão ocupa a última posição com aproximadamente 13,9% das instituições de ensino com

bibliotecas escolares (PROPORÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES POR ESTADO, 2014).

Gráfico 1 – Proporção de bibliotecas escolares por estado



Fonte: <http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/proporcao-de-bibliotecas-nas-escolas-brasileiras.html>

Em 2010, o número de escolas de nível fundamental com bibliotecas era de 35% e, no ensino médio, de 72%, havendo apenas um ponto percentual de melhoria em cada nível de ensino. É no Ensino Fundamental que a falta de bibliotecas escolares é mais evidente: apenas 30% das escolas públicas oferecem o equipamento essa etapa de ensino e 43% dos alunos estudam sem ela. Em âmbito nacional as escolas municipais são as mais deficitárias contam com apenas 22% com bibliotecas e acervos organizados.

Apesar de já terem se passado aproximadamente nove anos depois da sanção da lei, faltando apenas um para sua efetivação (2020) a legislação parece cada dia mais longe de ser cumprida, como atesta o Censo Escolar que aponta a implantação de 317 bibliotecas em escolas fundamentais e 650 em instituições de nível médio, reforçando, ainda a necessidade de 99 mil bibliotecas para que se zere o número de escolas sem o equipamento em 2010 eram necessárias a construção de 28 novas bibliotecas para atender a demanda, em 2013 seriam necessárias 34 bibliotecas por dia para que se alcance o tempo estimado de dez anos para que todas as instituições escolares contem com suas bibliotecas, ou seja, o país tem até 2020 para zerar esse déficit.

Essa situação torna-se mais crítica no momento em que os principais sujeitos sociais envolvidos no processo educacional não reconheçam e não saibam

da importância da biblioteca para formação educacional. Muitos dirigentes não sabem da sanção da lei e são inúmeros os professores que não tem o hábito da leitura, por inúmeros motivos, e, portanto, não atuam como formadores de leitores e para que possam reivindicar junto a suas coordenações a existência desses espaços.

Essa situação só reforça a necessidade da realização de um diagnóstico para que se possa averiguar qual a real situação desses espaços e tentar identificar o porquê das políticas de incentivo a leitura e o acesso a bibliotecas escolares estejam fora da pauta de discussão dos dirigentes e tentar oportunizar o debate entre sociedade civil e os ambientes escolares.

Faz-se necessário a ressignificação desses espaços bem como a incorporação de outras linguagens para que ocorra a otimização das bibliotecas e que assim, esse espaço cumpra o seu papel pedagógico na formação do leitor e do cidadão crítico.

Para o fortalecimento do PNLL montou-se uma força tarefa coordenada pela Secretaria Executiva do plano para fomentar a criação de planos no nível estadual e municipal, para tanto foram elaboradas cartilhas do passo a passo para a formulação e implementação para uma política pública para o segmento com as mesmas disponíveis on-line no site do PNLL além de alguns exemplares físicos entregues durante as formações.

O Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLLB) e o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB) encontram resistência para sua formulação nas duas instâncias e percebe-se um envolvimento maior da sociedade civil organizada para que os planos sejam elaborados do que pelo poder público, tal afirmação pode ser atestada pelo quantitativo ínfimo de planos municipais e estaduais efetivados apenas os municípios de Natal, São Paulo, Nova Iguaçu, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Juína (MT) estes dois últimos com previsão orçamentária e estaduais: Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pernambuco.

No entanto a cultura política praticada no Brasil não permite que apenas o plano aprovado nas câmaras e assembleias garantam a efetivação da política sendo necessária a criação de conselhos mistos (sociedade civil e poder público) para acompanhamento da execução. Com a descontinuidade como uma das tradições pertencentes às políticas culturais brasileiras houve uma forte preocupação em

relação à continuidade do PNLL, haja vista o mesmo já ter sofrido com as constantes mudanças ocorridas no âmbito do MinC até culminar com sua dissolução. Para tanto a garantia de sobrevivência do plano só seria possível mediante a instituição de uma lei que permitiria sua continuidade mesmo em outros governos.

A Lei 13.696³ de 12 de julho de 2018 institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Em seu parágrafo único consta: A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

São diretrizes da PNLE:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela [Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003](#);

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa (BRASIL, 2018).

A orientação de ação para a PNLE prevista na redação da lei é que a mesma siga princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes como o Plano Nacional de Cultura (PNC), Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Plurianual da União (PPA).

São objetivos da PNLE:

- a) democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

³ Também chamada de Lei Castilho em homenagem ao militante do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e ex-Secretário Executivo do PNLL José Castilho Marques Neto.

- b) fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;
- c) valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;
- d) desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;
- e) promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;
- f) fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;
- g) incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;
- h) promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;
- i) incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;
- j) incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações

educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento. O PNLL deverá ser elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte. O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias. O Prêmio Viva Leitura será concedido no âmbito da PNLE com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

Ainda não se tem elementos suficientes para antever o que ocorrerá com a referida lei, haja vista sua redação e posterior ação estar balizada em dois órgãos: MEC e MinC, sendo que este foi extinto no atual governo incorrendo em uma contradição no sentido de ser orientada pelo Plano Nacional de Cultura e ter o acompanhamento, entre outros, pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) que também foi desmobilizado. Até o presente momento não foi divulgada nenhuma informação a respeito da formulação do plano, já que o mesmo deverá ser elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte

4.4 Desenvolvimento da economia do livro

O mercado editorial brasileiro sofre a ação da mão pesada do neoliberalismo evidente em um processo de mundialização seja ela de forma administrativa ou de controle acionário (AURÉLIO, 2017). A mundialização dos

chamados bens culturais guarda similaridades em seus segmentos, mas apresentam algumas especificidades percebidas em suas etapas de mediação e negociação, todas elas orientadas pela volatilidade do mercado, surgimento de novas tendências e tecnologias.

Conforme postula Zaid (2004) a economia do livro é caracterizada pelo descompasso existente entre oferta global e as limitadas capacidades de absorção das bibliotecas e do consumidor individual. A economia da informação, como preconizada por Shapiro e Varian (1999) encontra no Brasil ressonância de seus postulados no momento em que o círculo vicioso da mediocridade esta presente fortemente nas ações do mercado editorial: os livros são caros porque as tiragens são pequenas, as tiragens são pequenas porque os livros vendem pouco e os livros vendem pouco porque são caros.

Segundo pesquisa efetivada por Earp e Kornis (2005) o Brasil conta, aproximadamente, com 3.000 editoras e algo em torno de 15 mil gráficas, em contrapartida as firmas que ficam encarregadas pela distribuição são poucas e de porte médio, as livrarias giram em um total de 1.500 livrarias dentre as quais 350 (23%) destas pertencem a 15 grandes redes e destas 2/3 se concentram na região sudeste, ou seja, 90% dos municípios não contam com livrarias.

Pensando neste cenário e na forma mais adequada de incidir sobre esta realidade que o quarto eixo de ação do PNLL basicamente foca suas ações no mercado editorial brasileiro, seus sub-eixos de ação são:

- a) Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro;
- b) Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens culturais;
- c) Apoio a cadeia produtiva do livro;
- d) Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada.

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) figura, institucionalmente e ideologicamente, como o órgão com maior poder estratégico e comercial no mercado editorial congregando aproximadamente quinhentos editores e livreiros em todo o território nacional. Orienta-se como sem fins lucrativos de caráter patronal e com composição heterogênea com uma presidência bienal. A CBL discute as diretrizes de mercado, organiza premiações e eventos, com destaque para o Prêmio Jabuti e a Bienal Internacional do Livro, e junto ao poder público atua com um forte lobby.

A já referenciada pesquisa Retratos da Leitura no Brasil é utilizada no direcionamento de suas ações como o maior índice que aponta a realidade do livro e leitura no país, no entanto, não deve-se perder de vista que a CBL tem interesse mercadológico e garantir a manutenção de sobrevivência de seus associados, ou seja, garantir a venda de livros. Uma das maiores empresas que atuam com forte marketing e pressão no mercado editorial é a Associação Brasileira de Papel e Celulose (BRACELPA) empresa esta que em sua atuação descarta qualquer romantismo livresco no que concerne a democratização do livro e leitura no país, mesmo com a tentativa de uma ação diferenciada por parte de micro e médias editoras e com a criação da Liga Brasileira de Editores Independentes (LIBRE).

Essas correlações de forças presentes no mercado editorial, capitaneada pela CBL, mobilizam-se sujeitos, grupos e instituições do meio empresarial, político e acadêmico resultando em contratos vultosos, criação de instituições e orienta-se a produção técnica e artística. Não distante em sofrer as ações da mundialização do capital (CHESNAIS, 1994) o panorama editorial brasileiro também é caracterizado por um processo cíclico com fusões, aquisições, desregulamentação e abertura de capital acionário desde a década de 90.

Mesmo com índices de leitura e consumo de livros e com a queda exponencial de grandes conglomerados livreiros, a estrutura do mercado e sistema editorial ainda possuem relevância econômica, institucional e cultural no país, e apresentam dinâmicas, valores, instâncias de legitimação e práticas inerentes a este sistema que criam a urgência de um debate sobre tais práticas. O mercado brasileiro ocupa o sétimo lugar em vendas de livros em uma posição intermediária entre países como França e Reino Unido, levando-se em conta apenas a questão econômica de acesso ao bem cultural livro.

Quadro 7 – Quantidade de livros vendidos

	Milhões de exemplares (%)	
China	7.103	49
Estados Unidos	2.551	18
Japão	1.403	10
Rússia	494	3
Alemanha	479	3
França	413	3
Brasil	345	2
Reino Unido	324	2
Itália	265	2

Espanha	235	2
----------------	-----	---

Fonte: Earp; Kornis (2016).

Urgiria, nesse sentido, um mapeamento do mercado editorial brasileiro sob uma perspectiva mais ampla contemplando suas várias dimensões como: a volatilidade do controle acionário e administrativo; os impactos do modelo de gestão sobre a produção e distribuição; a ideologia presente na seleção e estratégias de marketing acerca dos assuntos vendáveis e autores, que no jargão editorial, “merecem ser publicados”; a arquitetura e ambiente das grandes livrarias.

A égide neoliberal no desenvolvimento da cadeia produtiva do livro orienta-se pela determinação do capital mundializado, nesse caso específico em seus aspectos culturais, e este fenômeno só pode ser antevisto e apreendido por meio da análise do tripé: editora, livro e leitura. No entanto grande parte das investigações, tendo na teoria social seu norte de investigação, tem envidado esforços mais em compreender aspectos ligados a interpretação dos hábitos (e consumo) do que com a questão ideológica presentes nos meios de produção deste segmento, dificilmente a apreensão deste fenômeno pode alijar ou desconsiderar a relação intrínseca entre agentes e campos do sistema editorial com a dinâmica do mercado propriamente dito (THOMPSON, 2014).

Quadro 8 – Distribuição do preço de capa do livro no Brasil

PREÇO DE CAPA	%
Direitos autorais	10
Custos editoriais e manufactureiros	25
Lucro da editora	15
Distribuidor	10
Livreiro	40
TOTAL	100

Fonte: (EARP; KORNIS, 2005)

Mesmo tendo alguns aspectos de sua formulação sobre indústria cultural criticadas, principalmente no que tange a questão da “produção em massa” como incapaz da criação de obras relevantes, Adorno (1985) apresenta uma perspectiva muito interessante sobre a mão pesada do capital na legitimação de bens culturais. Se em épocas hodiernas a utilização de divulgação e marketing eram de responsabilidade de críticos editoriais e revistas de grande circulação, atualmente esse cenário encontra em outras mídias um grande espaço de formação de leitores tendo na internet sua grande arena de atuação, ou seja, o *mass media* que era

característico da reprodutibilidade técnica sendo substituído pelo *self media* interativo da internet.

A perspectiva de indústria cultural apresentada pela escola de Frankfurt, em especial com Adorno e Horkheimer (1978, 1985) e Walter Benjamin (1978), são importantes no sentido de desvelar as relações presentes entre produtores, meios de produção e mercado, mesmo tangenciando questões que devido ao tempo e época não poderiam ser vislumbradas, como é o caso da internet e a dicotomia popular-erudito, que dependendo do viés pode assumir caráter preconceituoso e elitista.

Concorda-se com Aurélio (2017) quando afirma que mesmo com toda a pressão mercadológica e estruturas engessadas e firmemente ideológicas sobre o que é produzido e consumido no mercado editorial brasileiro, a orientação de análise aqui utilizada não permite a percepção do entendimento da existência de um consumidor-leitor-receptor, mas sim, uma relação contraditória, assimétrica entre os que detem os meios de produção e os que legitimam os seus produtos e o usuário final destes “produtos culturais”. Portanto em épocas ditadas por ideais neoliberais a correlação entres estes sujeitos está mais próxima ainda e não podem ser descartadas em qualquer análise.

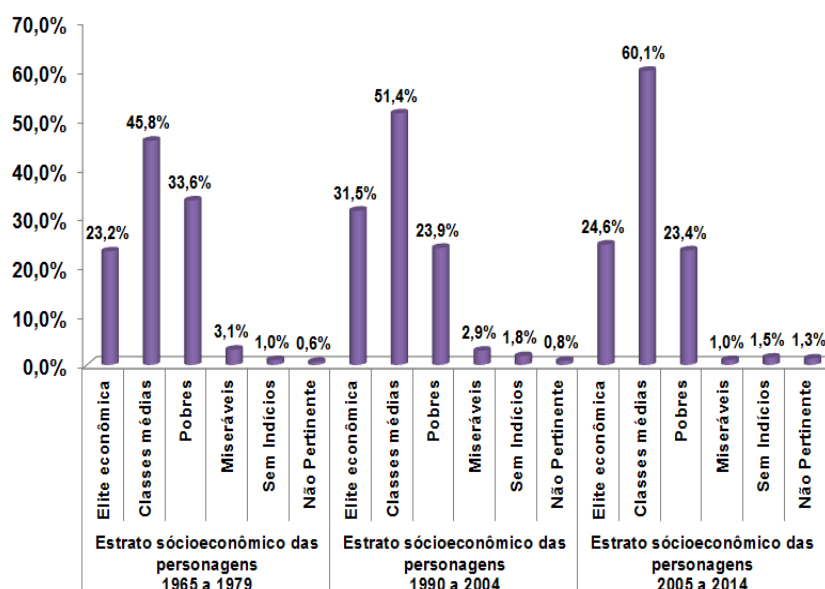
Os processos históricos são determinantes para a realidade atual, tal como atesta Marx (2011) quando afirma que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstancias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Isto posto, fica evidente, as relações de classe, hegemonia e ideologia presentes na literatura brasileira. O perfil do romancista brasileiro continua o mesmo a quarenta e três anos, como aponta a pesquisa desenvolvida por Dalcastagné (2011) e desvela uma realidade classista, racista, lgbtfóbica e machista ao apresentar em seus resultados quem escreve e sobre quem se escreve na literatura produzida no país e editada pelos grandes grupos editoriais.

O escritor brasileiro é branco, hétero, classe média e nascido no eixo Rio-São Paulo e os personagens em suas narrativas também não fogem a regra. A conclusão é resultado de uma extensa pesquisa coordenada pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília. Foram

analisadas em torno de 692 romances escrito por 383 autores em períodos distintos: 1965 a 1979; 1990 a 2004 e 2005 a 2014 (MASSUELA, 2018).

Em relação ao estrato socioeconômico das personagens, não houve mudança significativa, pois no período de 1965 a 2014 prevaleceu o quantitativo de personagens de classe média, ocorrendo um aumento exponencial (1965/45,8%; 1990/51,4% e 2005/60,1%) conforme mostrado no gráfico abaixo, seguido por personagens pobres e aqueles da elite econômica. Importante frisar que os personagens considerados pobres por seu estrato socioeconômico só tiveram um breve protagonismo na literatura no período de 1965 a 1979, tendo nos outros períodos definidos para análise (1990-2004 e 2005 a 2014) um decréscimo destes personagens para os da elite econômica.

Gráfico 2 – Estrato socioeconômico das personagens



Fonte: Adaptado pelo autor

Os dados apresentados na pesquisa desvelam uma realidade que reafirma a relação entre ideologia e leitura no país, bem como a luta de classes e seus interesses expressos na produção hegemônica dos conglomerados editoriais. Lukacs (2011) afirma que o artista (escritor) vive em sociedade sendo influenciado por esta relação apoiando-se em uma determinada concepção de mundo manifestada em sua obra. O conjunto da vida social esta em constante mudança, transformando também sua forma e conteúdo, portanto, é ilusório acreditar, que como artista, escritor e editor, encontra-se distante deste processo e seja também, influenciado ou influenciador de interesse de classes.

Se no mês de janeiro a divulgação do “Painel das Vendas de Livros no Brasil” indicara um 2017 positivo para o mercado livreiro com um aumento de 4,55% em volume de vendas e 6,15% em faturamento, um novo balanço anual foi divulgado e aponta o contrário: um 2017 de baixa. Segundo a “Pesquisa Produção e Vendas do Setor”, em 2017 o meio editorial apresentou queda real de 4,76% no comparativo a 2016 — considerada a variação do IPCA de 2,95% no período. De acordo com a nova amostragem, as editoras brasileiras produziram 393,3 milhões de exemplares em 2017. Deste montante, foram vendidos 354 milhões de livros, contra 383 milhões em 2016 (queda de -7,43%), e o faturamento alcançou R\$ 5,17 bilhões, contra R\$ 5,26 bilhões em 2016 (queda de -1,95%).

Realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a pedido da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a nova pesquisa é resultado de uma abordagem mais global que a anterior, pois inclui as vendas para o mercado e para o governo, a partir de dados obtidos junto a 202 editoras do país. Já a pesquisa divulgada em janeiro, realizada pela Nielsen Bookscan Brasil em parceria com a SNEL, resultava da coleta de dados apenas do varejo, do “caixa” das livrarias físicas e virtuais, além do mercado varejista que engloba supermercados, redes de loja e outros varejistas colaboradores.

Mesmo não figurando, diretamente, entre os principais segmentos econômicos no Brasil, até por conta dessa não herança de práticas leitoras, o mercado editorial brasileiro é notadamente marcado por práticas de gestão inerentes às de empresas multinacionais. Até meados dos anos 80 essa pressão mercadológica e forte pressão por vendas e surgimentos de Best Sellers ainda não permeava essa cadeia produtiva específica caracterizando-se, com exceção de grandes grupos editoriais como Companhia das Letras, Rocco e Record, quase como artesanais em suas práticas laborais num movimento contrahegemônico.

O governo, mesmo com as oscilações econômicas e fim de muitos programas de incentivo a leitura ainda é o maior consumidor do mercado editorial desde a época da criação da Lei Rouanet e da certificação de Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Este quantitativo, de compras pelo governo, está mais expresso pela aquisição de exemplares do que necessariamente pelo valor, que permanece em torno de 20% (EARP; KORNIS, 2005), marcado pela tradição da descontinuidade esse quantitativo

oscila em decorrência da extinção de alguns programas e projetos governamentais, mesmo assim o governo é o grande responsável pelos resultados, porém, 80% das vendas são feitas pelo mercado (população).

Se excluídas as vendas ao governo e consideradas apenas as vendas para o mercado — aproximando-se, assim, do recorte da pesquisa anterior —, os novos resultados também apontam para baixo: o setor apresenta decréscimo em termos reais (considerada a inflação) de -0,89%, em relação a 2016. Considerando as vendas para mercado e governo, as editoras dos subsetores de obras gerais e de religiosos tiveram o melhor resultado: um crescimento real de 3,77% e de 1,61% no faturamento, respectivamente.

Em paralelo à globalização financeira houve investimentos de capital estrangeiro (espanhol, americano, sul-africano entre outros) no segmento o que possibilitou muitas empresas migrarem de Ltda para S/A a orientação que as empresas multinacionais direcionavam suas ações era a intensificação no marketing para Best Sellers e a aquisição de catálogo de acervo de selos e editoras em dificuldades financeiras. A instabilidade da economia em escala global aguardava surpresas negativas para o mercado editorial incorrendo na abertura de concordata e fechamento de unidades de grandes livrarias (megastores) como a Saraiva e Cultura.

A denominada crise se agudiza há muito tempo: o volume de vendas de livros vem caindo cerca de 3% ao ano desde 2015. Além da crise econômica que afeta diferentes setores, a chegada da Amazon ao Brasil, em 2014, apontada por muitos como uma das grandes responsáveis pela desestabilização do mercado editorial, atraiu para o e-commerce clientes que antes compravam no varejo tradicional. O presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL), Bernardo Gurbanov⁴, elencou algumas das causas para o mau momento econômico das longevas redes de livrarias (a Livraria Cultura foi fundada em 1947 e a Saraiva, em 1914):

- a) Contexto macro de recessão;
- b) Baixo índice de leitura dos brasileiros;

⁴ Entrevista concedida ao Nexo Jornal e disponibilizada no link: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/31/De-onde-vem-a-crise-de-grandes-redes-de-livrarias-no-Brasil>

- c) Crescimento do comércio eletrônico e da leitura em dispositivos digitais; Aumento expressivo dos aluguéis, sem se aplicar isenção de IPTU.

Em reflexo das medidas adotadas pelas redes de livrarias, a CBL enviou ofício à Casa Civil. Em seu conteúdo cobra um posicionamento a respeito da medida provisória que pretende instituir a Política Nacional de Regulação do Comércio de Livros. Segundo defende a entidade, a medida poderá ser uma resposta de apoio do governo à atual crise que afeta o setor livreiro no país. A medida determina que o livro deve ser comercializado pelo preço determinado pela editora durante um ano após seu lançamento, impedindo o oferecimento de grandes descontos, como os que são oferecidos por sites como a Amazon, nesse período.

A proposta ainda tramita no senado como projeto de lei de número 49 com a seguinte ementa:

Institui a política nacional de fixação do preço do livro, estabelecendo regras para a comercialização e difusão do livro, e definindo infrações, penalidades de multa pecuniária e ação judicial. Todo livro receberá da editora precificação única por prazo de 1 ano, a partir de seu lançamento ou importação. Constituem infrações praticar tratamento não isonômico aos comerciantes intermediários e a oferta de livros a preços inferiores ao estabelecido (PROJETO DE LEI Nº 45/SENADO FEDERAL, 2015).

A última tramitação do projeto foi, ainda em 2019, onde passou por apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos e aguarda designação de nome para relatoria. Earp e Kornis (2005) entendem que um dos maiores problemas enfrentados pela cadeia produtiva do livro é a redução das margens de lucros decorrente, entre outros fatores, das pressões competitivas, vendas pela internet, descontos de vendas de livros em locais que não são livrarias e da constante desaceleração a economia. Como proposta para sanar essa problemática os pesquisadores apresentam algumas possíveis soluções que vão ao encontro da proposta de Lei apresentada ao senado:

- a) Implementar um programa de apoio a 50 bibliotecas universitárias e às duas maiores bibliotecas de referência do país, em que dois terços do recurso fosse destinado a compra de livros;
- b) Criar um Fundo Nacional do Livro, alimentado por recursos do Tesouro e por um imposto sobre a atividade de pirataria;
- c) Criar uma política que oriente as compras das bibliotecas;

- d) Subsidiar a produção de livros técnicos de autores nacionais, com recursos públicos e privados;
- e) Subsidiar o consumidor – o estudante de baixa renda que quer se conduzir às universidades pelo sistema de cotas – mediante um sistema de vale-livro;
- f) Incentivar a criação de um cartão de crédito para compra de livros por estudantes universitários;
- g) Canalizar os recursos para o financiamento da tradução de livros brasileiros criando uma vigorosa política de exportações (EARP; KORNIS, 2005).

Na economia do livro, segundo os autores citados, a biblioteca desempenha três papéis principais: banco de dados, fornecedor de livros e comprador de livros. As sugestões apontadas acima, obviamente levam em consideração o viés econômico, até pela natureza do instituto responsável pela pesquisa, mas talvez por desconhecimento dos pesquisadores não atentaram que é inerente a qualquer biblioteca ter a sua política de aquisição de acervo coadunada com diretrizes de órgãos regulatórios que fazem parte do Ministério da Educação e faziam parte do agora extinto MinC, além de ser uma construção coletiva com os usuários.

Uma democratização para o livro e leitura, na tentativa da formação de uma sociedade leitora, deve compreender que esse acesso não deve se restringir apenas as fases escolares, mas sim em uma visão macro de acesso à todos, independente de sua situação escolar, laboral e espacial, quando se tenta restringir essa potencialidade ao livro acadêmico, em detrimento do literário, hierarquiza-se prioridades onde fica evidente a garantia de um exercito industrial de reserva, tal qual como preconizado por Marx, preocupado com a manutenção e garantia de mão-de-obra para o mercado, do que necessariamente uma formação humana mais ampla, em seu sentido cultural.

5 Á GUIA DE UMA CONCLUSÃO: luta de classes e a democratização do livro e leitura

A tônica da análise realizada foi alicerçada no entendimento que “[...] falar em cultura brasileira é falar em relações de poder” (ORTIZ, 1994, p. 08), portanto, não houve como não considerar a luta de classes, a relação entre Estado, governo e sociedade civil, ideologia e o projeto para construção de uma sociedade leitora na formulação e implementação de uma política pública de cultura que objetiva a democratização do livro e leitura no Brasil.

A disputa e correlação de forças, conflitos de classe, interesses contraditórios marcam a tentativa de instaurar um projeto societário notadamente marcado por uma orientação político-ideológica, e a questão da democratização do livro e leitura não está alijada destas influências, na verdade, para além da aparência e apreendendo a essência do fenômeno, e de sua materialidade, esta relação fica evidente, principalmente no desenvolvimento das cadeias de criação, produção/distribuição e de mediação enquanto política cultural.

[...] o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política (MARX; ENGELS, 2007, p. 76).

Essa política cultural, embasada no acesso ao livro e a leitura visando uma formação humana plural com vistas ao exercício pleno da cidadania resvala ainda em questões de que a classe trabalhadora, ideologicamente, não se entende como pertencente ao uso dos bens culturais e a prática da leitura e aquisição de livros é marcada por um distanciamento histórico que está presente, inclusive, na relação entre trabalho manual e intelectual. A contradição existente entre percepção de trabalho manual e trabalho intelectual já havia sido interpretada por Marx no entendimento de que a educação formal deveria estar vinculada a uma formação técnica sem perder de vista uma formação do espírito e mente.

Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores

jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. É evidente que o emprego de todas as pessoas dos 9 aos 17 anos (inclusive) em trabalho noturno e em todos os ofícios nocivos à saúde tem de ser estritamente proibido por lei (MARX, 2008).

Tal assertiva não pode deixar de ser vislumbrada em uma situação socialista plena, o modelo proposto por Marx parte da análise do modo de produção capitalista e lhe dá aportes para a elaboração da crítica ao modelo educativo vigente com proposta de alternativa material para o trabalho e a educação. As próprias contradições inerentes ao modelo capitalista impõem uma nova forma de pensar a formação dos indivíduos, pois a relação entre trabalho e processo formativo estão imbricados em uma relação multilateral, como vista e proposta por Gramsci (2004, p. 33) em uma aproximação com Marx:

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Uma análise rápida sobre os pressupostos de Marx (2012) para a educação seriam: defesa da educação pública e articulação da educação macro (corpo, técnica e intelectual) com o trabalho produtivo, essas alternativas contribuiriam para que a classe trabalhadora se apropriasse de um conhecimento histórico acumulado apropriado pela burguesia como meio de produção além de que facilitaria um entendimento global do processo produtivo pelos trabalhadores. Gramsci, em concordância com Marx, reflete que a formação do indivíduo perpassa pela mediação entre trabalho e processo educativo sem a cisão entre trabalho manual e intelectual, mas sim uma associação entre essas duas dimensões.

Diante desta perspectiva em Marx, essa disputa pela formação perpassa por duas questões que aludem às formulações de Gramsci: Hegemonia e Ideologia. Hegemonia em seu sentido gramsciano como o processo pelo qual as classes dominantes conseguem fazer com que seus projetos de sociedade sejam aceitos e adotados, inclusive pela classe dominada mediante o uso de mecanismos de coerção e estabelecimentos de consenso, ou seja, o projeto hegemônico estabelece uma ideologia dominante. Para a consolidação deste processo dois agentes são vitais: os intelectuais e os aparelhos de hegemonia, onde os primeiros atuam sobre o segundo na esfera da sociedade civil (GRAMSCI, 2004).

Refletindo sobre o postulado gramsciano pode-se antever que os aparelhos hegemônicos atuam como difusores da cultura dominante, por conseguinte, a democratização do livro e leitura formulada e implementada por meio de uma política pública de cultura também traz embutida em seu ideário um projeto societário hegemônico.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição, os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal [ideológica] das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

A contradição existe e é latente, interesses difusos, e de classe, se encontram e se interpenetram nessa relação, desse embate resulta uma ação ideológica que ou visa a manutenção da ideologia dominante ou assume as demandas reais da classe trabalhadora configurando-se como um movimento contra-hegemônico.

As políticas culturais no Brasil ainda têm um enorme caminho a percorrer para se livrar das tradições que a acompanham: ausências, autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades, fragilidade institucional e instabilidades permeiam todo o histórico e trajetória das políticas culturais efetivadas até hoje, com alguns avanços, constantes estagnações e muitos retrocessos. As **ausências** são perceptíveis tanto pelo fato de não ter se pensado em políticas públicas para o campo da cultura, a demora em inserir os grupos sociais diretamente envolvidos na questão para que pudessem participar do processo de elaboração, formulação e implementação de políticas e a contradição de que o mercado e a iniciativa privada tivessem autonomia na execução de ações na área cultural por meio das leis de incentivo fiscal, resultando numa mercantilização dos bens culturais alinhada ao ideário neoliberal.

O **caráter tardio** de se discutir cultura como política pública contribuiu para a periferização de sua posição estratégica na administração pública federal, vista preconceituosamente apenas como uma pasta responsável pelo cumprimento de uma agenda que se intensifica em períodos de festividades como Carnaval e São João. Mesmo com o avanço da discussão acerca da economia da cultura e

economia criativa a cultura ainda não é entendida como promotora de renda e da economia brasileira, este atraso do debate da cultura impossibilitou, também, que se discutisse e se efetivasse uma política cultural em sua dimensão política, social e econômica e que realmente atenda os anseios da população e atenda a diversidade existente no país.

A democracia brasileira ainda é considerada jovem e não estabelecida em toda a sua plenitude no país, principalmente pela permanência de resquícios autoritários resultado de um período ditatorial que deixou marcas profundas no imaginário de como se fazer política no país, sendo assim, o **autoritarismo** atua, ainda, como resquício de um passado ainda recente que insiste em assombrar a democracia e que contribui para gestões que não olham para o seu entorno e sequer ouvem os sujeitos sociais que estão diretamente ligados aquela questão. Decisões autoritárias são constantemente tomadas sem que seja promovido um amplo debate que oportunize a participação popular no processo decisório na formulação e implementação de políticas públicas.

A desmobilização do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) ocorrida na gestão Temer, as tentativas e extinções do Ministério da Cultura (MinC) e a completa estagnação de programas, projetos e ações desenvolvidas pela pasta são decorrentes desta tradição. Mas recentemente, a Lei Rouanet por uma estratégia ideológica teve seu campo de atuação minimizado drasticamente e tido seu nome alterado para Lei de Incentivo a Cultura, o teto mínimo de captação será de R\$1 milhão, ao contrário dos R\$60 milhões antes permitido pela lei, obviamente que deixar a gestão da cultura à mercê de leis de incentivo é um perigo, no entanto não foi realizado um debate e um estudo para se repensar a lei e esta sucumbiu ao ataque ideológico ao campo cultural tão característico em regimes autoritários, ditatoriais e fascistas. Vale ressaltar que a Lei Rouanet chegou a ser responsável por 70% das atividades desenvolvidas no campo cultural.

Todo esse cenário expõe a forte presença de **instabilidade** no campo cultural com constantes oscilações de avanços do MinC, seguiu-se um período onde foi organizado uma Caravana Cultural com passagem por todos os estados com o objetivo de promover um debate nacional entre o/a mandatário/a da pasta da cultura quanto dos agentes culturais espalhados pelo país. O Cultura Viva foi o programa mais consistente para a cultura brasileira, apresentando contradições inerentes a qualquer política, no entanto os avanços conquistados são notáveis, no entanto não

conseguiu resistir a presença das tradições que acabaram por influir diretamente no alcance dos objetivos do programa e em sua execução. As constantes **descontinuidades** que são características do Ministério da Cultura ocasionando em períodos em que a pasta é até extinta ou rebaixada no organograma do governo federal e as constantes mudanças de ministros, cada um com uma característica própria de gestão, o que impacta diretamente na formulação e implementação dos planos, programas, projetos e ações efetivados pelo MinC. A **fragilidade institucional** do MinC que o ainda coloca em posição subalterna no processo decisório das políticas no país, seja no que diz respeito ao orçamento federal quanto a força política que a pasta possui ante a correlação de forças entre os outros ministérios que são considerados mais importantes pelas gestões que se sucedem.

Constatou-se que sempre quando o cenário político pende para um caráter mais conservador que o campo cultural sofre represália política, pois o primeiro ministério em que se pensa em extinguir sempre é o da Cultura, haja vista o histórico que comprova que por muitos períodos várias tentativas, ou extinções, foram executadas culminando com o desaparecimento da pasta em 2019 com seu rebaixamento para uma secretaria especial, o que reduz drasticamente seu poder de força política, sem previsão de orçamento específico trazendo várias perdas para o campo cultural no país.

Mediante o exposto, concorda-se com Lindoso (2004), em relação a algumas etapas que contribuiriam para uma política cultural realmente democrática de acesso irrestrito aos bens culturais e ao combate a perpetuação das tradições na política pública de cultura brasileira:

- a) Aumento da oportunidade de acesso aos produtos culturais por toda a sociedade;
- b) Estabelecimento de critérios claros para o financiamento de projetos, de preferência por meio de instituições estáveis e programas continuados;
- c) Reformulação das leis de incentivo fiscal para evitar a confusão entre mecenato e publicidade, a apropriação de recursos públicos para formação de patrimônio privado e a promoção do uso de recursos fiscais em projetos de apropriação coletiva social dos resultados;

- d) Participação de todos os envolvidos na produção, distribuição e consumo de bens culturais na administração das instituições culturais, de forma rotativa e de maneira a garantir a sua continuidade, independentemente das mudanças de governo;
- e) Descentralização de recursos e ações culturais;
- f) Apoio a formação continuada e sistêmica dos produtores e artistas culturais locais, dando-lhes preferência nas atividades desenvolvidas;
- g) Importância de discutir a importância do patrimônio histórico e os processos de tombamento.

Para a democratização do livro e da leitura e formulação e implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) os dados de indicadores como INAF, PISA, SAEB e Mapa do Analfabetismo orientaram os princípios teóricos e metodológicos do plano, mesmo sabendo que outros condicionantes não podem ser esquecidos em qualquer análise cabe uma demonstração da realidade que os índices apresentaram quando da formulação do PNLL e os dados mais atuais.

No Mapa do Analfabetismo no Brasil em 2003 a população com 15 anos ou mais era de 129.121.466 com um quantitativo de pessoas analfabetas de 14.959.092 resultando no índice de 11,6 no ano de 2017 o Brasil ainda conta com um total de 11,8 milhões de analfabetos correspondendo a 7,2% da população, na faixa etária de 60 anos ou mais esse índice é quase três vezes maior e alcança 20,4%. Há diferenças também entre as regiões do país. O Nordeste é a área com maior taxa de analfabetismo de todo Brasil: 14,8%. O menor índice é registrado na região Sul, que apresenta percentual de analfabetismo de 3,6%. Somente as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste conseguiram alcançar a meta intermediária fixada pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O *Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)* é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano. Entre 2001 e 2005, foi divulgado anualmente, alternando as habilidades pesquisadas, ou seja, em 2001, 2003 e 2005 foram medidas as habilidades de leitura e escrita (letramento) e em 2002 e 2004, as habilidades matemáticas (numeramento). Em 2006, o indicador

passou por mudanças metodológicas, incorporando a TRI (Teoria de Resposta ao Item). A partir da edição de 2007, o INAF passou a medir simultaneamente as habilidades de letramento e numeramento. Seguiram-se as de 2009, 2011 e 2015, perfazendo 9 edições do indicador ao longo de 15 anos.

Os resultados obtidos ao longo de mais de uma década mostram uma significativa redução do número de Analfabetos, caindo de 12%, em 2001-2002 para 4% em 2015, embora os dados desta última edição sinalizem uma inflexão nessa tendência, indicada por um novo aumento desse patamar em 2018. Ao longo dos anos, houve ainda uma redução da proporção de brasileiros que conseguem fazer uso da leitura da escrita e das operações matemáticas em suas tarefas do cotidiano apenas em nível Rudimentar (de 27% em 2001-2002 para um patamar estabilizado de pouco mais de 20% desde 2009). Indivíduos classificados nesses dois níveis de Alfabetismo compõem um grupo denominado pelo Inaf como Analfabetos Funcionais. Os Analfabetos Funcionais—equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) contém as informações relativas à educação básica e infantil, à classe de alfabetização, ao ensino regular, à educação especial, de jovens e adultos (ensino supletivo) e profissional (nível técnico) pesquisadas pelo Censo Escolar sobre matrículas, funções docentes, estabelecimentos, turmas, rendimento e movimento escolar, e transportes. De acordo com os resultados do SAEB 2003 para a 4ª série do ensino fundamental, no quesito leitura, quando até 25% dos alunos da escola fazem uso da biblioteca, a média de proficiência é de 168 pontos. Quando mais de 75% dos alunos utilizam a biblioteca, regularmente a média sobe para 181 pontos. Quando não existe esse tipo de recurso para os estudantes, o resultado do desempenho é de 153 pontos. Os resultados mostram, ainda, que quando há um responsável pela biblioteca escolar, a média melhora e quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos significativos na aprendizagem

É baixíssimo o percentual de brasileiros às vésperas de concorrer a uma vaga no ensino superior com conhecimento adequado em Língua Portuguesa. Apenas 1,62 % dos estudantes da última série do Ensino Médio que fizeram os

testes desse componente curricular no SAEB 2017 alcançaram níveis de aprendizagem classificados como adequados pelo Ministério da Educação (MEC). O percentual equivale a cerca de 20 mil estudantes do total de 1,4 milhão que fez a prova nessa etapa. Em Matemática a situação não é muito diferente: somente 4,52% dos estudantes do ensino médio avaliados pelo SAEB 2017, cerca de 60 mil, superaram o nível 7 da Escala de Proficiência da maior avaliação já realizada na Educação Básica brasileira.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA) é um esforço colaborativo entre os países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos) para medir até que ponto jovens de 15 anos – próximos, portanto, do final da escolaridade obrigatória – estão preparados para enfrentar os desafios de conhecimento das sociedades de hoje. O PISA 2000 examinou a capacidade dos jovens de utilizar seus conhecimentos e habilidades para enfrentar desafios da vida real, em vez de avaliar se dominavam um currículo escolar específico. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. No ano 2000, o Brasil avaliou 4.893 alunos no Pisa; em 2003, 4.452 alunos. Com estes resultados o Brasil foi o último colocado entre os países participantes de avaliação. Isso significa que a maioria de nossos jovens são analfabetos funcionais, isto é, capazes de decodificar as letras, as palavras, mas não compreender o seu significado. Os jovens brasileiros analisados têm a tendência de “responder pelo que acham e não pelo que efetivamente está escrito”. Na edição mais recente Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

A Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) foi criada criada em 2008 e era responsável pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política do MinC no campo do livro e da leitura. Em 2011, deixou de ser diretamente subordinada ao MinC e passou a reportar à Fundação Biblioteca Nacional. Em 2014, voltou a pertencer à estrutura organizacional do MinC onde ganhou mais importância e passou a incorporar na sua estrutura o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNBP); o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); e a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles - BDB, além das Coordenações-Gerais de Leitura e de Literatura e Economia do Livro. No quadro abaixo segue a lista com o nome dos diretores, o ano, a presidência e a pessoa

responsável pela pasta da cultura a partir de 2014 quando retornou para suas atividades na capital federal.

Quadro 9 – Direção da DLLL B, ano, Presidência e Ministro/a da Cultura

DIRETORIA DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS DO MINC		
DIRETOR	ANO	PRESIDENTE/A/ MINISTRO/A
Fabiano dos Santos Piúba	2014	Gestão Dilma / Marta Suplicy
Jéferson Assunção	2015	Gestão Dilma / Marta Suplicy
Volnei Canônica	2016	Gestão Dilma / Marta Suplicy / Marcelo Calero
Christian Santos	2017	Gestão Temer / Marcelo Calero
Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do MinC		
Guilherme Relvas	2018	Gestão Temer / Marcelo Calero

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A investigação do tema permitiu apreender que a volatilidade econômica e o dinamismo nas relações sociais são fatores indissociáveis para a compreensão da atual conjuntura política e social e para a discussão sobre Estado, Políticas Públicas e Cultura. Mediante o entendimento que, atua de forma conjunta com demais fatores que acabam por definir e direcionar a atuação social, muitas vezes de forma alienante, alicerçada por visões hegemônicas imperialistas e capitalistas relegando à neutralidade, à atuação da sociedade civil e numa compreensão distorcida sobre participação popular, inclusão social e cultura.

Nessa direção à falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações.

Nesse sentido ficou perceptível que o apoio ao bem cultural perpassa pela produção, distribuição, consumo e preservação, tendo nas três primeiras formas, a síntese da ação cultural que pressupõe uma política de Estado, sem desconsiderar a dialética nessa relação e suas contradições latentes. Uma política que vise a democratização do livro e leitura, o letramento, o acesso à informação e a criação de novos espaços de sociabilidade precisa integrar-se num contexto econômico, social, cultural e político compreendendo essas variáveis.

Entendeu-se que o desenvolvimento de um país depende, entre outros fatores, do entendimento do grau de informação de seu povo, este será alto, se a consciência for estimulada em sua população por uma ação cultural eficaz. Uma política que inclua o desenvolvimento de bibliotecas, formação de mediadores de leitura, que permita o acesso a locais aonde antes tais bens não chegavam. Se for estruturada apenas no acesso, na guarda do livro e não estiver estruturada em comum com todos os sujeitos sociais através da delimitação de ações, será uma política cultural fadada ao insucesso.

A pesquisa permitiu asseverar que a mudança do caráter meramente distributivo das políticas públicas de leitura deve ser revisto, pois constata-se que muitas perdem a força devido ao não acompanhamento e avaliação das políticas como forma de redefinição de estratégias de atuação. As constantes mudanças partidárias e a não preocupação com a continuidade de algumas políticas acabam por relegar os programas de incentivo a leitura a segundo plano.

Outra evidência que resultou dessa investigação apontou que o baixo índice de bibliotecas públicas no país está diretamente relacionado ao grau de desinteresse e total falta de vontade política em mudar esta realidade. Fato esse, decorrente principalmente, de suas construções histórico-sociológicas, pautadas numa visão colonialista, patrimonialista e sem políticas ajustadas à realidade econômica, social e cultural, assim como, à falta de políticas públicas articuladas com a sociedade civil, que possam prover qualidade de vida e valorização do sujeito.

Da mesma forma percebeu-se que a falta de organização da sociedade civil no Estado agrava ainda mais a situação, pois sem as organizações, não há pressão para que governos cumpram com suas responsabilidades no campo social e cultural. Isso porque apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo à leitura ainda encontram-se incipientes no alcance de seus objetivos. A falta de otimização dos espaços criados para favorecer o acesso e

democratização do livro e a leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo.

Percebeu-se um total descaso para com os bens culturais, pois a inexistência ou ineficácia numa estruturação de uma política cultural acaba por não permitir uma integração entre as ações do Estado com a sociedade civil. Nessa direção esbarra em programas assistencialistas, muitas vezes desconhecidos da grande maioria da população, que precisa passar por uma análise e uma possível intervenção para que alcance um resultado positivo para atingir os seus objetivos em prol da construção de uma visão crítica do mundo, permitindo a participação cidadã no planejamento de políticas públicas.

Outra conclusão a que se chegou foi que a relação entre Estado e políticas públicas de leitura ainda encontra-se fragilizada, haja vista os índices que apontam que o número de leitores ainda é considerado baixo, muito inferior ao de outros países desenvolvidos. O momento, então, configura-se como importante para a discussão acerca das práticas existentes e da possível redefinição de estratégias a serem adotadas para que cumpram realmente os seus objetivos e oportunizem formas de apropriação, e uso, da leitura.

Constatou-se que o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas e seus representantes: editores, bibliotecários, professores, escritores, necessitam de uma articulação mais consistente e que passem a ocupar mais espaços de decisões políticas. E isso envolve conselhos de educação, cultura, formação de grupos de trabalho para formulação de diretrizes para planos municipais, estaduais e federal de cultura e educação. O sentido é apropriar-se da discussão, levando questões e problemáticas regionais e locais com vistas a garantir uma política integrada e que respeite a diversidade cultural existente no país.

Obviamente que houve constatação de que apenas a consolidação de um plano não é suficiente para a garantia da efetivação de políticas públicas, no entanto, funciona como forma de controle social, descentralização e por oportunizar a participação de representantes do segmento e da sociedade civil.

Na pesquisa ficou evidente que alguns programas apresentados, como o Livro Aberto, Pontos de leitura são focos constantes de discussões acadêmicas que apontam algumas falhas na operacionalização da ação, Fato esse que contribui para o insucesso da iniciativa, que não é o caso da extinção desses programas mas de discussão acerca de seus objetivos e da forma como está sendo conduzido.

Percebeu-se nitidamente, que no processo de descentralização (quando a gestão é compartilhada entre poder local e sociedade civil) ainda é presente a indecisão acerca dos papéis a serem executados por cada sujeito social envolvido no processo.

Constatou-se que a ampliação e criação de espaços que viabilizem a sociabilidade, as questões como letramento e de reafirmação identitária, são cruciais para o desenvolvimento. As políticas de incentivo à leitura e bibliotecas são consideradas fator no auxílio ao desenvolvimento quando assumem uma atribuição que até então lhe era alheia: ter como seus usuários não só os estudantes, mas outros segmentos que não tinham acesso a esse tipo de bem cultural, como as comunidades rurais, negros, mulheres e os indígenas.

Dessa forma, os pressupostos foram confirmados na investigação e as questões norteadoras respondidas da seguinte forma:

- e) A origem da política nacional de leitura decorre da ação político-ideológica do Estado e do capital configurando-se como um projeto capitalista de ajuste e reposicionamento do Estado brasileiro decorrente da pressão dos países considerados desenvolvidos e atende a orientações de organismos internacionais com vistas a garantir a inserção do país na lógica capitalista neoliberal
- f) As políticas culturais voltadas à democratização do livro e leitura no Brasil são marcadas, historicamente, por tradições que acompanham seu desenvolvimento: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades e fragilidade institucional, que acabam por caracterizar a identidade da cultura no país, enquanto política pública, dificultando a formação de uma sociedade leitora;
- g) A política nacional de leitura, em sua materialidade por meio do PNLL, apesar de ser resultado de um amplo debate a nível nacional é visível a contradição presente entre urbano e rural/centro e periferia na delimitação de ações e programas, constituindo-se em uma política que não leva em consideração as especificidades de cada estado, suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política de caráter homogêneo que não respeita as características de cada região e

acaba por se tornarem políticas ineficazes no alcance de seus objetivos;

- h) A disputa ideológica e a correlação de forças, expressas na luta de classes, também estão presentes na democratização do livro e leitura enquanto projeto hegemônico. A “inclusão social” oportunizada pela democratização do livro e leitura enquanto política cultural é direcionada ao acesso a bens culturais, ação esta coadunada com um ideário neoliberal que visa o estímulo maior para que os sujeitos tornem-se consumidores, do que necessariamente aptos ao exercício pleno de sua cidadania.

Portanto evidencia-se que as políticas públicas de incentivo à leitura no país ainda são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais, por meio das políticas.

A análise efetivada permitiu asseverar a tese de que a democratização do livro e da leitura no Brasil, como política cultural, é permeada por disputas de interesses, conflitos de classe e relações de poder tendo o seu percurso histórico marcado, fortemente, pelas tradições: autoritarismo, descontinuidades, caráter tardio e fragilidade institucional, o que dificulta a possibilidade da construção de um projeto de sociedade leitora, como também, às ações empreendidas favorecem uma “inclusão social” por meio do acesso a bens culturais que, alinhados ao ideário neoliberal, caracterizam os sujeitos mais como consumidores do que necessariamente aptos ao exercício de sua cidadania plena.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003.
- ADORNO, Theodor W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação de massa . In: LIMA, L.C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **A coleção Grandes Cientistas Sociais e a relação entre o mercado editorial e a expansão do ensino superior brasileiro nas décadas de 1970 e 1980**. 146f. Dissertação. Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2017.
- AURÉLIO, Daniel Rodrigues. O código dos Best Sellers. **Sociologia**, n.61, jan. São Paulo: Escala, 2017.
- ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de. “Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca”: análise do discurso do Presidente Lula. Encontros Bibli, Santa Catarina, **Revista Eletrônica de. Biblioteconomia**. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712794017>>. Acesso em: 12 maio 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organização não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, v.29, maio / ago. 1999.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4 ed. São Paulo: Hictec, 1988.
- BARBALHO, Alexandre. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult).
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v.22, n. 1, São Luís, 2018. Disponível em:

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9230>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. **Situated literacies**. London; New York: Routledge, 2000. p. 7-15.

BAZERMAN, C. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRENS, S. J. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **College & Research Libraries**, v. 55, n. 4, p. 309-323, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, L.C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BORGES, Luís Cláudio. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão frente as política públicas de cultura**. 2008. 84f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Lei das Bibliotecas Prisionais. Disponível em: Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm> 18 maio 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003, Institui a Política Nacional do Livro. Presidência da República, 2003, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm, 10/04/2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre livro e leitura**. Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.696, 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita – PNLE. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Decreto 9.674, 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm>. Acesso em: 02 fev. 2019.

CADERNO DO PNLL: Edição atualizada e revisada em 2014. Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2014, http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660, 15/05/2015.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Série Sociedade e Cultura).

CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D, (Org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) 2005.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos culturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: **Ciência e cultura**. São Paulo. USP, 1972.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido, cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. Morte ou transfiguração do leitor? Versão modificada de ensaio publicado em Mollier, J.-Y.(Dir.) **Où va le livre?** Paris: La Dispute, 2000. p.247-57. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/CL3_Chartier_Escrita.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **A cultura do povo**. São Paulo: EDUC, 1979.

CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).

CHAUÍ, Marilena. **Biblioteca e cidadania**. São Paulo: SMC, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. Estudos avançados, São Paulo, v.9, n.23, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1994

COELHO, José Francisco Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)

COELHO, José Francisco Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginação. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLARES, Leni; LINDEMANN, Catia. Implantação da biblioteca no cárcere: Desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**: Estudos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 25, n. 03, p.205-215, dez. 2015. Quadrimestral.

Disponível em:

<<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/DISSERTACAOALEXANDRE>

COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais**: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000. 2007. 168f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

Dalcastagnè, Regina. (2011). A personagem do romance brasileiro contemporâneo. **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, 13-71, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>> Acesso em: 28 out. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n.1, jan./abr. 2003

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2011.

EARP; KORNIS, **A economia a cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

ECO, U. Sobre algumas funções da literatura. In: _____. **Sobre a literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003 [2000], p. 9-21.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais; e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2 , n.1, 2006.

FERREIRA, Juca. Cultura e resistência. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entendero impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**: uma interpretação marxista. São Paulo: Zahar , 1966.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico na indústria brasileira. São Paulo : Atlas, 2000.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 12, n.2, set, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Polêmicas do nosso século; 4).

FRIGOTTO, F. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GARCIA, Flávia Goullart Mota; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. In: **Ciência da Informação**. Brasília, v.35, n.3, p.183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf+pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas+para+o+livro+leitura+biblioteca&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 30 nov. 2008.

GEE, J. P. The New literacy studies. In: GEE, J. P. **Situated literacies**: reading and writing in contex. London: Routledge, 2000. p. 180-197.

GENTILI, P. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P.; SILVA, T.T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

GIL, Gilberto. Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 02 de setembro de 2004. **Caderno Cultura Viva**. 2. ed. Brasília, df: MinC, 2004.

GIL, Gilberto. O PNLL e a dimensão cultural da leitura. In: **Plano Nacional do Livro e Leitura**: MinC, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

GRAMSCI, Antônio. **Literatura e vida nacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1978.

GRAMSCI, Antônio **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1982.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2.

HADDAH, Fernando. O livro, a escola e a leitura. In: **Plano Nacional do Livro e Leitura**: MinC, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2005.

HAMELINK; OWENS, 1976

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. v. 20. Brasília, DF: IPEA, 2012.

KLEIMAN, Angela B. (Orgs.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social a escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela. **Leitura, ensino e pesquisa**. São Paulo: Pontes, 1989.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

LIMA, Aureste de Sousa. **Ações e políticas públicas de acesso à informação no octênio Lula**: análise temática. 2011. 58f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual do Piauí, 2011.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?**: Política para cultura/Política para o livro. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKACS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LYRA, C . **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010.

MACHEREY, Pierre. **Para uma teoria da produção literária**. São Paulo: Estampa, 1966.

MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos ; 206).

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES NETO, José Castilho. Políticas públicas de leitura e a formação de mediadores. In: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; ROSING, Tania M.K. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

MARQUES NETO, José Castilho. Plano nacional do livro e leitura: os primeiros quatro anos e o futuro. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL**: textos e histórias, 2010.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento**: análise do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no Maranhão. Curitiba: CRV, 2015

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 74)

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. **As Diferentes Questões**. Lisboa: Editorial Avante. 2008. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm> >. Acesso em: 09 maio de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo: 2007.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 6 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, KARL. **Sobre a questão judaica**. São Paulo. Boitempo. 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MASSUELA, Amanda. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. **Revista Cult**, São Paulo, n.231, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENDES, Silma Ramos Coimbra. **Geografia e Ethos**: os discursos de uma instituição de ensino superior privada. 199f. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2008.

MEY, J. L. **Vozes da sociedade**: seminário de pragmática. Campinas: Mercado de

Letras, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. In: **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan/jun, 1978.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados, **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 221 f. Tese. Universidade de São Paulo – Pós Graduação em Ciência da Comunicação, 1994.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento a leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2011.

PAIM, Amanda Batista. Caminhando sobre dados. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil: olhares e reflexões**. São Paulo: UNICAMP, 2011.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: política do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

PAIVA, Jane. BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan/abr de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 dez. 2012.

PAIXÃO, Fernando (Coord.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

PATTE, Geneviève Patte. **Deixem que leiam**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PETIT, Michéle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008.

PEREIRA, D. A formação do leitor literário enquanto *intérprete incômodo de seu tempo*: um projeto não por acaso negligenciado de letramento ideológico. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 1, p. 113-131, jan./abril. 2018.

PERES, Selma Martines. Políticas de incentivo a leitura: interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 1990. 2009

PETIT, Michéle. **A arte de ler: ou como resistir a adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. A construção do PMLLLB de São Paulo. In: RUBIM, Albino (Org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**. 210f. Dissertação. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, São Paulo, 2016.

PINTO, Michelle Silva. **O Programa Livro Aberto no Estado do Maranhão: resultado de uma avaliação**. 186f. Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia – Universidade Federal do Maranhão, 2009.

PIVA, Monteiro; PEREIRA, Hamilton. Um estado de palavra. In: AMORIN, Galeno (Org.) **Políticas públicas do livro e da leitura**. Brasília: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Carlos Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult ; 2).

PRADO, Geraldo Moreira; MACHADO, Elisa Campos. Territórios de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENANCIB: diversidade cultural e políticas de informação, 9, São Paulo, USP, 2008. **Anais...**, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1724.pdf>>. Disponível em: 20 out. 2012.

PRADO, Geraldo Moreira. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Informação e Sociedade**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.143-149, jan./jun., 2010.

PROLER. **PROLER**: concepções e diretrizes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/images/PDF/cursos3.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

PROPORÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS. O Globo. 2014. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/proporcao-de-bibliotecas-nas-escolas-brasileiras.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

REIS, Paula Félix dos. **Políticas culturais do governo Lula**: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e sociedade). – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 1 ed. São Paulo: CBL; BRACELPA; SNEL; ABRELIVROS, 2001.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 2 ed São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 3 ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2011.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 4 ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016.

RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. **Bibliotecas comunitárias no Brasil**: impacto na formação de leitores. São Paulo: Instituto C&A; Fundação Itaú Social, 2018

RODRIGUES, Edmilson Moreira. **Fome de programas de leitura**: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens. (Orgs.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult).

SANT'ANNA, Affonso Roman. Leitura: das armadilhas do óbvio ao discurso duplo. In: PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). **A formação do leitor**: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

SANT'ANNA, Affonso Romano. Anotações para uma história da leitura. In: MARQUES NETO, José Castilho. (Org.). **PNLL** : textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a emancipação social. 1985. Disponível em:
<<http://www.ces.fe.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismoseminario/poscolonialismoseminario3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura**. São Paulo: Braziliense, 2006. (Coleção primeiros passos).

SANTOS, Vanda Ferreira dos. **Biblioteca pública y desarrollo económico**. Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

SANTOS, Fabiano dos. Agentes de leitura: inclusão social e cidadania cultural. 2009. In: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; ROSING, Tania M.K. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. **A economia da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Real Biblioteca, o Brasil e Portugal. **Revista Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, n. 62, p.96-111, 2006.

SEPÚLVEDA, Maria Conceição A. Democracia cultural e bibliotecas públicas (São Paulo – 1989 – 1992): a gestão mexe com tudo. In: FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de (Orgs.). **Cidadania cultural**: leituras de uma política pública. São Paulo: Pólis, 1997. (Publicações Pólis ; 28).

SERRA, Elizabeth D'angelo. Políticas de promoção da leitura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF. São Paulo: Global, 2003.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei Nº 45. Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços. Brasília, DF, 2015. Disponível em:
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119760>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SILVA, Antonieta Mirian de O.C., SILVEIRA, Maria Inez Matozo. Leitura para fruição e letramento literário: Desafios e possibilidades na formação de leitores In.: VI EPAL – **Anais**, 2011.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo, Cortez, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil. . In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: textos e histórias**, 2010.

SILVA, Elisabeth Maria da; ARAÚJO, Denise Lino. Letramento: um fenômeno plural. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 681-698, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v12n4/aop0812.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2019.

SNBP. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Dados das bibliotecas públicas no Brasil. Disponível em: < <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003, p. 89-113.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2º. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SODRÉ, Muniz. O mercado de bens culturais. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Biblioteca pública: discursos de discentes de graduação em Biblioteconomia. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.15, n.2, p. 129-155, jul./dez. 2005.

SOUZA, Victor Neves de. **“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura**: o caso do Programa Cultura Viva. 258f. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SPONHOLZ, Regina Maria Lamas Pegorano. **Atribuição de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

STÉDILE, João Pedro. Frente ao golpe, a mobilização popular. In: PRONER, Carol et al (Orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 8, 2006.

STREET, Brian. Os novos estudos sobre letramento: histórico e perspectivas. In: MARILDES, M. e CARVALHO, G. T. **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n.2, maio/ago. 2000.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

THOMPSON, John B. **Mercadores da cultura**: o mercado editorial no século XXI. São Paulo: UNESP, 2014

TIBURI, Márcia. Potência de pensamento: por uma filosofia política da leitura. **Revista Cult**, São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <
<https://revistacult.uol.com.br/home/potencia-de-pensamento-por-uma-filosofia-politica-da-leitura/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 20 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **A filosofia da práxis**. 4 ed. Rio de Janeiro: 1990

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: UFPE, 1996.

VIEIRA, Hilluska de Figueiredo Sousa Carneiro. Letramento literário: um caminho possível. **Revista Arredia**, Dourados, MS, v.4, n. 7, jul. / dez. 2015

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. In: MELO, José Marques de (Org.). **Populismo e Comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p.5-6.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2007.

WOLF, Rúbia Carrera. Ler é poder. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil**: olhares e reflexões. São Paulo: UNICAMP, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia. In: BORON, Atilio (Org). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.p>

DF>. Acesso em: 20 out. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, out. 2012.

ZAID, Gabriel. **Livros demais**: sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

ZILBERMAN, Regina. Sociedade e democratização da leitura. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Literatura em Foco).

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. COMO VOCÊ PERCEBE A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E CULTURA NO BRASIL POR MEIO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EFETIVADAS, TENDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA COMO CENTRALIDADE NAS AÇÕES DO SEGMENTO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS?
2. RUBIM (2015) AFIRMA QUE AS POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS SÃO ACOMPANHADAS POR TRÊS TRADIÇÕES: O AUTORITARISMO, CARÁTER TARDIO, DESCONTINUIDADES E FRAGILIDADE INSTITUCIONAL, EM SUA PERCEPÇÃO COMO ESTA AFIRMAÇÃO SE MATERIALIZA NAS POLÍTICAS PARA LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS?
3. O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL) JÁ CONTA COM MAIS DE DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO, QUAIS AS RAZÕES PARA OS AVANÇOS, RETROCESSOS E ESTAGNAÇÕES PERCEBIDOS DURANTE ESTE PERCURSO?
4. DIANTE DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO, QUAL A PROSPECÇÃO QUE PODE SER FEITA PARA AS POLÍTICAS PARA O LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS E PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO LIVRO E LEITURA?

Apêndice B – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DA PESQUISA: HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal

PESQUISADOR: Carlos Wellington Soares Martins

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Maranhão / Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

TELEFONE: (98) 987053505

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa HÁ UMA LUTA DE CLASSES NOS LIVROS: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal, que será realizada por pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

OBJETIVO: Analisar os determinantes estruturais e conjunturais que definem os aspectos políticos-ideológicos presentes na concepção e elaboração da política pública nacional de leitura através do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

PROCEDIMENTOS: Se você concordar em participar da pesquisa, você – responderá 1 (uma) entrevista gravada e nos autorizará a transcrever a entrevista com vistas a publicização de seu conteúdo sem a divulgação de nomes dos respondentes.

RISCOS E DESCONFORTOS: De acordo com a Resolução 16/2000 de CFP esta pesquisa apresenta risco mínimo. Pois os procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas.

BENEFÍCIOS: Os dados coletados nesta pesquisa contribuirão para que a partir de uma análise de um universo particular possamos construir aportes teóricos que poderão nos ajudar na compreensão de um dado fenômeno social.

CUSTO/REEMBOLSO: você não arcará com qualquer gasto decorrente da sua participação (entrevista, observação). Nem você, nem sua família receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação nesta pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE: Seu nome e de seus familiares não serão utilizados em momento algum da pesquisa garantindo o anonimato. Somente serão divulgados os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Desse modo,

Eu, _____ CPF nº _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelas pesquisadoras dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

de _____ de 20____

(Assinatura do participante)

ANEXOS

Anexo A – Política Nacional do Livro

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

Texto compilado

Institui a Política Nacional do Livro

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

CAPÍTULO II

DO LIVRO

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema **Braille**.

Art. 3º É livro brasileiro o publicado por editora sediada no Brasil, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte no exterior por editor sediada no Brasil.

~~Art. 4º É livre a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de imposto de importação ou de qualquer taxa, independente de licença alfandegária prévia.~~

Art. 4º É permitida a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, imunes de impostos nos termos do art. 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição, e, nos termos do regulamento, de tarifas alfandegárias prévias, sem prejuízo dos controles aduaneiros e de suas taxas.

[\(Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003\)](#)

CAPÍTULO III

DA EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 5º Para efeitos desta Lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Art. 6º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no **caput** deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**.

~~Art. 8º É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.~~

~~§ 1º Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:~~

- ~~— I — mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;~~
- ~~— II — mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;~~
- ~~— III — mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.~~

~~§ 2º Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.~~

Art. 8º As pessoas jurídicas que exerçam as atividades descritas nos incisos II a IV do art. 5º poderão constituir provisão para perda de estoques, calculada no último dia de cada período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, correspondente a 1/3 (um terço) do valor do estoque existente naquela data, na forma que dispuser o regulamento, inclusive em relação ao tratamento contábil e fiscal a ser dispensado às reversões dessa provisão. [\(Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003\)](#)

~~Art. 9º O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real. As reversões por excesso irão a crédito para tributação.~~

Art. 9º A provisão referida no art. 8º será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. [\(Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003\)](#)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO IV

DA DIFUSÃO DO LIVRO

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

- a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;
- b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;
- c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;

V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País, podendo ser ouvidas as Administrações Estaduais e Municipais competentes.

Art. 15. (VETADO)

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2003; 182^o da Independência e 115^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos
Antonio Palocci Filho
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Jaques Wagner
Márcio Fortes de Almeida
Guido Mantega
Miro Teixeira
Ricardo José Ribeiro Berzoini
Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.10.2003 (Edição extra)

Anexo B – Política Nacional da Leitura e Escrita

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018.

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela [Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003](#);

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita observará, no que couber, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes, especialmente do:

I - Plano Nacional de Educação (PNE);

II - Plano Nacional de Cultura (PNC);

III - Plano Plurianual da União (PPA).

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.

§ 1º O PNLL será elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte.

§ 2º O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

§ 3º O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.

Art. 5º O Prêmio Viva Leitura será concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

Art. 6º Ato conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Rosseli Soares da Silva

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Gustavo do Vale Rocha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.7.2018